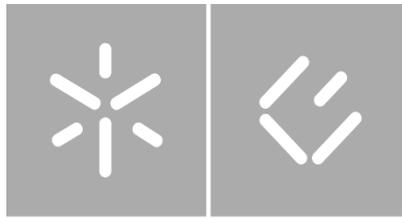


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Sara Manuela Crespo Amaral da Silva
Moreira

**A Política Externa e de Segurança da
União Europeia vis-à-vis a China: o caso
da Faixa e Rota Chinesa**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Sara Manuela Crespo Amaral da Silva
Moreira

**A Política Externa e de Segurança
Comum da União Europeia vis-à-vis a
China: O caso da FRC**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais
Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Laura C. Ferreira-Pereira
Professor Doutor Paulo Afonso B. Duarte

julho de 2023

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Como quase tudo na vida, devo esta dissertação às pessoas que me rodeiam, que contribuem para quem sou e que me apoiam nos meus objetivos.

Ao meu orientador, o Professor Paulo Duarte, que me acompanha desde o primeiro dia, fins de semana, ‘fora de horas’ e que cultiva o meu gosto pelo estudo da China;

À minha orientadora, a Professora Laura Ferreira-Pereira que foi fulcral na escolha deste tema e ‘responsável’ por algumas das melhores aulas a que assisti;

À Professora Isabel Estrada Carvalhais, sendo alguém por quem sinto uma admiração imensa, e com quem pude contar com ajuda no processo de investigação;

Aos MEPs que contribuíram para este processo de investigação, Margarida Marques e Niels Fuglsang;

Aos académicos que aceitaram ser entrevistados no âmbito desta investigação, a Professora Ana Paula Brandão, o Professor Luigi Lonardo e o Professor Luís Cunha;

Às minhas colegas e amigas que fizeram parte do meu percurso académico, Ana Luísa, Ana Castro, Bruna Costa, Carla Afonso, Maria Pacheco, e Francyne Perini;

E por último à minha base, à minha família, Mãe, Pai, Mara, Titi e Daniel;

Este projeto também é vosso, na falta de uma melhor verbalização da minha gratidão, um ‘Muito Obrigada’ a todos que de uma maneira ou de outra me enriqueceram e que me permitiram com que este objetivo fosse uma realidade.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia vis-à-vis a China: o caso da Faixa e Rota Chinesa

Resumo

Num contexto do rápido crescimento económico chinês acompanhado de uma missão de encontrar representados os seus valores no Sistema Internacional (SI), nasce, fruto de mudanças na política externa chinesa, a Faixa e Rota Chinesa (FRC). Deparada com esta realidade, a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia (PESC) tem vindo a moldar-se para encarar as mudanças da governação chinesa e a presença da nova iniciativa chinesa em território europeu. A presente dissertação visa caracterizar a interação entre a União Europeia (UE) e a China num pós-Tratado de Lisboa e numa pós-tomada de posse de Xi Jinping à luz do neorrealismo. Com efeito, esta investigação está focada na interação UE-China por via das respetivamente, PESC e FRC, que serão analisadas separadamente e em interação. Do mesmo modo, esta investigação analisa qual o lugar que cada um dos atores acredita ter no SI e como tal poderá divergir em competição ou cooperação.

Palavras-chave: União Europeia, China, Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, Faixa e Rota Chinesa

The Common Foreign and Security Policy of the European Union

vis-à-vis China: The case of the Belt and Road Initiative

Abstract

In a context of rapid Chinese economic growth accompanied by a mission to find its values represented in the International System (IS), the Belt and Road Initiative (BRI) was born, as a result of changes in Chinese foreign policy. Faced with this reality, the European Union's Common Foreign and Security Policy (CFSP) has been shaping itself to face the changes in Chinese governance and the presence of the new Chinese initiative in European territory. The present dissertation seeks to characterize the interaction between the European Union (EU) and China in a post-Treaty of Lisbon and in a post-inauguration of Xi Jinping, in the light of Neorealism. This investigation is focused on the EU-China interaction through, respectively, the CFSP and the BRI, which will be analyzed separately and in interaction. Moreover, this investigation intends to analyze the place that each of the actors believes to have in the IS and how this can generate competition or cooperation.

Keywords: European Union, China, Common Foreign and Security Policy of the European Union, Belt and Road Initiative

Índice

Lista de Abreviações	8
Introdução	10
Revisão da Literatura	12
Problemática	15
Conceptualização	16
Metodologia e Estrutura	18
Primeiro Capítulo	19
1.1 O Contexto da PESC.....	20
1.2 Uma União Europeia Reestruturada: O Tratado de Lisboa	24
1.3 A PESC em ação: a postura internacional da UE após 2007.....	28
Conclusão Parcial	36
Segundo Capítulo	37
2.1 A emergência da FRC.....	37
2.2 A evolução da Diplomacia Chinesa	41
2.3 <i>Tianxia, soft power</i> e a FRC: Uma Visão Chinesa o SI.....	44
2.4 A FRC no plano externo.....	48
Conclusão Parcial	52
Terceiro Capítulo	53
3.1 Contexto das relações UE-China	53
3.2 Fatores de Competição entre a PESC e a FRC	56
3.3 Fatores Cooperação entre a PESC e a FRC	68
Conclusão Parcial	74
Conclusão.....	77
Bibliografia.....	83
Fontes Primárias.....	83
Fontes Secundárias	88
Anexos	107

Lista de Abreviações

AIB ou BAI — Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas

AR/VP — Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e Vice-Presidente da Comissão Europeia

ASEAN — Associação de Nações do Sudeste Asiático

BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul (grupo)

B3W — *Bring Back Better World*

CAI — *EU-China Comprehensive Agreement on Investment*

CEE — Comunidade Económica Europeia

CNE — Conselho de Negócios Estrangeiros

CP — Ciência Política

CPE — Cooperação Política Europeia

EEAS ou SEAE — Serviço Europeu para a Ação Externa

EUA — os Estados Unidos da América

EUGS — *Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy*

FRC — Faixa e Rota Chinesa

G7 — 'Grandes 7' — Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e o Reino Unido mais representação da União Europeia

NATO¹- OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte

RI — Relações Internacionais

RPC — República Popular da China

ONU- Organização das Nações Unidas

¹ Optou-se por esta forma por estar banalizada o uso de NATO (internacional) em vez de OTAN.

PESC — Política Externa e de Segurança Comum

PESD — Política Europeia de Segurança e Defesa

PCC — Partido Comunista Chinês

PCSD — Política Comum de Segurança e Defesa

PLO — Processo de Legislação Ordinário

SI — Sistema Internacional

SPA — Sistema de Alerta Precoce

TUE — Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht

UE — União Europeia

Introdução

Quando pensamos em Relações Internacionais contemporâneas, é impossível não pensarmos de imediato na União Europeia (UE) e na China. A par destas duas potências temos grandes atores como os Estados Unidos (EUA), Japão, Rússia, Reino Unido e NATO. No entanto, a UE e a China não só são grandes atores, como são dos atores mais complexos e interessantes no SI. Muito divergentes em termos de valores e de orientação política, mas mais do que nunca, em contacto, com efeito, o estudo da relação entre estes dois atores releva-se promissor.

Apesar de terem ideologias distintas, tanto a China como a UE coexistiram sem interferirem muito nos interesses uma da outra no SI moderno até que Xi Jinping assumiu o cargo de Presidente da República Popular Chinesa e secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), em 2013. Face a isto, a China nacionalista entrou numa nova fase em que se tornou mais 'protetora' da sua população, ao passo a que se começa a voltar para o mundo. Neste processo, a China começou a adotar estratégias para aumentar a sua presença noutros Estados, assim como nos assuntos internacionais — a governação chinesa acredita que a China ainda não alcançou o poder e posição ideal no SI. Para isto, decidiram estudar o conceito de *soft power*, especificamente como o fundador deste termo, Nye, explica como os EUA se tornaram tão influentes. Deste modo, Xi Jinping percebeu que a China precisava de uma abordagem externa muito mais assertiva, que culminou no ambicioso plano da Faixa e Rota Chinesa (FRC).

Por outro lado, a comunidade académica acompanha o desenvolvimento da UE que se revelou não só interessada num papel como ator para a segurança, mas também por pretender ter uma abordagem diplomática conjunta para fazer diferença no mundo, propagando os seus valores (Preservação da Paz, das Liberdades Fundamentais, dos Direitos Humanos, e do Estado de Direito). A PESC, instaurada após a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1993, revelou-se insuficiente para a UE ser coesa na tomada de decisões no domínio externo. Por estes e outros motivos, surge o Tratado de Lisboa em 2007 em que são introduzidas várias mudanças que visam colmatar obstáculos e elevar o papel da UE no mundo. No entanto, a complexidade das relações entre instituições europeias e as próprias relações entre os Estados-Membros criam alguns

entraves às ações conjuntas da UE (em vários domínios, mas especialmente, no caso da ação externa).

O sistema ocidental, nomeadamente, a UE demorou a aperceber-se do significado do crescimento chinês. A China acredita que deveria ocupar um papel com mais proeminência no SI, e está, de facto, a alterar o seu posicionamento na balança de poder mundial. Com efeito, a FRC e o crescente poderio económico e militar chinês, não deixa os outros países indiferentes. Deste modo, observou-se que a China se tem revelado cada vez mais atrativa pela oferta de infraestruturas e investimento direto, levando muitos países alinhados aos valores liberais a ‘desviarem o olhar’ ao que acontece em território chinês. Daqui entenda-se a supressão de direitos humanos, precariedade de grande parte da população, o caso da população de etnia Uigur, bem como as questões de Taiwan e Hong Kong. Por outro lado, para Estados que não se reveem na Ordem Liberal, estes tem visto um aliado poderoso na China para a mudança. De facto, o multilateralismo dos BRICS, assim como relações bilaterais com o Paquistão e a Coreia do Norte, são ilustrativas de mudanças na política externa chinesa.

Face a estes avanços chineses, a UE ocupa um papel ambíguo. Se por um lado, tenta ter uma posição assertiva face às tentativas chinesas de aceder ao continente europeu com estratégias opacas, por outro lado, não controla as políticas externas dos seus Estados-Membros. Neste sentido, entenda-se que muitos dos países da UE têm assinado acordos no âmbito da FRC e que, de facto, a China mantém relações multilaterais na Europa — o caso dos 16 + 1. Acrescente-se a isto o facto das duas economias (UE e China) serem altamente interdependentes. Deste modo, apesar das instituições europeias condenarem várias características que caracterizam a governação chinesa, a sua política externa não poderá contornar os avanços globais da FRC. A maneira como os grandes atores internacionais se relacionam, ditam o SI. Encontramo-nos num momento de crise da Ordem Liberal que em muito poderá ser ditada pelas Relações UE-China. Daí a pertinência da questão que dita esta investigação: *Em que medida é que a PESC pode ser considerada um instrumento eficiente no relacionamento e contenção da FRC?*

Dada a questão de investigação, este projeto de dissertação aborda a eficiência da PESC em lidar com a China, especialmente face à FRC. Como baliza temporal, a investigação é focada no período de 2013, ano em que Xi Jinping assumiu a presidência

da China e a FRC foi anunciada, até ao final de 2022. Deste modo, é uma análise que inclua 2022 para incluir algumas das ações no âmbito da Global Gateway e na atuação da PESC pós-lançamento da Bússola Estratégica. Acrescente-se que neste espaço de tempo o SI sofreu rápidas mudanças dado a fatores como a presidência norte-americana de Trump, a questão do Brexit, a pandemia provocada pelo vírus Covid-19, bem como a Guerra na Ucrânia.

Revisão da Literatura

Esta revisão bibliográfica abordará o Estado de Arte sobre a interação entre a PESC e a FRC havendo uma ligação com outros fatores que influenciam as relações entre a UE e a China, que moldam as estratégias de ambas.

A Rede Europeia de Reflexão sobre a China (ETNC²) tem sido uma das primeiras entidades a advertir sobre a mudança nas relações entre a UE e a China, realizando uma investigação feita com contribuições de várias universidades europeias em 2015. No relatório resultante desta investigação, é revelado que um dos primeiros sinais de mudança nas relações sino-europeias são o aumento de intercâmbios de alto nível entre as capitais europeias e Pequim. Este documento constata que a interdependência entre os dois atores tem vindo a aumentar, acompanhando o crescente interesse da China na UE. Segundo Yu (2018), este interesse chinês na UE explica-se na atratividade do acesso ao mercado único europeu e no facto da própria UE ser uma ‘casa’ segura para os seus investimentos, ao contrário de outros países onde há investimentos no âmbito da FRC. Além disto, a China vê na UE uma alternativa diplomática significativa para a sua relação cada vez mais frágil com outros grandes Estados, nomeadamente os EUA.

No entanto, este interesse chinês na UE não aborda a União na totalidade, nem mesmo aborda cada Estado-Membro da mesma forma. Deste modo, é verificada a estratégia chinesa de circular os atores que mais poderão estar dispostos ao investimento chinês. Ilustrativo a este respeito no multilateralismo, o caso dos 16 + 1 e no bilateralismo o caso de Portugal (Lam, 2020). Sendo deste modo explorado na

² European Think-tank Network on China

comunidade académica que a China segue a sua própria abordagem distinta e flexível em matéria de política externa quando se trata da UE e dos seus Estados-Membros (Song e Pavličević, 2019). Casarini (2015) alertou que a China tenta persuadir os países a cair, ao que apelida, numa “armadilha de ajuda económica”, não se questionando quanto a matérias de segurança ou políticas. Segundo a autora, "o que é urgentemente e necessário na UE é uma resposta abrangente à FRC" (Casarini, 2015, p. 97).

Neste sentido, Venturi explicou que a UE subestimou a FRC e que seria de esperar uma resposta mais assertiva face à FRC por parte da UE. De facto, a União tem estado mais concentrada na implementação dos seus *'standards'*, os quais são certamente importantes para o SI, tais como as alterações climáticas e os direitos humanos, mas não tem vindo a adotar uma estratégia face às movimentações inteligentes por parte da China. Entenda-se daqui o caso dos 16 + 1, a presença do investimento chinês em Estados-Membros da UE, bem como os investimentos chineses no setor privado europeu, estes objetos de estudo a nível académico (Karásková, 2020; Vangeli 2019; Garlick e Qin 2023).

Gabriel e Schmelcherb (2017) defendem que existem quatro fatores principais que moldam as Relações UE-China, sendo estes a própria coesão da UE, o posicionamento da China, a PESC e por fim, a energia e a liderança em inovação tecnológica. Para os autores, estes quatro *'inputs'* ditam o que acontecerá nas relações sino-europeias, no entanto, não descartam a posição dos EUA e a influência que poderá ter sobre a UE, sendo este fenómeno apelidado *'relação triangular EUA-UE-China'*.

A componente de *soft power* é certamente importante no domínio de política externa. Duarte e Ferreira-Pereira (2021) escreveram uma comparação inteligente sobre o *soft power* da China e da UE. Neste artigo, os autores explicam que, por volta de 2010, tanto a UE como China experimentaram uma "redefinição de identidade" que contribuiu para uma abordagem diferente da criação de políticas/estratégias internas e externas por parte dos atores. Neste sentido, a China adotou uma utilização assertiva e reativa de *soft power* aliada a uma política externa que promova os objetivos internos. Por outro lado, a UE continua a confiar no seu estatuto de poder normativo para assegurar a atratividade europeia. Os autores verificam ainda que a UE utiliza a PESC para chamar a União à ação, procurando o seu valor acrescentado no mundo, desde a

cultura e educação até às ciências e tecnologias. Por outro lado, a China utiliza a sua estratégia global, a FRC, para assegurar que outros estados estejam recetivos à influência chinesa. Concluem que, tanto a UE como a China, por via da PESC e da FRC, convergem, não obstante, na utilização em medidas de *soft power*. Alguns exemplos disto, são os contactos interpessoais e os programas de mobilidade juvenil ou académica, empenhando-se, assim, na cooperação cultural, educacional e de investigação/ciência.

Chen (2016) argumenta que a UE e a China são dois dos mais invulgares atores do SI, em que a China é a maior potência em desenvolvimento e a UE é uma organização regional de Estados única que se tornou integrada no SI. O autor acredita que a China e a UE devem unir esforços e “salvar o mundo”, uma vez que a Ordem enfrenta um período de fragilidade. Deste modo, o autor critica, considerando um fracasso da PESC/PCSD, que aspira estabilizar as áreas vizinhas, porém, não foi bem conseguida. Ilustrativo a este respeito, entenda-se a ocupação da Crimeia pela Rússia. Por outro lado, o autor acredita que a China tem sido um promotor do multilateralismo por meio de OIs, como a Organização para a Cooperação de Xangai, com objetivo de melhorar a conectividade regional. Com isto, Chen afirma que a cooperação chinesa e europeia é quase difícil, uma vez que as duas têm visões demasiado diferentes para o globo, referindo, no entanto, que o futuro do SI em muito poderá ser moldado pelas relações sino-europeias. Neste sentido, corroborando este último, Christiansen e Maher (2017) afirmam que as relações UE-China são multifacetadas e de natureza contraditória. Se por um lado são grandes parceiros económicos, por outro vão-se mantendo distantes no que concerne a valores políticos e visões para o SI.

Graaff (2020) explica que é importante estudar a China e a FRC para compreender as mudanças na Ordem Liberal. O autor explica que a Ordem Liberal nunca foi estática, e que houve sempre mudanças de poder. No entanto, as estratégias chinesas criam uma "ordem cada vez mais híbrida — mais fragmentada em certos aspetos" (Ibidem, pág. 200). O autor explica ainda que o FRC pode ser também considerada um instrumento de divisão na própria UE.

Problemática

A PESC e a FRC relevam, respetivamente, o papel que a UE e a China acreditam ser o seu no SI. De facto, podemos inclusive encontrar semelhanças na criação de ambos, isto seja, os atores procuram, através da PESC e da FRC, tornarem-se em atores mais robustos e capazes de expandir as suas visões para o SI. A UE quer estabelecer uma posição mais forte no SI, aproveitando a sua economia robusta para exportar as suas normas e *standards* para o resto do mundo. Por outro lado, a FRC aproveita o poder económico interno, para fortalecer a sua economia com recurso ao exterior, aproveitando para promover a visão chinesa para o globo, numa visão não ocidental.

A política externa europeia assume uma posição clara quanto à China, vendo esta como uma parceira estratégica, competidora económica e como inimiga sistémica. No entanto, esta posição clara não se manifesta em estratégias ou abordagens claras no que concerne à FRC. Na verdade, o surgimento de estratégias por parte das instituições europeias, não significa, contudo, que estas se manifestem entre os vários Estados-Membro da UE, revelando um problema de coesão. Acontece que enquanto os líderes das instituições europeias trabalham em estratégias e táticas para lidar com a China, alguns dos Estados-Membros da União já estão envolvidos com a FRC e com o investimento chinês. Por outro lado, a FRC, parece mais bem preparada com estratégias que se revelam um sucesso na visão chinesa. De facto, a China tem ganhado muita influência no Sul Global, especialmente na última década. Para além disto, é sabido que a China tem vindo a investir em vários Estados da UE, tornando a FRC em algo incontornável para os assuntos externos da UE.

Tanto a PESC como a FRC são consideradas dois dos maiores tópicos da área das RI, havendo muita literatura sobre ambas separadamente. Dito isto, apesar de todo o interesse dos investigadores do campo das RI na forma como os dois atores interagem, verificam-se que artigos que salientam como estas duas estratégias, PESC e FRC, interagem são escassos, relevando a pertinência no estudo deste tema. Num momento em que existe discussão sobre o futuro da Ordem Mundial, a possível queda do multilateralismo e a ascensão de potências iliberais, fará todo o sentido analisar o que

tem resultado da interação da UE e da China através de como estas materializam os seus objetivos no SI.

Conceptualização

O termo neorealismo foi introduzido por Kenneth Waltz no livro *Theory of International Politics* em 1979. O autor explica como o Realismo Clássico se está a tornar obsoleto e como o neorealismo poderá tornar-se uma vertente teórica mais adequada para estudar um sistema internacional constantemente em mudança. Para Waltz, o neorealismo não se irá concentrar tanto na natureza humana, como o Realismo clássico, em vez disso terá como principal preocupação o Sistema onde os estados interagem. Para o autor do conceito teórico, o principal input da balança de poder de cada país será o Sistema onde se insere. Mais tarde, Waltz (1988) explica que o Sistema Internacional é composto por Estados, todos eles a lutar para sobreviver e prosperar dentro do mesmo. No entanto, o SI é anárquico, apesar dos esforços de Organizações Internacionais ou mesmo a Ordem Mundial Liberal, não existe um estado de direito ou qualquer governo global que controle todos os estados. Por esta lógica, cada Estado faz tudo o que está ao seu alcance, seguindo o interesse nacional e os seus próprios valores para ter sucesso no sistema onde se irá inserir.

Além disso, Waltz (1988, 1890) e Walt (1998) explicam que os Estados pequenos tendem a reunificarem-se para sobreviver. Desta forma, a UE pode ser descrita como uma 'equipa' de países que unem esforços para ter sucesso na política mundial. Já para Noris (2002), existem duas interpretações neorealistas para o surgimento da União Europeia. A primeira, ser uma resposta dos Estados europeus face ao pós-guerra fria e à bipolaridade característica desse período, ou seja, haver uma espécie de um sistema alternativo para haver paz na Europa. Os países europeus tinham um desejo de alterar a sua narrativa histórica e serem promotores de paz, deixarem de contribuir para guerras, conflitos e constrangimentos. A segunda, fazer com que a UE se afirmasse como um ator forte. Em vez de existirem vários países europeus influentes, dá-se a criação de uma organização que permite equilibrar a Balança de Poder aos olhos da visão da União. A Alemanha é dos atores mais influentes no sistema internacional, mas

indubitavelmente tem muito mais força quando sob a alçada da UE aliada a mais 26 países. No contexto da primeira explicação neorrealista de Noris, há uma frase de Mearsheimer (1990) que traduz este motivo para a formação da UE: “as chaves para a guerra ou a paz dependem mais da estrutura do Sistema Internacional que da natureza dos estados individuais”³. A UE é um parceiro sistêmico dos EUA e, apesar da natureza anárquica do SI, as forças desses dois atores combinadas mantêm uma certa estabilidade no mundo por meio da Ordem Liberal. No entanto, alguns dos seus Estados-Membros foram seduzidos pelo investimento chinês e pelo distanciamento da UE e dos EUA, sendo um plano diferente do que os líderes da UE tinham para si.

Com todos os acontecimentos recentes no SI, a China vê uma oportunidade para adotar uma posição de liderança mundial. Pequim nunca se reviu num sistema formado por uma Ordem Liberal liderada pelos EUA, e esperou pacientemente pela sua vez de emergir no sistema. Através do neorrealismo, podemos mesmo afirmar que a China não se revê no sistema, a China procura um reposicionamento como ator internacional para ser forte e influente o suficiente para criar um Sistema (Huang 2016). Pequim não acredita no Sistema pós-Segunda Guerra Mundial, criado com as instituições de *Bretton Woods* e imposto ao resto do mundo após a queda do Muro de Berlim. A China acredita que a Ordem Liberal está a oprimir as suas ambições e ideias, então cria o seu próprio sistema de *Tianxia*, em oposição à Ordem Liberal. Ao lado da China, os BRICS, pensam que precisam de um sistema próprio onde os seus interesses sejam valorizados sem a influência do Ocidente.

Nesta linha de pensamento, o neorrealismo apresenta-se a melhor lente teórica para analisar o objeto de estudo desta dissertação, o desenvolvimento da PESC, o nascimento da FRC, e as relações UE/China. A PESC e a FRC são um reflexo de como a UE e a China, respetivamente, se veem no SI.

³ Mearsheimer, John. “Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War”. *International Security*. (1990) 15. Tradução da candidata.

Metodologia e Estrutura

Relativamente à metodologia de pesquisa, esta é predominantemente qualitativa. Dito isto, dividindo-se em fontes primárias que englobam documentos das Instituições Europeias, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, relatórios produzidos por Estados-Membros face às relações bilaterais com a China, assim como, discursos de figuras políticas relevantes para o tema. Além disto, foram realizadas entrevistas aos académicos, Professor Doutor Luigi Lonardo⁴, Professora Doutora Ana Paula Brandão⁵, Professor Doutor Luís Cunha⁶, assim como aos eurodeputados Margarida Marques⁷ e Niels Fuglsang⁸, estas realizadas através de reunião virtual com as exceções do Professor Luís Cunha e do eurodeputado do Niels Fuglsang que optaram por responder por escrito. Com efeito, estas entrevistas encontram-se disponíveis para consulta nos anexos da dissertação. Para além do já exposto, foram também utilizadas várias fontes secundárias como artigos de opinião, estudos académicos e artigos dos Media internacionais.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, sendo o primeiro capítulo focado na PESC, especialmente no pós-Tratado de Lisboa; o segundo capítulo analisa a FRC e o seu surgimento e atuação; e o terceiro capítulo explora a interação entre as duas estratégias.

⁴ Entrevista realizada a 16 de dezembro de 2022. Professor Convidado na Sciences Po Paris e investigador da União Europeia.

⁵ Entrevista realizada a 17 de janeiro de 2023. Professora Auxiliar na Universidade do Minho, focada na União Europeia.

⁶ Entrevista realizada a 28 de fevereiro de 2023. Investigador no Instituto do Oriente.

⁷ Entrevista realizada a 3 de março de 2023. eurodeputada pelo S&D, membro da Delegação da UE para a China.

⁸ Entrevista realizada a 24 de fevereiro de 2023. Eurodeputado pelo S&D, membro da Delegação da UE para a China.

Primeiro Capítulo

Estratégia Global da União Europeia: a PESC no pós-Tratado de Lisboa

“Se perguntássemos a um advogado durante o período de fundação para comparar a evolução da Comunidade Europeia, em comparação com a experiência americana, o advogado diria que esta Comunidade se estaria a tornar num pré-estado federal. Em contraste, se perguntássemos o mesmo a um politólogo, no mesmo momento para comparar o sistema europeu com o sistema americano, este teria dado uma resposta no diâmetro oposto: ‘são cada vez mais menos parecidos’” (Tradução da Candidata)

— Joseph Weiler, *Transformation of Europe*, 1991

A PESC é o culminar do desejo de estabelecer a UE enquanto ator internacional. Uma Política Externa coesa dos 27 Estados-Membros é determinante no panorama internacional. Ela surge com vários objetivos, preservação da paz, reforço da segurança internacional, promoção da cooperação internacional e impulsionamento e fortalecimento dos valores europeus. Tal estratégia revela, contudo, as suas fragilidades, surgindo assim o Tratado de Lisboa com o objetivo de reestruturar e colocar estas ambições, na prática. Neste sentido, este primeiro capítulo analisará a PESC com ênfase na sua fase pós-Tratado de Lisboa com vista à compreensão das mudanças, fraquezas e atuação.

1.1 O Contexto da PESC

Para compreendermos a PESC, teremos que compreender a conjuntura do surgimento da mesma. Galvão Teles (2006) explica os antecedentes para a criação desta estratégia europeia. Os primeiros planos para a sua criação surgiram nas décadas de 50 e 60 com os Planos Pléven e Fouchet, respetivamente. No Plano Pléven, o na altura Primeiro-Ministro francês preconizava a criação de um exército europeu. Após a assinatura do Tratado de Roma surgiu o Plano Fouchet, proposto pelo então embaixador francês na Dinamarca, Christian Fouchet, sob a alçada de Charles de Gaulle, os quais tentavam contrariar o carácter supranacional da CEE e das instituições europeias. Estes pretendiam com que esta cooperação fosse construída noutra sentida, criando um sistema intergovernamental onde as políticas externas seriam um dos pilares a serem alinhados pelos Estados-membros sob a supervisão do Governo francês, britânico e norte-americano.

Mais tarde, em 1970, na Cimeira do Luxemburgo, surgiu o relatório de Davignon, relativo a possíveis progressos na cooperação política da CEE que vieram abrir portas à Cooperação Política Europeia (CPE), posteriormente institucionalizado no Ato Único Europeu, em 1987. Isto veio criar, na prática, consultas entre os Estados-membros para convergirem as suas políticas externas. Em 1990, durante a Cimeira de Copenhaga, foi apresentado um novo relatório que veio introduzir mais mudanças no funcionamento da Política Externa da CEE. Com efeito, as reuniões entre os ministros dos negócios estrangeiros dos Estados-membros tornar-se-iam mais frequentes e estabeleceu-se a criação do “Grupo de Correspondentes Europeus”. Além disso, também surgiu a “COREU” — ferramenta de comunicação entre os Estados-membro e instituições europeias para um melhor funcionamento da Política Externa e de segurança — para assegurar o funcionamento da CPE (Cruz, 2017)

Após vários avanços e numa Europa em constante mudança, nomeadamente após a queda do Muro de Berlim, surgiu a PESC. Quando o clima de tensão da Guerra Fria havia terminado, a Alemanha passou a ser uma, tendo caído os regimes comunistas e tendo emergido os Estados Balcãs, em função da dissolução da Jugoslávia (Lampe, 2022). Há uma concertação pró-ocidental no SI e no quotidiano do continente europeu.

A estabilidade e prosperidade sinónimas da CEE eram cada vez mais atrativas para vários países. Dentro da CEE, surgiu o interesse de unir e fazer convergir ainda mais os interesses dos Estados-membro, e daí a assinatura do Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia (TUE) em 1992 (Reis, 2021).

O Tratado de Maastricht, sendo um dos mais importantes no projeto europeu, dá uma nova faceta e denominação à UE, introduz os três pilares para a União Europeia, sendo estes: as Comunidades Europeias; a cooperação em assuntos judiciais e de política interna; e a PESC. Este título V do TUE, vem então substituir a CPE com o objetivo de fortalecer a Política Externa e de segurança dos Estados-membros. (TUE, 1991), com o mote que serão mais fortes juntos do que separadamente. O então segundo pilar do TUE, a PESC, vem estabelecer a UE como um ator de segurança internacional, mas não só. (Teles, 2006) Neste sentido, o Conselho Europeu é apontado como o responsável por esta área, comprovando o carácter intergovernamental da PESC (Martinez, Mendes 2019). Com efeito, a UE mostra-se mais unida do que nunca, assumindo-se como ator normativo no qual o *soft power* é um dos trunfos da sua *actorness*. Como fundamento do seu *soft power* salientem-se os valores democráticos, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Por outro lado, sublinhe-se o facto do Tratado afirmar a missão de convergência em vários assuntos dos povos europeus, exemplo disto é a criação do sistema monetário europeu e o surgimento do termo ‘identidade europeia’, introduzindo o conceito de ‘Cidadania Europeia’ (Eurocid, 2022).

Após Maastricht, é assinado o Tratado de Amesterdão, em 1997, que introduz algumas mudanças que permitem com que a PESC seja dotada de um carácter mais operacional. Desde já, é introduzido o cargo de Alto Representante (um comissário europeu) para a Política Externa e de Segurança Comum e atribuindo também um papel de ação e representação à Comissão Europeia. Os Estados-Membros passam também a contar com o voto por maioria qualificada para alguns assuntos, podendo, contudo, em circunstâncias excecionais vetarem se estiverem em causa assuntos da política nacional — o chamado “travão de emergência” (Teles, 2006). Deu-se também a incorporação das Tarefas de Petersberg no tratado, que consistem na colaboração da NATO e da Europa Ocidental em termos de ajuda humanitária, *peacekeeping*, assistência militar, e estabilização pós-conflito (Cameron, 2008).

Em 1998 começou a guerra no Kosovo a respeito da qual Cornish e Edwards (2001) criticaram a falta de ação da UE. Para os autores, uma vez que a UE se afirma como um ator de segurança internacional, não deveria estar tão dependente da NATO, entenda-se sobretudo dos EUA nos pontos sensíveis ou mais instáveis deste, ou de outros conflitos — neste caso, uma intervenção na região dos Balcãs, sendo este considerado uma guerra no quintal estratégico da UE. Na reunião do Conselho Europeu, em dezembro de 1999, em Helsínquia, com a experiência da Guerra do Kosovo, os Estados-Membros concordaram com uma série de medidas militares caso surgisse a necessidade de atuar num conflito. Ilustrativo a este respeito saliente-se o destacamento de 60 mil soldados que se deverão manter em permanência até um ano na região do conflito através do Programa de Reconstrução e Recuperação do Kosovo (Parlamento Europeu, 2019). Estas medidas foram largamente criticadas por serem apontadas como irrealistas (Cornish e Edwards 2001). Tendo sido aberta a discussão sobre o papel da NATO na Europa. (Duke, 1999; Hatjiadoniu, 2000). Por outro lado, iniciaram-se então os contactos entre a UE e a NATO com vista à cooperação dos dois atores, até que se deu, em 2002, a assinatura de uma declaração conjunta UE/NATO sobre a criação da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD ou PESD). Nesta declaração conjunta ambas as instituições afirmam cooperar em assuntos de segurança e defesa no território europeu, nomeadamente a nível militar, demonstrando haver lugar para ambas no que diz respeito a segurança (NATO, 2002). Posteriormente, deu-se a assinatura do *Berlin Plus*, em dezembro de 2002, que estabelece que a NATO apoie operações militares da UE ainda que a NATO não esteja envolvida diretamente.

No seguimento desta falta de proatividade⁹ da UE surge, o Tratado de Nice, assinado em 2001, por sua vez, com o âmbito de agilizar as tomadas de decisão em matéria de Política Externa. Na prática, este Tratado, muda, no âmbito da PESC, a forma como as decisões são adotadas — as decisões que não têm repercussões em assunto de defesa ou militares podem ser adotadas pela maioria qualificada¹⁰ (Tratado de Nice, 2001; Sjurson, 2018). Os esforços no sentido da PESC promoveram uma coesão de

⁹ Europa dos 15, mas já com foco num alargamento, para uma Europa dos 25 - alargamento da UE em 2004.

¹⁰ Sendo que têm de estar representados pelo menos oito Estados-Membro nesta maioria qualificada.

Política Externa e de segurança dos Estados-membro da UE, como, pretenderam afirmar a UE como ator de segurança no globo (Noris, 2002).

Alguns meses depois, em julho saí um documento conjunto da UE e da NATO para o futuro dos Balcãs (pós-término da Guerra na Jugoslávia), o que revela que ambas estão realmente interessadas em coexistir e cooperar. Tendo em conta que vários países da UE fazem parte da NATO, sendo estes 21¹¹ Estados-Membros em comum (NATO, 2023), poderá não fazer sentido à 'priori' criar mais medidas de segurança adicionais (Noris, 2002; Povel, 2003). A verdade é a NATO não era tão comum à identidade europeia como uma PESC, exclusiva dos Estados-Membros da UE. A NATO servia, essencialmente, a vontade dos EUA ao invés de espelhar aquilo que é a vontade da UE.

Do ponto de vista do neorealismo, um ator, neste caso, a UE é condicionada pelo sistema. Considerando que num sistema é fundamentalmente a superpotência que dita as regras do jogo, no sistema NATO será refletida a vontade do dominante, que neste caso são os EUA. Os Estados-Membro europeus, são vistos neste sistema como agentes. A Europa nunca seria soberana nas decisões tomadas na NATO. Não deixando a NATO de lado, a UE decide então proceder à criação do seu próprio sistema securitário, permitindo com que o ego europeu não se reveja apenas na sombra dos EUA, equilibrando a balança de poder e trazendo uma menor dependência face a outros Estados. Nesta mesma ótica, o eurodeputado Niels Fuglsang explica que o crescimento da Ordem Multipolar impulsiona a UE a procurar mais independência. A acrescentar a isto, podemos também relacionar o carácter neorrealista do surgimento de organizações/projetos de integração em domínios de segurança e defesa com a globalização e o surgimento de ameaças não estatais, nomeadamente o terrorismo. Kirshner (2009) explica que a globalização vem alterar a segurança nacional de um Estado em três fatores: diminui a capacidade de atuação e autonomia face a atores não estatais; reforça as diferenças entre os Estados e altera a balança de poder — modifica as vulnerabilidades e capacidades de Estados; influência ou por vezes altera a natureza do conflito — por exemplo, os conflitos travados do espaço virtual — uma das primeiras

¹¹ Após a baliza temporal desta investigação, estes passam a ser 22 Estados-Membros em comum.

ocorrências tendo sido o ataque cibernético à Estónia em 2007. É interessante saber, no domínio da cooperação PESC/NATO que Javier Solana ocupou primeiramente o cargo de secretário-geral da NATO e após, de AR/VP na Comissão Europeia.

1.2 Uma União Europeia Reestruturada: O Tratado de Lisboa

Após alguma especulação, no âmbito de reforma, introduzida pela Declaração Laeken ou Declaração do Conselho Europeu sobre o Futuro da Europa (2001)¹², surgem as revisões propostas para o Tratado Constitucional. Dada a falta de sucesso do mesmo, face ao resultado negativo em dois referendos sobre o tratado em 2005, o Conselho Europeu declarou um período de reflexão de dois anos, antes que fosse efetuada qualquer mudança na UE. Terminado este período, novamente o Conselho Europeu declarou uma conferência intergovernamental durante a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia que terminou os seus trabalhos em outubro de 2007, dando então origem à assinatura do Tratado de Lisboa em dezembro de 2007. Este progresso e estabilidade, são sinónimos para a UE de maior coesão, mas também de desejo de maior presença nos acontecimentos internacionais. Daqui está patente uma clara preocupação com uma recuperação da centralidade da Europa no mundo, depois de um passado de liderança europeia no SI (Eeckhout, 2012) para promover não só a segurança e estabilidade na região europeia, mas também para que a UE obtenha um papel mais preponderante na balança de poder global. Há duas grandes divisões nas reformas de Lisboa, sendo estas as estruturais e as institucionais.

No âmbito das mudanças estruturais, o Tratado de Lisboa introduziu o processo de *despilarização*, ou seja, os três pilares instituídos pelo Tratado de Maastricht passam a ser considerados obsoletos (Koutrakos 2012). A UE era já bastante criticada pela sua complexidade e o défice de comunicação entre as instituições europeias (Figueiredo, 2023; Belluati, 2020) O Tratado de Lisboa abre então as portas à inclusão dos Assuntos

¹² Declaração esta onde a UE se compromete a ser mais democrática, transparente e eficaz (Declaração Laeken 2001)

Criminais e Judiciais, assim como da PESC¹³ a um quadro mais unitário, deixando, inclusive, em desuso o termo “comunidades europeias” (Koutrakos 2012).

Com vista à reestruturação, como forma de agilizar processos de tomada de decisão, surgiram a existência de três projetos para haver um funcionamento mais simples e democrático dos Processos de Decisão e Participação: o Processo Legislativo Ordinário ¹⁴ (PLO), o Sistema de Alerta Precoce (SAP) — ligado ao princípio de subsidiariedade — e a Iniciativa de Cidadania Europeia (*European Citizens’ Initiative*). Hurrealman e Baglioni (2018) explicam que o PLO é um dos pontos-chave para o funcionamento da governança multi nível este processo veio agilizar como são tomadas as decisões na UE. Porém, continuam a existir cerca de 30 processos de decisão diferentes (Best, 2008). Desde Lisboa os instrumentos legais da PESC poderão ser princípios ou linha orientadoras, estratégias comuns, ações comuns, posições comuns ou decisões (European Studies Hub,2023). O website do Parlamento Europeu¹⁵ (2022, primeiro parágrafo) define da seguinte forma o processo de tomada de decisão para a PESC:

Na Política Externa e de Segurança Comum (PESC), bem como em vários outros domínios, tais como a cooperação reforçada, determinadas nomeações e a revisão de tratados, o processo de decisão é diferente do que prevalece no processo legislativo ordinário. O aspeto dominante, nestes domínios, é uma componente mais forte da cooperação intergovernamental.

No entanto, Lisboa não alterou a forma de tomar decisões no âmbito da PESC impedindo uma maior atuação. Este é um Processo de Decisão Intergovernamental específico para a PESC. As propostas poderão partir do AR/VP só, ou do mesmo apoiado pela Comissão, ou ainda, de um Estado-Membro, tendo por fim de ser apoiadas, unanimemente, pelo Conselho Europeu (European Studies Hub, acessado em 2023). A académica entrevistada, Ana Paula Brandão, explica que é muito difícil algo ser acordado unanimemente, no âmbito da PESC, no Conselho Europeu, dada a pluralidade de

¹³ não deixando em esquecimento o carácter legal distinto de uma Política Externa conjunta de 27 (à data, 27, sendo que houve posteriormente a entrada da Croácia e a saída do Reino Unido) Estados soberanos.

¹⁴ Antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa era apelidado de Processo de Codecisão (EU Monitor, 2023).

¹⁵ Página sobre os processos de decisão intergovernamental.

ideologias e interesses nacionais (entrevista realizada no âmbito da presente dissertação).

A PESD é renomeada de PCSD (Política Comum de Segurança e Defesa) e passa a estar sob a alçada da PESC, tornando as duas políticas mais coesas, e faz com que o processo de adoção de uma decisão seja mais eficaz, sob a alçada da Comissão Europeia, porém estas decisões não podem ser consideradas formais, ou sejam “leis”. Isto faz com que se por um lado, o processo de decisão seja facilitado (Best, 2018), por outro, apesar da PESC já não ser considerado um pilar no “papel”, as decisões tomadas no domínio da política comum, continuam a ser consideradas uma posição que os Estados-membros devem adotar e não um ato legal que os Estados-membros devem cumprir (Eeckhout, 2012). O que poderia ter acordado um “tabu de quarenta anos” (Brandão, 2016), revela-se como criador de uma política sem substância. A PCSD continua a enfrentar demasiados constrangimentos militares, financeiros e até políticos para haver um verdadeiro estabelecimento da UE como um ator intervencionista na área da segurança internacional. Contudo, passa a haver uma cláusula de assistência mútua entre Estados-Membros.

A par dos tratados anteriores (TUE, Nice), o Tratado de Lisboa continua a priorizar o princípio da unanimidade no processo de Tomada de Decisão, porém poderão ser aceites por maioria qualificada no Conselho da União Europeia caso seja aprovada pelo Conselho Europeu¹⁶ (Koutrakos, 2012). O Tratado de Lisboa introduz ainda o termo ação externa, em vez de relações externas, concedendo à PESC cobrir todos os assuntos externos ligados à economia, política e segurança, e não só relações entre Estados ou outras organizações internacionais (Tratado de Lisboa, 2007).

Por outro lado, relativamente às mudanças institucionais não há dúvida de que a grande mudança do Tratado de Lisboa é a nova “Cara” da UE para o exterior. Bruxelas consegue agora responder à pergunta de Henry Kissinger: “A quem ligo se quiser ligar à Europa?”¹⁰ (Reuters, 2009). Como analogia, podemos dizer que a Comissão é o Governo da União Europeia, e no plano das novidades da PESC é reforçado o poder de “um Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE” sob o título de Alto Representante da União

¹⁶ mantendo-se o travão de emergência introduzido pelo Tratado de Nice.

para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança (Koutrakos 2012). Neste caso, o título seria primeiro ‘ministro’ se não houvesse o insucesso do Tratado Constitucional e a controvérsia da UE não poder ocupar o lugar de um Estado soberano, logo os títulos para os cargos terem de ser apropriados ao caráter não estatal da UE.

O Alto Representante para os Negócios Estrangeiros (AR/VP) deverá ocupar também o cargo de Vice-Presidente da Comissão Europeia e deverá presidir o Conselho de Negócios Estrangeiros da UE (CNE). Isto cria uma ligação com o caráter supranacional e intergovernamental da UE, o responsável pelos negócios estrangeiros terá de gerir os interesses da Comissão, a ‘guardiã dos Tratados’ e do Conselho da UE. As duas instituições são conhecidas por entrarem em conflito, então o Tratado veio não só resolver o problema da falta de comunicação institucional entre as duas, mas também haver um alguém para gerir interesses entre as duas diretamente (Burnay, 2021). Adicionalmente à criação deste cargo, é também criada uma instituição — o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE ou EEAS) — que poderá ser visto como o instituto diplomático da UE.

Existem críticas ao papel do AR/VP (Brandão¹⁷ em entrevista realizada no âmbito da presente dissertação; Zapi 2021) O Tratado de Lisboa não é claro sobre as verdadeiras responsabilidades do cargo, não estão explícitas as áreas sob administração deste novo cargo. Identicamente, deixa de ser clara a filiação/lealdade institucional (Comissão e Conselho da UE). Além disso, a criação deste cargo entra de certa forma em conflito com as responsabilidades do Presidente do Conselho Europeu, expressas no Tratado de Maastricht — deverá assegurar a representação externa da UE. Koutrakos (2012) acredita que o Tratado de Lisboa não é a resposta definitiva para todos os problemas da Política Externa da UE. Defende, porém, sendo um processo de reorganização, para que a UE possa reconstruir o seu papel no SI e que poderá enaltecer a capacidade de resposta da UE como parceiro internacional

¹⁷ Professora de Relações Internacionais, com foco na UE, na Universidade do Minho.

1.3 A PESC em ação: a postura internacional da UE após 2007

Desde a assinatura do Tratado de Lisboa, a UE tem-se concentrado na ideia de uma “Europa Global” (EEAS, 2020a). A UE, é uma aliada tradicional dos EUA, sendo que muitos dos seus Estados-Membro fazem parte da aliança atlântica. Saliente-se ainda a ONU, o que a torna este bloco (UE) num promotor da Ordem Liberal. Conforme o artigo 21.º do TUE, a UE compromete-se a promover a democracia, o Estado de Direito, o respeito pela dignidade humana, os Direitos do Homem, e as liberdades fundamentais. Por outro lado, a UE age consoante a Carta das Nações Unidas e os princípios de igualdade, solidariedade e direito internacional, sendo uma das principais promotoras de diplomacia pública no mundo. Além disso, a União visa encontrar parceiros internacionais (países, organizações e regiões) e tratados multilaterais que respeitem os seus interesses, além de ajudarem a UE a promover os objetivos acima enunciados. À luz do neorrealismo, verificámos que a UE tem vindo a procurar a promoção de um sistema, neste caso a Ordem Liberal, que a favorece. No entanto, ao contrário do que seria exetável com todas as mudanças introduzidas pelos vários tratados que reformaram a PESC e a PCSD, a UE não tem uma voz única nos assuntos internacionais e de defesa em virtude da sua complexidade interna (Szalai, 2019).

A reforma da PESC e a conseqüente criação da EEAS deu início às diversas representações da UE¹⁸ em países como Afeganistão, Geórgia, Serra Leoa, Palestina, Israel, China, Reino Unido, Rússia bem como em regiões como Hong Kong e Taiwan entre outras (EEAS). Daqui é possível inferir que com os locais estratégicos das delegações da UE que é pretendido mostrar um papel de participação internacional e de estabilização. A UE também ocupa um papel de relevo no que toca a assistência e observação a eleições noutros países. Porém, a UE mantém-se mais neutra ao contrário do que acontece com os EUA, nomeadamente a respeito de Taiwan. Apesar de existir um gabinete para o comércio entre a UE e Taiwan, a UE é respeitadora da *One China Policy* (EEAS), algo que será explorado no terceiro capítulo desta dissertação. Por sua vez, os EUA, mantém uma postura assertiva nas relações para com a China a respeito da

¹⁸ Vistas como ‘embaixadas’ da UE.

questão de Taiwan, que por vezes, que no entendimento de Xi Jinping são vistas como ameaças.

Além do acima exposto sublinhe-se a existência de diversas missões, de destacar a Atalanta (segurança marítima na Somália), as missões anticrime na região do Sahel, a EUFOR na Bósnia-Herzegovina (nomeadamente a missão Althea) e a EULEX no Kosovo (auxiliando o diálogo entre Belgrado e Pristina) (EEAS). Vimont, Blockmans e Hilion (2021) criticam a EEAS por não ser específica, agravado pelo facto de nenhum tratado explicar como deverá ser estruturada ou sequer como deverá funcionar.

Em 2016, a UE substituiu a *European Security Strategy*, adotada em 2003 pela *Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy* (EUGS), algo que nas palavras da então AR, Federica Mogherini, esta irá redirecionar a UE para a prosperidade e como ator promotor da paz internacional:

Esta estratégia global irá guiar-nos no nosso trabalho diário em direção a uma União que realmente vai de encontro às necessidades dos cidadãos, assim como as suas esperanças e aspirações (...) Uma União com força para contribuir para a paz e segurança global da nossa região e do resto do mundo (Tradução da Candidata, European Union Global Strategy, junho de 2016)

No documento acima mencionado, a UE reconhece as ameaças ao projeto europeu: a crise existencial, o Brexit, euroceticismo e as ameaças à democracia; as ameaças à segurança no leste europeu, por exemplo, a invasão da Crimeia; o terrorismo no Norte de África e no Médio Oriente, assim como na própria UE; a estagnação da economia da região africana; as tensões entre regiões asiáticas; as mudanças climáticas, o crime internacional organizado e a proliferação de armas (EUGS, 2016). Dadas estes problemas globais, a UE admite que mais do que nunca, o mundo está interligado e para haver paz e prosperidade na Europa, as mesmas condições são necessárias no mundo. Como poder normativo a UE, entendo que tem o 'dever moral' de melhorar as condições no SI, que contribuirão para a sua própria sobrevivência (Ibidem). A EUGS surge para criar mais resiliência da UE, acrescentar as devidas mudanças introduzidas pelo Tratado de Lisboa e ainda estabelecer a narrativa de uma 'Europa mais forte' (Ferreira, 2020).

Acrescente-se ainda, neste mesmo documento, é afirmado que os europeus vivem na época das oportunidades, o crescimento económico, a facilidade de mobilidade e do progresso tecnológico. Neste contexto, a UE tem o que é necessário para se conectar com parceiros e contestar o que não vai ao encontro do interesse da União e dos valores por si defendido. Para o efeito a UE adota cinco prioridades para a Ação Externa: A Segurança da União; Resiliência Estatal e das Sociedades ao leste e sul da UE (por exemplo, ajuda à manutenção da paz na região dos Balcãs e da Turquia); Abordagem integrada aos conflitos (*peacebuilding*, segurança humana e cooperação com outros atores internacionais); Cooperação por regiões (haver uma maior interação nas dinâmicas por regiões, por exemplo, a região do mediterrâneo); por fim, a Governança Global para o século XXI (transformar o SI, tendo a ONU como centro deste mesmo sistema, multilateral e com normas a serem cumpridas, fomentando respostas globais para as ameaças). A UE compromete-se a passar de Visão para Ação através do fortalecimento da credibilidade da União, da melhoria da Capacidade de Resposta da UE, e coesão dos Estados-Membros e das instituições da UE para a ação externa (Ibidem).

A UE considera que está na altura de ter um poder mais interventivo no mundo, pese embora não esteja a ter o efeito que cogita ter na política internacional. Ao nível de relações externas, a UE tem bastantes aliados e é um dos atores mais importantes a nível de *soft power* no mundo. O continente europeu tem uma história muito rica, várias das línguas mais faladas no mundo (inglês, espanhol, português), com uma cultura muito atrativa. Consoante o *Soft Power Index 30*, a França lidera o ranking do *soft power* mundial, sendo que 11 dos 20 países com mais *soft power* do mundo são Estados-Membros da UE. Por outro lado, a UE, acumula à sua força económica uma posição diplomática bastante satisfatória dado à conjuntura histórica, suscetível a influenciar terceiros.

A UE surgiu, em primeiro lugar, como uma missão de criação de normas e boa conduta entre os Estados europeus. Koukoudakis (2012) acredita que os grandes Estados europeus mediram de uma forma neorrealista que eram maiores os ganhos como agentes num sistema seu onde pudessem formar ator de revelo, do que alcançarem o mesmo peso no SI individualmente. Em suma, tais estados, como a

Alemanha, França, entre outros, deverão colaborar para haver um equilíbrio do SI. Comum a uma visão neorrealista, de que o mundo beneficia da existência de um poder não apenas concentrado no monopólio.

O Instituto Alemão para os Assuntos Internacionais e de Segurança produziu em novembro de 2020 um artigo de avaliação à PESC. Documento este, no qual explica que a Europa não está livre de conflitos (invasão da Crimeia), que a Rússia e China mostram cada vez mais interesse no sudeste europeu que os EUA já não são a garantia de segurança para a UE. Neste documento é afirmado que o papel desempenhado pela PESC está aquém do que deveria ter, e que tal se deve, à prevalência do princípio de unanimidade por parte do Conselho da UE em questões de Política Externa. No entanto, é verificado que os Estados-Membros mostram-se satisfeitos com medidas simbólicas tomadas em conjunto. É verificado o fraco resultado desde a reforma do Tratado de Lisboa. O Instituto refere ainda que a PESC é muitas vezes entendida como a política das sanções e não das ações. De facto, se analisarmos o número de sanções em relação ao número de missões da UE, controlo de armas ou abertura de representações da UE, poderemos ver que o número de sanções é sempre superior que qualquer outro tipo de iniciativa internacional. Neste sentido, um estado, ou neste caso organização internacional é pouco propensa a tornar-se num ator internacional de relevância apenas com a imposição de sanções (Bendiek, 2020). Em 2020 foram impostas 35 sanções pela UE, embora apenas 12 medidas de controlo de armas (Ibidem)

No discurso *State of Union* de 2020, Ursula Von der Leyen¹⁹ anuncia que na PESC para serem impostas medidas restritivas (exemplo disto, sanções) o processo de decisão passará a ser uma maioria qualificada (Comissão Europeia, 2020). Tal contribuirá, contudo, para tornar ainda mais a PESC numa “política das sanções”. A acrescentar a isto, refira-se que de acordo com Lonardo²⁰ (na entrevista no âmbito da presente dissertação), por vezes a UE é mais eficiente no âmbito de construção de relações bilaterais por meio da Política Comum Comercial (PCC).

¹⁹ Presidente da Comissão Europeia

²⁰ Luigi Lonardo, Professor na Universidade de Cork na Irlanda e Investigador da UE.

Outros autores como Vanhoonacker (2017) e Belluati (2021) criticam, por sua vez, a PESC pela falta de coerência institucional e entre Estados-Membros. A nível, como exemplo desta crítica, Charles Michel²¹ comentou a morte de Qasem Soleimani²² (Irão) antes do AR Josep Borell se ter pronunciado, não respeitando o protocolo institucional. Por vezes não se verifica uma mensagem unânime em questões de grande relevo internacional, como é também no conflito Israel-Palestina. Por sua vez, nos encontros dos ministros dos negócios estrangeiros dos Estados-Membros não há um consenso sobre a anexação da Cisjordânia. Por outro lado, no Parlamento Europeu (PE) Israel é publicamente criticado por vários eurodeputados, havendo mesmo manifestações pró-Palestina por parte de figuras da política europeia (Brussel Times, 2023). De referir ainda que o PE ocupa um papel de relevo nos grupos de trabalho para a PESC havendo várias delegações formadas por eurodeputados para as relações externas, por exemplo, a Delegação para a China.

A adicionar ao mencionado em cima, Baciú e Friede (2020) acrescentam o que creem ser os maiores obstáculos à construção de uma PESC robusta. Os autores verificam a dificuldade em conciliar com os interesses nacionais dos Estados-Membros no que toca a política internacional, por exemplo, o caso dos novos governos da Polónia e da Hungria que se afastam do horizonte europeu. O facto de vários países da UE fazerem parte da NATO, faz com que não se verifique uma posição da UE em vários assuntos de destaque internacional, como, por exemplo, o colapso do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário. A acrescentar a estes obstáculos, existe uma Agência Europeia de Defesa, no entanto, a Dinamarca não faz parte da mesma. Além disso, Itália votou contra as sanções europeias levantadas à reeleição ilegítima de Maduro na Venezuela. Por vezes, há casos em que os Estados-Membros competem entre si, exemplo disto, a Grécia e o Chipre após a descoberta de petróleo no Mediterrâneo. Mencione-se também a decisão da criação do Instex, Instrumento de Apoio às Trocas Comerciais entre a Europa e o Irão após o levantamento de sanções dos EUA ao Irão. É verificado que apenas 9 Estados Membros aderiram (Instex). Face ao

²¹ Presidente do Conselho Europeu

²² General Iraniano, responsável pela Política Externa do País, morreu num ataque dos EUA.

exposto, os interesses nacionais enfraquecem a capacidade de construir decisões comuns com verdadeiro impacto no SI (Baciu, 2020).

Christopher Hill, em 1993 introduziu o conceito de ‘Capability–Expectations Gap’ (CEG) aplicado à UE. Por ‘Capacidade’ o autor refere-se ao poder económico, o poder diplomático, e a capacidade de tomada de decisões. Já quanto ao conceito de ‘Expectativa’ Hill entende a ambição de ação da UE. Hill conclui que existe de facto uma lacuna entre a capacidade que ela diz ter para atuar e a demonstração no terreno, entenda-se a atuação. Tal mostra uma lacuna entre o papel que a UE quer ocupar na retórica e o papel que realmente ocupa. Apesar da esperança depositada no Tratado de Lisboa quanto ao funcionamento da PESC, é observado que última década não se deram mudanças significativas no papel desempenhado pela UE na governação mundial (Bendiek, 2020). Existe, com efeito, uma crescente descrédibilização da PESC e, por inerência da UE. A acrescentar a esta ideia, Brandão (entrevista realizada no âmbito da presente dissertação) explica que, no fundo, a PESC reflete mais uma ideia de vontade, do que uma realidade efetiva. Brandão acrescenta ainda que a PESC pode ser dividida em várias dimensões, no entanto, a dimensão operacional, ou seja, realizar relações com outras entidades ou Estados é ainda muito vulnerável algo que se deve ao carácter de intergovernabilidade (Ibidem). As falhas na atuação da UE, revelam de facto os problemas internos que terão de ser resolvidos para haver realmente uma Política Externa coesa. De facto, a UE tem a capacidade de agir. Mas esta capacidade terá de ser acordada por 27 partes, o que se revela impossível na maioria dos casos.

A acrescentar a tal, há que somar as feridas de identidade e coesão provocadas pelo Brexit. De facto, sem o apoio do Reino Unido, a PESC e a PCSD farão apenas parte do espectro militar do *soft power*, ou que então, que a França e a Alemanha poderão refletir sobre a criação do ‘exército europeu’, outrora vetado pelo Reino Unido. O Reino Unido afirma que tal se assemelha muito com o papel NATO, se não for bem ponderado (House of Commons Library, 2021).

Desde que Josep Borell foi nomeado como Alto Representante para os negócios estrangeiros, não faltam comunicados sobre a posição da UE em vários acontecimentos globais, pese embora a escassez de decisões adotadas. Tal corrobora a tese acima,

exposta pela Casa dos Comuns, no seguimento do Brexit. A falta de decisões ou de atuação não está de acordo com a narrativa ‘A Europa que protege’ ou ainda ‘Uma Europa Unificada’. Borell afirma que a UE tem que aprender “a linguagem do poder”, a transmitir como se vê a si própria. Nováky (2021) explica que algo precisa de mudar para que a PESC e a PCSD não se tornem obsoletas. Defende ainda a maioria qualificada devia ser adotada em mais áreas abrangidas pela PESC, com vista à criação de uma cultura de estratégia conjunta.

De um ponto de vista neorrealista, a PESC/PCSD, se a Política Externa de 27 países se for pensada em conjunto será mais forte que de um país sozinho. Porém, haverá ganhos relativos e perdas relativas. O Reino Unido assumia que ao estar na UE perdia mais do que o que ganhava. Mas no caso de Estados-membros mais pequenos com menos relevo internacionalmente, têm muito mais a ganhar a “jogar” em conjunto no SI. Num mundo onde há duas grandes ameaças à Ordem Liberal, a China e a Rússia, os EUA não serão capazes de manter os dois gigantes numa posição periférica e a UE deverá atuar, se quiser manter a sua posição no SI (Simón, 2017). Brandão (entrevista realizada no âmbito da presente dissertação) defende que não existe verdadeiramente uma política comum externa. Acredita que existe uma abordagem integrativa de vários instrumentos e órgãos da UE com os próprios Estados-Membros que procuram encontrar soluções conjuntas para questões externas. No entanto, dado o carácter de coordenação a nível europeu, pluralmente nacional e ainda a nível intersectorial, torna-se num exercício muito complexo, e onde é realmente difícil alcançar algo em concreto.

O início da Guerra na Ucrânia, a 24 de fevereiro de 2022, é visto, por Lonardo (entrevista realizada no âmbito da presente dissertação), como um espelho da falta de eficácia da PESC. O investigador da UE acredita que a PESC não tem verdadeira substância, indo de encontro, a Brandão. Lonardo defende que a UE falha em não criar uma estratégia para os grandes atores globais. A não criação de uma ‘Estratégia para a Rússia’ ou ‘Estratégia para a China’ faz com que estes Estados se sintam, de certa forma, marginalizados. Isto faz com que cada vez se revejam menos com os valores do Ocidente e pretendam acender ideologicamente sozinhos. O mesmo autor defende que se a UE, ao contrário de outros grandes Estados pró SI Liberal, fomentasse a conversa e a partilha com Estados mais fora da sua esfera de opiniões, poderá de certa forma influenciá-los,

ou pelo menos prevenir conflitos. A recente adoção de uma Bússola Estratégica, em março de 2022 revela, no entanto, uma mudança da UE, na esfera da PESC — será referida novamente referida no terceiro capítulo.

A PESC apresenta um orçamento interno²³ de 2 679 milhões de euros para o período de 2021 a 2027. Com a possibilidade de haver a contribuição de cerca de 700 mil euros por parte de outras entidades parceiras (não especificadas por parte da EEAS). Segundo o website da Comissão Europeia, este orçamento servirá para: missões de estabilização; os representantes especiais da EU; tribunal especial para o Kosovo (para julgamento de crimes cometidos na guerra do Kosovo); ações para o âmbito do desarmamento e não proliferação; e para o Colégio Europeu de Segurança e Defesa (formação e educação no campo da PCSD). Esclarecido por Lonardo (2022), o orçamento para a PESC representa apenas 2.4% do orçamento da UE (havendo um extra de 2.1% para medidas de segurança e defesa que possam ser necessárias).

No website da EEAS, não existem relatórios de desempenho da PESC²⁴ desde outubro de 2017. Smith (2013) critica a falta de detalhes e informações por parte da própria EEAS, falta de ‘preparação intelectual’ (Ibidem). Neste último relatório há como principal preocupação o comportamento da Rússia, não só em relação à Ucrânia, mas também noutros Estados como Moldávia e Geórgia (EEAS). No entanto, em 2021 a Comissão Europeia acredita ter uma atuação positiva e com melhorias relativamente a anos anteriores. No website da Comissão Europeia é ressaltado o sucesso de 11 missões exteriores da PESC em 2021. É também referido que todos os fundos foram conseguidos mediante acordos de contribuições, porém sendo complicado recrutar a equipa de trabalho necessário para estas missões (dada a instabilidade das regiões onde se dão as missões da UE). Por último são enfatizadas as sugestões de ações anti proliferação de armas e de desarmamento que entraram em vigor em dezembro de 2021.

²³ por parte dos Estados-Membros.

²⁴ por parte do Comité Político e de Segurança, do Conselho da União Europeia

Conclusão Parcial

Dada a conclusão deste primeiro capítulo, constatámos que a PESC não faz jus ao nome na medida em que é fragmentada. Por outro lado, a UE é bastante complexa no que respeita ao processo de tomada de decisões. Tal deve-se ao facto destes processos de decisão envolverem um número considerável de Estados-Membros, ao qual acrescem pelo menos três instituições europeias que constituem o triângulo europeu²⁵. No que respeita à PESC este processo torna-se ainda mais complicado, sendo na maioria das situações necessária uma maioria absoluta no âmbito dos 27, para ser aprovada uma ação.

Quando pensamos em Política Externa, a ideia corrente é a existência de uma conceção realista de que um Estado ao suceder no sistema deverá criar alianças e parceiros para garantir a sua 'sobrevivência' e para equilibrar a Balança de Poder. No entanto, no caso da EU, havendo já políticas externas nacionais, a Política Externa conjunta torna-se numa espécie de Conselho de Segurança. De facto, a UE tem iniciativas que promovem a segurança e a paz no mundo, porém, não alcança o potencial que poderia ter quando pensamos em 27 países ocidentais, industrializados, terem o desejo de se tornarem num ator de segurança internacional em conjunto. No entanto, não nos podemos alienar do sucesso da UE em manter a paz entre os Estados-Membros, e de ser um ator muito relevante em termos de *soft power*.

De acordo com o neorealismo, poderíamos dizer que a UE está apreensiva sobre o futuro próximo do SI. Com efeito, face ao crescimento de influência de potências não liberais, aliado ao baixo nível de coesão dentro da própria UE, a mesma sente-se ameaçada. A UE tenta adaptar-se às constantes mudanças e possíveis adversidades que possam resultar de uma mudança drástica da balança de poder do meio onde se insere — o Sistema Liberal — que vindo tem perdido poder.

²⁵ Conselho da União Europeia, Parlamento Europeu e Comissão Europeia

Segundo Capítulo

A Estratégia Global Chinesa: A Faixa e Rota Chinesa

‘Lutar e conquistar em todas as nossas batalhas não são excelência suprema. A suprema arte da guerra é derrotar o inimigo sem lutar’ (Tradução da Candidata)

— Sun Tzu (The Art of War, pág 33)

Este segundo capítulo irá analisar a Rota e Faixa da Seda (FRC). Esta iniciativa é uma ferramenta ao serviço vários objetivos da China para este novo século, que concerne na Política Externa, mas também necessidades de estabilidade doméstica. No entanto, a FRC transcende os objetivos económicos, a FRC enquanto pressupõem, como analisaremos, uma tentativa de revisionismo reformista.

2.1 A emergência da FRC

A FRC foi lançada formalmente em 2013. Como forma de esclarecimento, o nome FRC²⁶ deverá ser clarificado. Este nome explica-se pelos elementos que compõem. A ‘Faixa’ (ou Cinturão) e a ‘Rota’ (ou Estrada). A ‘Faixa’ poderá ser entendido como a revitalização das rotas económicas por terra da antiga Rota da Seda, incluindo a Europa, mas tendo a Ásia Central como região mais vital²⁷. Já o elemento ‘Rota’ apela à revitalização da antiga Rota de Marco Paulo, conectando por via marítima, a China com o mar Mediterrâneo, países que banham o Índico e o Sudoeste Asiático (Jie, 2021).

Assim sendo, em 2013, Xi Jinping²⁸ anuncia o ambicioso plano chinês para ligar a China ao mundo. Declara os dois corredores que seriam chamados de ‘*One Belt One Road*’ (OBOR depois atualizado para FRC). Estes corredores foram apelidados “Cinturão

²⁶ Belt and Road Initiative

²⁷ Daí esta iniciativa ter sido anunciada no Cazaquistão.

²⁸ Presidente do Governo Chinês.

Económico da Rota da Seda” anunciado na Universidade de Astana, Cazaquistão, em setembro de 2013. Seguidamente, um mês após o anúncio da FRC, na Cimeira da ASEAN em Jacarta, Indonésia o presidente chinês proclama a ‘Rota da Seda Marítima do Século XXI’ e a criação do Banco Asiático de Desenvolvimento em Infraestrutura (AIIB). Deste ponto de vistas os corredores terrestres e marítimos terão o poder de fomentar não só o comércio na Ásia, mas também a influência da China ainda que por terra, mar e corredores digitais. A missão desta iniciativa de Jinping consiste em promover a conectividade regional por meio de investimentos em transportes e infraestruturas, impulsionando intercâmbio intercultural e a segurança (Xinhua, 2015, par. 4-7; Al Jazeera, 2021). Dados os vastos domínios de atividade da FRC esta é por vezes apelidado iniciativa ‘guarda-chuva’ (Schlenzig, 2020) uma vez que abrange vários domínios, sendo os principais objetivos da FRC: coordenação de políticas; conectividade de infraestruturas, comércio desimpedido, integração financeira e a conexão de pessoas. Conforme a visão chinesa a FRC afirma que a iniciativa é “um programa transcontinental de política e investimento de longo prazo que visa desenvolver infraestruturas e a aceleração da integração económica de países ao longo da rota da histórica Rota da Seda” (Xinhua, 2015).

No entanto, esta iniciativa não é apenas justificada pelos benefícios económicos de criar relações robustas com outros países. Embora de carácter económico engloba também outras vertentes, nomeadamente a segurança e a geopolítica. A FRC é um mecanismo que a China utiliza para forjar um domínio alternativo do ponto de vista institucional, entenda-se alternativo ao do Ocidente. A China necessita de garantir, não só a sua segurança interna, entenda-se estabilidade, mas também a da diáspora das suas linhas marítimas. Aqui é preponderante o Estreito de Malaca, na costa de Singapura, passando entre costa da Indonésia e da Malásia.

De acordo com Huang (2016) e Duarte (2023) encontrámos os grandes motivos da FRC. Nas motivações internas, é verificado que a China precisava de uma mudança significativa na sua economia. Desde os anos 80, a China havia vindo a registar um rápido crescimento económico, começando a ser entendida como a mais forte potência emergente. No entanto, este ritmo crescente de progresso começou a diminuir depois de 2007. Por conseguinte, a China precisava de adaptar a sua estratégia para salvar a

sua economia, pelo que optou por expandir a economia chinesa no estrangeiro (Huang 2016). Neste sentido, a China torna-se capaz de garantir a estabilidade doméstica e das províncias remotas chinesas, nomeadamente de Xinjiang. Desta forma garante que as províncias remotas chinesas têm acesso ininterrupto às principais matérias do comércio internacional (Duarte 2023). Além disso, encontramos a indústria de construção da China, que tem sido o principal motor de crescimento da China. O território chinês já não precisa de mudanças significativas em edificação ou em infraestruturas, e daqui a necessidade por parte da China de construir no exterior, para que os serviços de construção não entrem em crise. Através da construção de infraestruturas no exterior, a China garante o funcionamento e crescimento da indústria da construção (Ibidem). Em adição, a China é também motivada pela segurança energética. Até 1993 a China foi um grande exportador de petróleo, no entanto, a partir daí começou a importar cada vez mais petróleo estrangeiro. Face à necessidade doméstica. Como os grandes pontos de petróleo já estavam de certa forma atribuídos a outros países, nomeadamente os EUA, a China teve de procurar energia em países mais distantes, nos chamados *Rogue States*, como, por exemplo, no Sudão. Através da FRC, a China consegue criar relações com os Estados onde existe petróleo, assim como construir as infraestruturas necessárias para o obter (Ibidem). Por último, nas questões domésticas surge a própria segurança alimentar chinesa. Nas últimas décadas, no território chinês cerca de 28 mil rios, enquanto, por outro lado, surge a poluição aquática e no ar. A acrescentar a isto, apenas sete por cento dos terrenos são aráveis no território. A China vê a necessidade de ir para o estrangeiro produzir aquilo que não é possível na China devido às condições domésticas. Neste sentido, a FRC é uma tentativa, não só de combater pela sua segurança energética, mas também pela sua segurança alimentar (Ibidem).

Por outro lado, nas motivações da China para o exterior, num contexto de hostilidade Sino-Americana a China, aspira desenvolver a sua presença internacional, tornando-se influente no panorama internacional. Neste sentido, através da FRC a China cogita mostrar que é um ator confiável, que vem beneficiar a economia dos seus parceiros. Huang sublinha ainda a importância dada pelo governo chinês a infraestruturas e tecnologia que fortalecem a conectividade. De facto, no entendimento chinês a conectividade é um impulsionamento de relações diplomáticas. Nesta ótica a

China tem vindo a focar-se na construção de caminhos-de-ferro de alta velocidade, gasodutos, infraestruturas de telecomunicações e informação. Por fim, Huang explica que a China quer ter um papel mais ativo na governança global. Através de iniciativas como a FRC, o AIIB e mesmo os BRICS²⁹, a China tem vindo a promover a sua abordagem distinta e alternativa do que tem sido a visão do progresso ocidental.

Em suma a FRC permite que o Yuan se espalhe muito para além das fronteiras chinesas, as empresas estatais chinesas estão presentes em vários países através desta iniciativa. Por último a FRC tem um estímulo às regiões centrais chinesas, menos desenvolvidas que as áreas costeiras. Todas as províncias centrais podem candidatar-se a fundos da FRC para desenvolverem empresas (Jie, 2015). Rolland (2017) defende que a FRC vem reconfigurar a Política Externa e a economia chinesa, como forma de alcançar grandes ambições económicas do governo chinês.

A acrescentar a este contexto, Cunha³⁰ (entrevista no âmbito da presente dissertação) explica que Pequim “soube aproveitar um espaço estratégico vazio (...) no campo das redes económicas transnacionais atravessadas pela globalização” (Cunha, 2023). Além disso, Cunha explica que a inclusão da FRC na constituição do PCC revela-se como “grande objetivo estratégico nacional” (Ibidem), tendo de certa forma superado as expectativas no momento de criação. Este sucesso tem vindo a acrescentar outras camadas ao projeto, tais como a Rota da Seda Polar, a Rota da Seda Digital, a Rota da Seda da Saúde e a Rota da Seda Espacial.

Numa análise ao surgimento da FRC, através das premissas do neorrealismo, verificámos que a China tem vindo a procurar tornar-se numa agente preponderante, tentando estabelecer um multilateralismo alternativo ao do Ocidente, uma vez que não se revê nos valores liberais.

²⁹ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

³⁰ Investigador no Instituto do Oriente

2.2 A evolução da Diplomacia Chinesa

A diplomacia chinesa regista uma clara evolução nos últimos anos, conforme o desenvolvimento da política externa, os objetivos internacionais, a visão da governação sobre onde a China se deveria inserir e a própria FRC.

Desde já, há que clarificar as mudanças estruturais da política externa chinesa. O mundo estava habituado a uma China *low-profile* (Clover, 2017), que ocasionalmente utilizaria mecanismos bilaterais, sendo mesmo chamado de minimalismo diplomático (Yang, 2014). No entanto, a governação Jinping veio alterar a forma tradicional da diplomacia chinesa, tomando uma posição mais assertiva e mais confortável no uso de mecanismo multilaterais. A China é considerada uma *latecomer* no que concerne a multilateralismo (Yang, 2022), mas apesar disso tem sido bastante eficaz. Seguindo a própria teoria da estabilidade hegemónica de Keohane, a China compreende que não se pode isolar, e começa a utilizar um ‘multilateralismo em camadas’, havendo organizações *à la carte*, para aqueles que a si se queiram juntar (Song e Pavlicevic, 2019). Através destas estratégias, a China aspira criar uma abordagem institucional com outros estados, utilizando também as relações políticas bilaterais quando necessário, rodeando os ‘Estados-alvo’ por várias frentes (Ibidem). Como exemplos práticos desta estratégia, temos as relações entre a China e Portugal, multilateral através da FRC, no entanto, mantém 17 acordos bilaterais para com o governo português (Lusa, 2018). No entanto, mantém uma estratégia diferente no âmbito dos países da Europa de Leste. Numa primeira camada, a China cria a comunidade dos 17 + 1, numa segunda camada a China estabelece relações com o grupo de Visegrád, e numa terceira camada a China fortalece relações bilaterais com a Polónia, a Roménia, a Hungria e a Sérvia (Song e Pavlicevic, 2019). Song e Pavlicevic confirmam que a China utiliza estas estratégias para maximizar o potencial das relações entre todos os envolvidos. Não obstante, como será analisado no terceiro capítulo, este último exemplo não tem sido propriamente bem conseguido.

Numa ótica de diplomacia chinesa, esta tem sido apelidado ‘Diplomacia do Lobo Guerreiro’ ou *Wolf Warrior Diplomacy* nas últimas décadas, de certa forma entrando em contraste direto com a Diplomacia discreta e moderada que caracterizou a governação de Deng Xiaoping. A estratégia do ‘lobo’ surgiu no final dos anos 2000 e veio a acelerar

após a chegada ao poder de Xi Jinping. É caracterizada pela agressividade e assertividade nas ações de diplomatas ou altos representantes do governo chinês que poderão passar simplesmente sair a meio de reuniões ou eventos internacionais e que poderão chegar a insultos e um discurso hostil a outros representantes internacionais ou aos mais altos representantes da política internacional. Registou-se muito esta estratégia durante a pandemia causada pelo vírus Covid-19, a China sentiu-se sob ataque da comunidade internacional (crescente insegurança), porém orgulhosa dos feitos em lidar com a mesma (confiança) — criando então uma postura de ‘ataque’ (Martin, 2021).

Na verdade, há quem veja nesta postura agressiva, a natureza defensiva da política externa chinesa. A China, durante décadas, sentiu-se de certa forma humilhada pelos estados mais poderosos da esfera ocidental, tendo tomado um papel secundário no SI. A nova governação acredita que tomando uma postura assertiva que a China se tornará um ator muito mais poderoso, porque não demonstra medo de outras grandes potências. Há uma ambiguidade complementar da FRC, a ‘ascensão pacífica’ com este tipo de postura (Yang, 2023).

Wang acredita que esta estratégia chinesa, no final de 2021 e início de 2022, tem vindo a diminuir, sendo mesmo afirmada que está em decadência. (Wang, 2022) A China era desacreditada por causa deste tipo de ações. Então, em maio de 2022, Xi Jinping, numa reunião dos altos oficiais do PCC, demonstrou interesse numa ligeira alteração da narrativa, a China deverá ter uma postura aberta e confiante, porém modesta e humilde para com o resto do mundo. A China quer demonstrar uma postura mais positiva e cooperativa. (Wang, 2022) Um exemplo disto, é a própria reunião do G20, onde Xi e Biden, apesar das divergências abrem portas ao diálogo (Martins, 2022). No entanto, como vimos em cima, a China não apresenta estratégias uniformes, e dada a posição frágil (Yu, 2022) desde o início da guerra da Ucrânia, o argumento de Wang seja justificado pela pressão internacional de que Pequim tem sido alvo (Godement, 2022).

Adicionalmente, há cada vez mais o registo de diplomatas chineses que utilizam as redes sociais ‘ocidentais’. Sendo a mais utilizada, o polémico Twitter. Há o registo de Zhao Lijian, um dos grandes nomes da política externa chinesa, ser um ávido utilizador desta rede social. Não é certamente para atrair a atenção dos chineses, senão utilizariam redes sociais como a Weibo ou o próprio WeChat, mas para gerar *engagement* com o

resto da comunidade internacional, tal como os políticos ocidentais. Mao Zhaoxu, vice-ministra dos negócios estrangeiros chineses, afirma que os 'guardiães dos interesses do país e das suas pessoas deverão dar esse passo em frente' (Tian, 2022).

Por outro lado, temos visto um crescimento do uso do termo '*debt trap diplomacy*' para caracterizar a diplomacia chinesa. Este conceito explica que a FRC e o governo chinês utilizam uma estratégia global manipulativa, concedendo empréstimos a países que não têm como os pagarem, criando então, aumentando a influência política da China. (Chellaney, 2017) Sendo importante relembrar a falta de transparência da FRC, sendo que muitas vezes os governos que recebem o investimento não sabem exatamente com que autoridade ou empresa estatal estão a lidar (Jie, 2021).

É também bastante relevante para esta temática, mencionar o recente envolvimento da China na governança global. O presidente do PCC não tem problemas em declarar que a China tem de liderar a reforma do sistema da governança global, modificando as instituições e as normas existentes, refletindo os valores e prioridades de Pequim. Por exemplo, o crescente investimento nas missões de *peacekeeping* das Nações Unidas (CSIS, 2022), temos também a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a disponibilidade para abrir o diálogo com a Coreia do Norte sobre tratados de não proliferação. Para além das instituições já mencionadas, como o AIIB, a ASEAN e os BRICS, a China também é membro fundador da *Shanghai Cooperation Organisation*, apelidada 'Nato do Leste', organização de qual a Rússia faz parte (Seiwert, 2020). A China tenta ganhar mais poder e influência nas organizações pós-Bretton Woods, porém reforça cada vez mais as alianças com parceiros não alinhados ao ocidente.

A par do crescimento chinês e do seu envolvimento com organizações internacionais e o multilateralismo, vemos o crescimento de uma China muito mais assertiva em vários assuntos. No entanto, do ponto de vista do neorrealismo, a China ainda não se encontra para ocupar um papel de tão elevada proeminência como o que procura (Sørensen, 2013). Relevando algumas falhas ou inconsistências, como, por exemplo, na abordagem ao continente europeu, que será explorado no terceiro capítulo.

Isto vem de acordo aos argumentos de Buzan (2010), que defende que a China é um estado revisionista reformista. Com este conceito o autor demonstra que a China pretende tornar-se numa nova vanguarda, no entanto, não rejeita totalmente a forma de organização da sociedade internacional. Ao contrário, da China de Mao, que seria uma China revolucionária revisionista, a China contemporânea tem uma visão mais moderada para a sua imagem no SI (Ibidem). Esta mudança de posição justifica-se na ascensão da China no sistema vigente, a China não se revê totalmente, mas, ao mesmo tempo foi o que lhe permitiu ser bem-sucedida. Desta forma, Pequim aceita uma base de organização pluralista, onde coexistem vários tipos de OIs, assim como a forma de organização do comércio internacional. No entanto, ao mesmo tempo, a China tem vindo a resistir aos princípios liberais, que acredita não se aplicarem a si, resistindo a nível político, à normatividade política do Ocidente. Buzan acredita na ascensão pacífica da China, uma vez que esta, através da sua política externa, está focada em crescer e desenvolver a sua economia, através do multilateralismo e do bilateralismo, não propriamente em desafiar os EUA. A China, com o crescimento do seu poder na cena internacional acredita que tem mais responsabilidades internacionais, no entanto, esta acredita ter uma missão regional, construindo uma sociedade com base nos valores asiáticos. Além das ideias acima expostas, Mitter e Johnson (2021) explicam que a China acredita ser uma prova no falso argumento do Consenso de Washington, este que afirma que a democratização política e o sucesso económico andam de ‘mãos dadas’. De facto, a própria população chinesa, educada da forma asiática, acredita que o sucesso económico do país se deve em muito ao autoritarismo central que caracteriza o PCC (Ibidem).

2.3 *Tianxia*, *soft power* e a FRC: Uma Visão Chinesa o SI

Como já foi mencionado nos outros pontos, Xi Jinping, aproveitou o crescimento e prosperidade da China para repensar o papel da China no mundo. A política externa vai-se moldando, começando a utilizar novas táticas, desde diplomacia assertiva ao crescente investimento no multilateralismo chinês. Neste sentido, a China repensa no conceito de *Tianxia* e o seu crescente *soft power* como forma de ocupar o seu lugar de

potência reformista revisionista. No que respeita o conceito de *Tianxia*, este tem inerente uma missão, embora utópica, de como deveria o mundo funcionar na perspetiva chinesa. Este conceito tem como base a harmonia na sociedade global, assente na realidade física, psicológica e política da humanidade (Zhang, 2010). A *Tianxia* foi o sistema utilizado na dinastia Zhou, podendo ser comparado, embora mais recente, a alguns dos princípios da ‘paz perpétua’ de Kant (Ibidem)

A *Tianxia* propõe um modelo alternativo ao reconhecimento da política ‘Nós versus Eles’ de Carl Schmitt, às disputas de poder realistas de Morgenthau e ao Choque entre Civilizações de Huntington. Uma vez que a China não se revê em nenhuma destas abordagens, esta filosofia chinesa surge como a mais eficaz, ou de certa forma a mais aproximada da visão da China (Tingyang, 2018). Os líderes chineses revisitam o passado da China milenar numa tentativa de encontrar aí os motivos que legitimam o seu ressurgimento, nomeadamente a nostalgia do que havia sido a Rota da Seda (Zhao, 2017). Por meio de uma leitura neorrealista, verificámos que a China não se revê necessariamente entendimento ocidental das RI e que, ao mesmo tempo não se resigna ao seu papel secundário no xadrez internacional (Bekkevold, 2023). O sucesso económico chinês tem de feito acompanhar de um pensamento de que ele não está completo sem uma China forte a outros níveis, nomeadamente no panorama internacional. Estas ambições da China para uma governação global são apelidadas ‘Comunidade de Destino Comum’ (Xinhua, 2020, para. 2).

Num momento em que Ikenberry e Mearsheimer (The Sockdale Center, 2021), discutem o futuro da Ordem Liberal e no âmbito do qual existe abertura para uma bipolarização do SI³¹, o conceito de *Tianxia* poderá tornar-se numa alternativa ao liberalismo (Ibidem). Tendo isto em mente, o governo chinês tem vindo a investir em estratégias de *soft power* com vista a fomentar o ‘Sonho Chinês’ (Mardell, 2017, para. 2). Neste sentido sublinham-se as várias iniciativas com vista à promoção da China, principalmente no âmbito dos parceiros FRC. Uma destas iniciativas reside justamente na capacidade da China no aumento dos Institutos Confúcio um pouco por todo o mundo, nos quais é ensinado mandarim, assim como os valores e as tradições chinesas³²

³¹ uma frente liberal e uma nova frente não liberal liderada pela China.

³² sendo estimada a existência de cerca de 500 destes institutos.

(Carminati, 2020). No ramo académico global, um setor tradicionalmente dominado pelos EUA e pela UE, a China torna-se no terceiro destino mais popular de intercâmbios para estudos ou intercâmbios académicos (China Power). Outro exemplo de manifestação do *soft power* chinês, consiste na capacidade de os meios de comunicação chineses emitirem em cada vez mais línguas e cada vez mais países. Como exemplos de alguns destes media chineses temos a *Xinhua*, a *China Daily*, o *Global Times*, a *China Radio International* e a CCTV (Embaixada da China no Canadá, s.d.). A China tem, para além disto, procurado ser um ator influente na área do entretenimento, principalmente na produção de conteúdos cinematográficos (Nilsson, 2014). Até mesmo em Hollywood a China procura ter atores chineses. Existem também estudos de caso sobre o investimento chinês no desporto, nomeadamente em Futebol, considerado um dos desportos com mais expressão social. Sendo afirmado que a China utiliza também o investimento em Futebol como tentativa de aumentar a sua influência no mundo (Júnior e Rodrigues). Este investimento acontece não só em clubes chineses como em clubes de renome internacional, como, por exemplo, AC Milan, Manchester City e Atletico Madrid (Over Time, 2016). A própria cultura chinesa milenar é muito atrativa, a gastronomia, o passado histórico, figuras no mundo da arte inclusive a vida selvagem no seu território (Albert, 2018). De mencionar ainda os clássicos chineses como Sun Tzu e Confúcio, promotores do pensamento chinês assim, no pensamento da cultura milenar, a medicina tradicional chinesa.

Além disso, a China procura canalizar essencialmente os feitos positivos do país, ocultando ao mesmo tempo, as características negativas da governação chinesa. Neste sentido, o *soft power* não poderá ser entendido como *soft power*, mas como Sharp Power, ou seja, ao contar a história que lhe convém e ao ocultar o que não trará benefícios, não é um verdadeiro *soft power* (Nye 2018; Taehwan, 2018), podendo ser comparada, por exemplo, à Coreia do Norte. Um exemplo disto, no âmbito tecnológico e das redes sociais, são os Influencers falsos, numa tentativa de criação de conteúdo atrativo e com que os utilizadores de redes sociais se possam relacionar (Booker, 2019; Yeung e Bae 2023).

Por outro lado, a própria FRC é um veículo de *soft power*, sendo importante a opinião de Smotrytska, segundo a qual 'As novas conexões promovidas pela FRC podem

reconfigurar relacionamentos, redirecionar a atividade económica e transferir o poder entre Estados' (2021, para. 5). De referir a convivência entre todos os países que recebem investimentos e os trabalhadores chineses. Em adição, as técnicas, o conhecimento, e o método e rigor chinês. O crescimento do mandarim nos países onde há investimento, como, por exemplo, a sinalização dos locais de 'obras'. A acrescentar a esta ideia, o projeto *Soft power 30*, considera que a China é um dos 30 países com mais *soft power*. No entanto, e apesar de ter vários pontos fortes, a China não tem mais poder de influência no mundo devido à imagem do governo, a falta de liberdade, a falta de transparência e as violações de direitos humanos.

A FRC é uma iniciativa que pretende uma ascensão da China no SI. Sendo mesmo considerada a tentativa chinesa de conseguir criar um modelo alternativo ao modelo ocidental — o modelo chinês (Bin, 2021). A iniciativa é a estratégia de Xi Jinping para alterar a governança global. Esta transcendendo a fachada económica, passando para os termos de política e poder. Isto manifestando o desejo de haver um sistema regido ou pelo menos influenciado pelas normas chinesas. Xi Jinping entende que para ter sucesso no mundo política e transformar a China num ator de relevo, um país precisa de mais do que *hard power* ou uma economia robusta — um país precisa ter *soft power*.

A acrescentar a esta última ideia, que um Estado para ser bem-sucedido no SI deverá investir nas novas tecnologias. Neste sentido a China lançou o plano *China 2025*, que cogita tornar o país a maior força global na área das tecnologias. O governo chinês tem vindo a conceder empréstimos a empresas de tecnologias chinesas para poderem produzir 'mais e melhor' em tempo recorde. Este projeto inclui não só telemóveis e computadores, como veículos eletrificados, telecomunicações, aparelhos robóticos e inteligência artificial (Chatzky e McBride, 2020).

2.4 A FRC no plano externo

A presença chinesa no âmbito da FRC tem-se materializado na Europa, em África, em grande parte da Ásia (Centro, Sul e Sudoeste), bem como na América Latina, como uma forma chinesa de procurar preponderância no SI, como dita o neorrealismo. Do ponto de vista terrestre destacar daqui o Médio Oriente. No caso do Médio Oriente sublinhe-se a importância do Corredor Económico China-Paquistão. Projeto ambicioso do ponto de vista técnico e financeiro, com um custo associado de cerca de 60 mil milhões de euros. Este projeto liga a província de Xinjiang ao Paquistão através de projetos que ligam cerca de 3 mil quilómetros (aproximadamente). Este corredor fomenta a indústria do carvão, de energia eólica, autoestradas e comboios de alta velocidade (Al Jazeera, 2021). Do ponto de vista marítimo, há que destacar o investimento do governo chinês em portos em variados locais desde o Sri Lanka, Dubai, Djibouti, Grécia, Espanha ao Peru (Al Jazeera, 2021). O Governo chinês planeia ‘construir’ cerca de 50 zonas especiais económicas, moldadas como uma espécie de espaço Schengen entre a China e certas zonas dos países parceiros (Chatzky e McBride, 2020). A esta estratégia, há também a criação de bases navais chinesas pelo globo culminando, para a comunidade académica, no plano a que apelidam ‘Colar de Pérolas’ (Ashraf, 2017).

Em 2022, a FRC já tinha bases sólidas, quase 150 países a apoiar a iniciativa (Green FRC Lab, 2022)³³. Este apoio de outros países foi possível graças à diplomacia chinesa ‘*People to People*’ (P2P) (Ayhan 2020) com foco nos países mais vulneráveis. Assim, esses países estariam mais abertos à intervenção estrangeira, criando uma oportunidade para a China se tornar mais influente e superar outros grandes atores no Sistema Internacional. Todavia, não há informação sobre o número de projetos e investimento exato, existindo uma estimativa que aponta para de mais de 2600 projetos em mais de 100 países (Umbach, 2022). É também estimado que a China venha a investir cerca de 1,3 biliões de dólares americanos até 2027 nestes projetos (Ibidem).

Embora não fazendo parte oficialmente da FRC, a Rússia não deixa de apoiar os esforços chineses em construir uma alternativa à Ordem Liberal do Ocidente, nomeadamente o sistema *Bretton Woods* instalado depois da Segunda Guerra Mundial.

³³ As fontes do governo chinês nem sempre estão atualizadas.

Porém, Vladimir Putin mantém uma postura assertiva, mantendo o orgulho russo. Sendo o projeto da Rússia, a União Económica Euroasiática, um projeto competidor da FRC, não fará sentido na visão russa aceitar investimento chinês (Standish, 2019). A Rússia vê na China um parceiro importante na promoção de uma visão do mundo não ocidental, ao invés de antiocidental. Porém, Moscovo sente um ligeiro desconforto face às influências chinesas detém nos antigos estados soviéticos, porque este é o seu *near broad* (Standish, 2019). Neste seguimento, a influência nestes países revela da parte da China a tentativa de manter boas relações com as repúblicas da Ásia central, não só pela questão de Xinjiang³⁴, mas também pela segurança das fronteiras.

Nos investimentos da FRC, sublinhe-se caso de África. O continente africano concentra uma grande parte do investimento da FRC e tem sido um ponto de várias investigações académicas dado o fluxo de investimentos no continente. O Governo Chinês apelida estas relações com África como uma “nova era de desenvolvimento comum” (Governo Chinês, 2022). Neste seguimento, é criado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), como forma de parceria multilateral. As relações da China com o continente africano têm vindo a intensificar-se desde 2015 uma vez que África é uma componente importante da visão de Xi Jinping para o mundo. Atualmente, tendo já mais de 50 estados africanos envolvidos (Yu, 2022). Desde aí, foram criadas várias componentes no âmbito deste fórum como saúde, desenvolvimento, direito bem como mentoria política (Ibidem). Com base no acima exposto, um projeto ilustrativo do investimento da FRC em África é a inauguração de uma ferrovia de grande velocidade no Quénia, totalmente eletrificada (Unger, 2018). Com efeito, esta ferrovia liga Nairobi à cidade de Mombaça, onde há, estrategicamente, um dos maiores portos do Oceano Índico. Face ao volume do investimento chinês levanta-se a questão “Será o Quénia capaz de pagar este empréstimo à China?” (Yusuf, 2020). A acrescentar a esta questão, sublinhem-se os termos deste investimento, que avisam que o Quénia não poderá comprar componentes, ou usufruir de serviços mecânicos de outro país que não seja a China. Deste modo, o Quénia não poderá quebrar laços com a China, mesmo que consiga cobrir o valor do investimento, uma vez que a manutenção da linha ficará a

³⁴ Maioria Muçulmana.

cargo do governo chinês. A situação do Quênia espelha o que tem vindo a acontecer no âmbito de diferentes projetos com outros Estados (Ibidem).

Por outro lado, além da questão de África, há que destacar a questão do investimento chinês no Sri Lanka e da crise política no país provocada por uma alarmante dívida externa, sendo uma grande parte desta dívida referente aos empréstimos da FRC (Samaranayake, 2021). Com efeito, o governo chinês chegou a acordo com o governo cingalês sobre o controlo do porto de *Hambantota* durante 99 anos — que tem uma localização estratégica para a China — em troca de uma negociação da dívida externa (Cunha, em entrevista no âmbito da presente dissertação). Sendo também relevante destacar, nesta mesma linha, a dívida do Djibouti, uma vez que o caso do país, com o mencionado caso do Sri Lanka tem levantado preocupações em OIs como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. (Al Jazeera, 2021). Sublinhe-se ainda o afastamento da Índia do horizonte chinês, dadas as relações cada vez mais próximas entre Pequim e Islamabad. Apesar de a Índia ser um dos fundadores do AIIB, tem vindo a afastar-se, na arena multilateral da China e a unir esforços com os EUA, inclusive tendo assinado a Estratégia Indo-Pacífico com os EUA em 2017. Neste sentido, o Japão, aliado do mundo liberal, tem também uma opinião muito semelhante à da Índia tendo, inclusive, anunciado um investimento de cerca de 110 milhões de dólares em infraestruturas na Ásia e unindo esforços com a Índia, anunciando um corredor de crescimento Ásia-África (Gateway House, 2019).

A acrescentar a isto, o interessante caso da Malásia em relação à FRC. (Zainuddin, 2021). Apesar do governo da Malásia ter sido um dos primeiros a apoiar a FRC e a usufruir dos fundos incluindo o projeto *Forest City Johor*, as relações entre os atores têm vindo a esfriar. Com efeito, o antigo primeiro-ministro da Malásia, Najib Razak, assinou um acordo com a China para usufruir de fundos para construir o *East Coast Rail Link* (ECRL). No entanto, tornou-se do conhecimento público através dos *Red Papers*, que o governo chinês tinha uma taxa de inflação muito alta, sendo impossível para o governo da Malásia poder arcar com as despesas, sendo apelidadas, mais uma vez, as estratégias da FRC como *debt-trap diplomacy*. Este assunto levantou a um desagrado geral por parte da população, passando, no país, a FRC a ser vista como sinónima de corrupção. De facto, esta polémica deu origem a uma nova eleição na Malásia. O novo primeiro-

ministro, Mahathir Pakatan Harapan, está em negociações com o governo chinês, tendo muito mais prudência que o antecessor. A maioria dos projetos da FRC na Malásia estão em *stand-by* dada a falta de acordo entre ambas as partes.

Face ao exposto, constatamos que não existe um consenso do SI face à FRC — como seria de esperar num SI multipolar. No entanto, no que concerne à Europa, nomeadamente à UE, não é expectável haver esta divisão, quando se toca num ator que é iliberal. Temos os casos de apoio à FRC por parte de Estados como o Luxemburgo, Portugal, e vários países da região dos Balcãs. Deste último caso, sublinhemos o envolvimento da Grécia com a FRC. Com efeito, a empresa estatal chinesa de distribuição, Cosco, adquiriu em 2016 o porto de Piraeus, localizado em Atenas sendo este um dos maiores e mais importantes da Europa. O governo grego anunciou em 2018 a entrada para a FRC (Global Times, 2022). Com acesso a alguns países da UE, a China consegue aceder indiretamente ao mercado comum da UE, pese embora as instituições europeias assumam uma posição cética em relação à FRC³⁵.

Além disso, há que constatar que a China é o maior poluidor do mundo, existindo vários movimentos que denunciam países com valores pró-sustentabilidade, de se unirem à FRC, sendo uma das iniciativas mais poluentes do mundo (Chiu, 2022). A China respondeu a estas críticas através da criação da *Green Belt and Road*, para mostrar uma fachada sustentável. No entanto, e apesar de críticas da comunidade internacional, mencionemos denúncias de várias políticas domésticas chinesas, nomeadamente a população Uigur, os Estados que apoiam a FRC decidem de certa forma ignorar os problemas da população chinesa face ao volume de investimentos por parte do governo chinês nos seus territórios (Besheer, 2021).

³⁵ A ser explorado no terceiro capítulo.

Conclusão Parcial

Concluindo assim este capítulo, é possível inferir que a FRC é um plano do governo chinês para fomentar as relações comerciais e políticas entre os Estados que têm vindo a aceitar receber os empréstimos no âmbito da iniciativa. Neste sentido, a FRC é considerada uma gigantesca rede de comércio internacional com objetivos políticos — sendo este considerado um dos mais dispendiosos projetos da história mundial. Além disso, e face à estagnação da economia chinesa, assim como o baixo poder de compra da sua população, o governo chinês vê também nos projetos da FRC uma alternativa, fora do seu território, para fomentar o funcionamento e crescimento das suas indústrias.

Ao mesmo tempo, através da criação da FRC, a China aspira afirmar-se como uma potência mundial, manifestando o seu desejo por obter um papel mais interventivo no SI. Face ao exposto, através do neorrealismo, podemos constatar que a China, através da FRC, das tentativas de produção de *soft power*, bem como uma nova era na sua política externa, acredita que os últimos anos são o momento certo para esboçar uma alternativa à Ordem Liberal. Com efeito, a China não se revê nos valores e normas ocidentais, e tem vindo a servir-se do seu poderio económico para alcançar um papel de ator *revisionista reformista* no SI. Neste sentido, a China tem vindo a rever o seu passado imperial como justificação da procura por mais poder, principalmente, face ao Ocidente. A China vê no conceito de Tianxia — ‘todos debaixo do mesmo Céu’ — esta alternativa não-ocidental para o funcionamento do mundo que se tem vindo a manifestar na FRC.

Terceiro Capítulo

A PESC vis-à-vis a FRC

‘A China é uma parceira para cooperação, uma competidora económica e uma rival sistémica’ (Bússola Estratégica, pág.18, para. 1, Tradução da Candidata)

A UE e a China têm relações bastante complexas. Se por um lado consideram cooperar, por outro têm valores antagónicos, o que as leva a serem rivais sistémicas. Ambas veem na outra algo com que não se reveem, no entanto, sabem que deverão coexistir e interagir entre si para garantir a sobrevivência das suas economias. Através da PESC, a UE mostra a sua face ao mundo, enquanto a China utiliza a FRC como forma de se aproximar de possíveis parceiros. Este capítulo irá analisar como os dois atores interagem, nomeadamente através da PESC e da RFC.

3.1 Contexto das relações UE-China

A UE sempre se auto caracterizou como um ator com um forte *soft power* (Tuomioja, 2009), promotor de valores europeus, tais como democracia, paz, direitos humanos e liberdade. Como corroborado pela eurodeputada Margarida Marques (entrevista no âmbito da presente dissertação), a política externa europeia é definida por estes mesmos valores, condenando todas as iniciativas de países que não se enquadrem nos *standards* europeus. No entanto, tem vindo a ser confrontada com a estratégia FRC, do seu maior parceiro económico, a China, que não cumpre com estes mesmos *standards*. A UE encontra-se numa posição delicada, condenando várias realidades da FRC e ações do próprio governo chinês, não podendo, no entanto, ignorar a China, para os seus próprios interesses a longo prazo (Latona e Carrera, 2023). A acrescentar a esta ideia, a UE vê-se como um ‘estabilizador’ e defensor de um mundo multipolar (Carnegie Europe, 2022) sabendo, não obstante, que esta realidade só poderá ser atingida num entendimento com a China. Por outro lado, a China moderna vê neste sistema uma

forma de expandir a sua FRC, apesar de não se rever ideologicamente no mesmo (Baru, 2023).

As relações diplomáticas de relevância entre a UE e a RPC remontam a 1975³⁶ e desde então, esta dinâmica tem vindo a desenvolver um crescente significado a nível global. Este diálogo abrange vários domínios, desde economia, a segurança e política. Em 2003 a UE declara a China como *'comprehensive strategic partner'* (Comissão Europeia, 2003). Em 2008, no pico da crise económica à escala mundial, a China começa a expandir o investimento direto na UE, sendo que em 2010 foram registados cerca de 2 mil milhões de euros em financiamento para a UE. Foi observado que esta relação foi largamente marcada em termos económicos, porém, este crescente interesse da China na UE, (assim como o próprio crescimento chinês) promove uma conversa cada vez mais politizada por parte da UE para com a China (Anthony, 2021).

Desde a chegada de Xi Jinping ao poder, a China adotou uma postura mais assertiva e ambiciosa no SI. Em 2014, a UE torna-se no maior parceiro comercial da China³⁷ (Destatis, 2021). No ano de 2016, três anos após o lançamento da FRC dá-se o pico de investimento chinês na UE, que ronda os cerca de 37 mil milhões de euros. No entanto, as relações bilaterais UE-China num pós-2013 pautam-se pela narrativa positiva da China face à crescente desconfiança e prudência europeia (Anthony, 2021). O conselheiro estatal chinês e antigo ministro das relações externas da China, Yang Jiechi, afirma haver mais a unir a UE e a China do que a torná-las competidoras (Ibidem).

Em 2019, a tomada de posse de Ursula Von der Leyen marca um novo momento para a UE. Von der Leyen é clara na ambição de tornar a UE num ator mais independente e com mais impacto a nível mundial (Hockenos,2023). Num momento em que esta relação bilateral se torna numa complexa falta de fronteiras entre o económico e o geopolítico, dá-se em 2019 o *'Diálogo Estratégico UE-China'* (EEAS, 2019a). Federica Mogherini, antiga VP/AR da UE clarificou a visão da UE relativamente à China. Após questionada pela imprensa sobre a dualidade de ver a China como *'rival'* e *'cooperadora'*, Mogherini explica que a UE é realista e pragmática (Ibidem). Realista, no sentido em que a UE sabe que a China não tem os mesmos valores ou objetivos para o

³⁶ Na altura a UE ainda no formato de Comunidades Europeias.

³⁷ A China igualou este estatuto e tornou-se no maior parceiro comercial da UE em 2020.

SI. Pragmática, porque apesar das divergências acreditava que a UE, a China e o próprio SI beneficiará da cooperação entre ambos os atores. As instituições europeias acreditam que seria bastante ‘ingénuo’ senão ‘ridículo’ (Ibidem) não definir a China como inimigo sistémico, porque está à vista de todos as diferenças nos modelos de governação. No entanto, é do interesse comum praticar boas relações com a China, principalmente em questões do comércio internacional e segurança (não-proliferação nuclear). Neste mesmo evento, Mogherini denomina o antigo primeiro-ministro chinês, na altura a ocupar o cargo, Wang Yi como ‘querido amigo’. Aproveitou a ocasião ainda para descrever a relação como complexa, contundo afirmando que deverão manter a cooperação e diálogo aberto, mantendo o olhar no futuro, tendo em mente as novas ameaças e a questão da ciber segurança (Ibidem).

A FRC tem vindo a ser discutida na UE, numa combinação de curiosidade, confusão, criticismo e preocupação sobre a mesma. Se por um lado, vários governos da UE já apoiaram a FRC, por outro, as vozes nas instituições europeias acreditavam que a FRC ameaça os valores europeus (Kuhmann, 2020). A falta de transparência da FRC preocupa os líderes europeus, sabendo-se, no entanto, que não havia uma resposta coesa da UE, sendo ilustrativo à questão a opinião de Jie (2021) “As democracias demonstram-se lentas e pouco coordenadas em responder à FRC”. Por outro prisma, importa constatar que os investimentos da China na UE têm vindo a diminuir num pós-2019 derivado da pandemia. Neste mesmo ano, o investimento chinês na UE caiu para cerca de 13 mil milhões de euros (Zenglein e Sebastian, 2022). Apesar de um abrandamento geral dos investimentos, tem sido registado um crescimento do interesse privado das grandes empresas europeias na FRC (Kuhmann, 2020).

Em suma, a relação entre Pequim e Bruxelas é complexa, por um lado, não é isenta de competição, por outro, apresenta dinâmicas de cooperação, em termos económicos e geopolíticos os quais serão explorados na próxima secção. Apresentam a dualidade de serem dependentes uma da outra em termos económicos, no entanto, são antagónicas a nível de valores e objetivos para o próprio SI. A própria FRC é vista tanto como uma oportunidade como uma ameaça. Num mundo cada vez mais polarizado pelas tensões China-EUA, a UE tem em vista estabelecer-se como um ator autónomo com um papel normativo e defensor da multipolaridade (Neuman, 2019).

3.2 Fatores de Competição entre a PESC e a FRC

A presente secção abordará temáticas que geram tensão entre a UE e a China. Entre os principais fatores de competição entre os atores, nomeadamente, entre a PESC e a FRC, ressalta imediatamente o chamado '16+1'³⁸ ou a 'Cooperação entre a China e os Países do Centro e Leste da Europa' (CEEC). Esta plataforma foi criada em 2012 com base na 'amizade tradicional' e no desejo de criar cooperação 'win-win' entre todos os envolvidos (CEEC, acesso em 2023). Após o surgimento dos '16+1' em 2013, na cimeira em Bucareste, foi anunciado um pacote de cerca de 10 mil milhões de dólares com vista a apoiar o desenvolvimento de países europeus (Patran, 2013; Sun, 2014).

Na comunidade académica, esta cooperação é vista como uma extensão da FRC uma vez que a maioria do investimento chinês terá em vista a melhoria de infraestruturas nesta região da Europa (Gupta, 2020; Kintzigner e Horky 2022; Rodríguez, 2022). A tentativa de aproximação aos Estados Membros da plataforma por parte da China, tem por base a ideia de que os países do Leste Europeu necessitam de investimento estrangeiro para se poderem aproximar do nível de riqueza dos países mais desenvolvidos da Europa. Ilustrativo a este respeito, é o processo de negociação, envolvendo projetos de renovação das vias rodoviárias que liga Budapeste, a Belgrado, (Ibidem). Em 2019, a Grécia junta-se à iniciativa formando então os '17+1', contando então com 12 países que também são Estados-Membros da EU (CEEC, 2019). Este novo Estado-Membro dos CEEC, faz com que o grande sucesso da organização seja o investimento no Porto de Pireus, percebido com um grande polo marítimo da rota da seda marítima do século XXI — a componente marítima da FRC (Ciurtin, 2019). Nesta iniciativa é notório o interesse, pela parte de Pequim, na questão de *soft power*, suscetível de plantar uma boa imagem da China e mostrar que a FRC tem iniciativas bem-conseguidas. Numa breve análise à luz do neorrealismo, poderemos explicar que a China não conseguindo o efeito desejado na UE, tenta penetrar em pontos estratégicos. É verificada então a utilização de uma camada do multilateralismo chinês, isto seja, uma vez que não consegue um consenso da UE, perfura em países que estejam mais abertos

³⁸ É referido na literatura como '17+1' ou '16+1', no entanto surgiu como '16+1'.

ao investimento chinês, formando um subgrupo com alguns Estados-Membros da UE. (Song, 2019).

O que poderia ter sido um plano excelente para ascender no SI por parte da China, e uma espécie de ‘portão de entrada na Europa’ revelou-se numa iniciativa com graves falhas. De facto, este fórum representa, para os parceiros europeus nele envolvidos, uma cimeira anual de ‘promessas vazias’ (Brînză, 2021; Kobierski, 2021). Tal deve-se, não tanto à capacidade de contenção da FRC por parte da UE, mas sobretudo ao facto de os Estados-membros da CEEC não sentirem os seus interesses respeitados pela China (Ibidem). Com efeito, a China tem vindo a dialogar com estes países como se fossem um monólito não tendo em conta os interesses de cada nação. Acrescente-se ainda a questão ‘Rússia’ à iniciativa. O alinhamento ambíguo entre a China e a Rússia, por exemplo, a respeito da Guerra da Ucrânia, e do passado histórico soviético de alguns destes países, visto como algo negativo, tem contribuído para minar ainda mais o progresso que era expectável e os membros deste bloco. Por sua vez, outro fator que contribui para este afastamento dos ‘17’ do ‘1’ é o fator tecnológico, sendo que os governos e instituições europeias não confiam inteiramente na tecnologia chinesa. Tal não pode ser separado da pressão dos EUA tem gerado nestes países para não aceitarem tecnologia Huawei no que concerne ao abrigo da rede 5G, sugerindo um memorando de entendimento com vários países na UE, em agosto de 2019. Curiosamente o primeiro país a assinar este memorando foi, precisamente, a Roménia, o país que anteriormente mantinha uma relação de maior proximidade com a China (Huntington,2021).

A posição de Bruxelas sobre as negociações com os ‘17+1’ é clara, sendo que a UE tem vindo a afirmar que este bloco não passa da estratégia chinesa de ‘dividir para conquistar’ (Lau, 2020; Song, 2019). Em 2018, os líderes europeus, chegaram mesmo a sugerir uma espécie de ‘financiamento por desempenho democrático’ (Benner e Weidenfeld, 2018), o que poderia fazer com que alguns Estados-Membros se afastassem ainda mais do horizonte europeu, face ao financiamento chinês. No entanto, em 2021, os ‘17+1’ foram considerados como uma estratégia diplomática ‘Zombie’ (Brînză, 2021), uma vez que não tem produzido avanços significativos. A acrescentar a isto, em maio de 2021, o ministro dos negócios-estrangeiros da Lituânia, Gabrielius Landsbergis, declara que a Lituânia doravante não fará mais parte dos ‘17+1’ uma vez que o governo lituânio

acredita é o melhor para o seu país, assim como para o futuro de uma UE mais resiliente (LRT, 2021; Lau, 2021). A solidariedade báltica culminou na saída da Estónia e da Letónia em agosto de 2021 da CEEC (Kaczynski, 2021). Pese embora, no website oficial, administrado pelo governo chinês, a informação remeta a existência de 17 países a cooperar com a China, estes diminuíram para 14 (Lau, 2021).

Apesar das relações entre os 17 com a China terem tido momentos favoráveis na visão chinesa, elas revelam a fragilidade da intergovernabilidade que caracteriza a Política Externa da UE. Segundo Mohan (2018), a FRC demonstra efetivamente a falta de coesão da UE, principalmente no domínio da política externa. Por meio de uma análise neorrealista, percebemos que o caso dos '17+1' revela as debilidades da UE, onde de um lado temos as instituições e, do outro, os governos. Embora as instituições europeias defendem o Sistema Europeu, alguns dos seus Estados-Membros deste sistema defendem os investimentos da FRC, sem que haja uma posição clara ou conjunta da UE. Isto coloca, de certa forma, em causa o projeto europeu, afetando a própria coesão e o sentido de união, a segurança europeia e o nível de competitividade económica (Ibidem). A acrescentar a esta ideia, como já mencionado no segundo capítulo, países como o Luxemburgo, Portugal e Itália assinaram documentos em que afirmam cooperação para com a FRC. Por outro lado, a França e a Alemanha, apesar de não terem assinado algum documento que confirme a sua colaboração com a FRC, têm vindo a trabalhar as relações bilaterais com a China, sublinhe-se a questão do Porto de Hamburgo e o *China-France Third Party Market* (Zhang, 2020; The Economic Times, 2022; Clark, 2022).

Voltando a 2016, três anos após o lançamento da FRC, a UE começou a estabelecer diálogos mais frequentes com a China. Enquanto muitos dos seus Estados-Membros já se encontram ligados à FRC, a política externa europeia não poderá ignorar a iniciativa. Surge então o documento 'Elementos para uma Nova Estratégia para a China' (Comissão Europeia, 2016a) onde a UE estabeleceu vários objetivos para as instituições e os Estados-Membro. Neste documento, a UE reconhece o fortalecimento da política externa chinesa, a grande influência que esta apresenta em vários países e o volume de incentivos ao investimento por parte do governo chinês aos seus privados (Ibidem). A UE assume ainda que o envelhecimento populacional chinês e as próprias

tensões internas e regionais, tornam o crescimento insustentável, sendo que este seria o momento para a UE procurar mais reciprocidade e transparência (Ibidem). No mesmo documento, a UE constata que os dois atores em questão são duas das três maiores economias mundiais e que a sua relação terá de obedecer a regras. Advoga que os Estados-Membros que mantêm relações de proximidade com a China deverão cumprir as regras, políticas e princípios europeus. Com efeito, a UE assume novamente as diferenças que marcam os dois atores, mas reflete na importância que as relações entre Pequim e Bruxelas terão para o mundo. Desde conectividade, investimento, segurança e inovação, até mesmo à governação global. Ainda neste documento, a UE apela aos Estados-Membros que reforcem as posições da Comissão e da EEAS sobre a China, nas relações bilaterais que mantêm, tendo sempre em consideração o interesse europeu (Eur-lex, 2016).

Neste sentido de ‘dever de cooperação’, são estabelecidas cimeiras anuais entre a China e a UE para que a competição em termos económicos e ideológicos possa alcançar algum consenso e permitir parcerias estratégicas com mais transparência e cooperação que beneficiem ambos os atores (Comissão Europeia, 2016b). A UE continua a pressionar a China para seguir normas do sistema ‘ocidental’, tentando criar consciência a nível de direitos humanos e sociais. No entanto, Julienne (2020) vê nas relações bilaterais UE-China uma ‘conversa de surdos’. O governo chinês é conhecido pela sua falta de compromisso para com as ‘obrigações’ internacionais, sendo que muitas vezes assume certas posições no papel por uma questão de *soft power* e para poder continuar a usufruir do multilateralismo ocidental (Williams, 2020). Já a UE continua a repetir a cada cimeira as expectativas a nível de cumprimento de *standards* que têm para a sua relação com a China, que não concretizadas. Anthony (2021) vê na política externa europeia uma falta de eficácia e conhecimento na forma de lidar com a China, nomeadamente na política externa da governação de Xi Jinping.

Outra componente que marca estas relações entre ambos os atores é o caso de Hong Kong. Em 2019, as relações entre os atores voltam a esfriar, uma vez que a China propôs um projeto-lei de extradição que ameaçou o estatuto de Hong Kong causando protestos intensos por parte da população do território na segunda metade de 2019 (Yeung, 2019). A antiga VP/AR da UE, Federica Mogherini, lançou um comunicado com

o Canadá a condenar a situação em agosto de 2019 (EEAS, 2019b). Rapidamente, Pequim respondeu dizendo que a UE deverá preocupar-se com a lei internacional, na qual Hong Kong não está incluído. O governo chinês acrescentou ainda que a UE deverá respeitar a soberania chinesa sobre o seu território e os seus assuntos internos (Nicólas, 2019; Euronews, 2020).

Seguidamente, o ano de 2020, marca o início da pandemia provocada pelo vírus Covid-19. Não só a nível da UE e da China, mas a nível internacional a agenda política abrandou, sendo que todos os Estados têm um inimigo a combater — a pandemia. No caso em análise, ambos os atores ofereceram ajuda mútua. Em março de 2020, o governo chinês enviou para Itália um contentor com máscaras e equipamento de proteção para hospitais. Deste modo, vários Estados-Membros como a Polónia, a Holanda e Espanha declaram ter recebido ajuda do governo chinês (Peel, 2020). Estes esforços contribuíram para a China se aproximasse de vários ministérios dos negócios estrangeiros dos países destinatários. Quando a agenda política vai começando a voltar ao normal na Europa, surgiu o debate falta de transparência e as táticas diplomáticas ‘*Wolf Warrior*’ do governo chinês face à Covid-19³⁹ e ao caso de Hong Kong. Tal contribuiu para colocar um alerta na EU (France 24, 2020). Neste sentido, é observado por autores como Yang (2020), Narkilar (2020) e Zhu (2020) que a China é bastante subtil até ser confrontada diretamente sobre questões domésticas. Além disso, a imposição da lei da extradição em junho de 2020, em Hong Kong é vista como uma violação da Declaração Sino-Britânica, que declara a autonomia de Hong Kong (Tsoi e Wai 2022).

Por sua vez, os Media ocidentais revelavam cada vez mais informações relativas à perseguição povo Uigur na província de Xinjiang. Estas constituem uma clara violação dos Direitos Humanos, indo, por conseguinte, contra os valores defendidos pela UE. No entanto, sempre que há uma tentativa de abordagem a estas questões por parte da diplomacia europeia, a China contrapõe, afirmando que estes são assuntos domésticos, recusando o diálogo neste sentido (Emmott e Brunnstrom, 2021). A questão do desenvolvimento tecnológico chinês, nomeadamente o 5G deverá ser sublinhada. Nenhum país europeu barrou a entrada das infraestruturas chinesas suscetíveis de

³⁹ Por exemplo, o verdadeiro número de infetados e mortos em território chinês.

providenciar a rede 5G (Tsang, 2019). Ainda na questão das tecnologias, o governo chinês ameaçou usar de sanções face a governos que proibam a entrada dos aparelhos Huawei nos seus países (Tsang, 2019; Julienne, 2020). Otero Iglesias (2022) explica que a questão da tecnologia 5G na UE é muito sensível, se por um lado os EUA acusam a China e a Rússia de ameaçarem a Cibersegurança, por outro, as polémicas da WikiLeaks nos EUA não dão uma imagem credível a Bruxelas. Além disso, face à parceria estratégica com a China desde 2013, a maioria das infraestruturas da rede 4G na UE já eram chinesas. Face a isto, a UE decidiu não proibir a origem das infraestruturas às operadoras europeias, mas classificou as redes 5G como algo que os Estados-Membros terão de definir como um assunto de segurança nacional nas suas respetivas legislações (Ibidem). Bruxelas criou ainda um mecanismo chamado de *EU Toolbox on 5G Cybersecurity*, no qual explicou que os governos deverão ter em atenção os “fornecedores de alto-risco”. No entanto, a UE afirma que na realidade do espaço europeu não pode proibir a origem destas infraestruturas, uma vez que se restringir certos países fornecedores poderá causar vulnerabilidades na distribuição de rede. Segundo o neorrealismo, podemos observar que de facto, os vários atores europeus são condicionados a adquirir o equipamento tecnológico chinês, face à necessidade dos próprios cidadãos e ao sistema comercial internacional, no entanto, admitindo que pode ameaçar a Cibersegurança do espaço europeu.

A 22 de março de 2021, a China levantou sanções a membros do PE e a entidades europeias, acusando a UE de espalhar desinformação sobre a China e ameaçar a soberania do governo chinês. A UE respondeu, por sua vez, com um novo mecanismo criado no âmbito da PESC, o *EU Global Human Rights Sanctions Regime*. A UE acusou a China de perseguição ao povo Uigur no mesmo dia em que a China levantou as sanções. (Parlamento Europeu, 2021a). Neste seguimento, o Parlamento Europeu, elabora uma série de sugestões para moldar as relações UE-China em 2021. Considerando todos os contactos com a China, e a própria atuação do governo chinês na atualidade, o PE refere a importância de utilizar, nas relações externas da UE, o Quadro Estratégico para os Direitos Humanos e para a democracia, colocando os direitos humanos e o estado de direito no centro da sua ação externa. Por outro lado, o PE define a China como um Estado unitário comunista, de cunho marxista-leninista, que não respeita liberdades

individuais, religiosas e de expressão — não indo ao encontro dos interesses da UE. É mencionado ainda, nesta mesma lista de sugestões, a atuação da China no caso de Hong Kong e Taiwan. Tudo isto resulta, em virtude nos fatores acima mencionados no congelamento das relações UE-China.

Gillingham (2020) sustenta que o SI tem sido alvo de alterações rápidas, provocada pelos ‘gigantes’ da Silicon Valley e da China, que o ator compara como às alterações do pós-revolução industrial no século XVIII. Gillingham defende que a UE tem de se adaptar com celeridade face a estas mudanças, e perceber onde ambiciona estar no futuro. Tal deve-se, ao facto de estar internamente paralisada e dependente do que decidem os EUA. A este respeito Lehne (2023) alude a um discurso de Borrell, onde este compara a UE a um ‘jardim’ onde há uma ótima combinação de liberdade política, prosperidade económica e coesão social’, ao mesmo tempo que o resto do mundo, é visto metaforicamente como uma ‘selva’⁴⁰ De acordo com Saxer (2022), há a percepção que o fim da Ordem Liberal estará próximo, tendo sido declarado por Macron e Biden, na mesma nota que é o ‘fim da era da ajuda humanitária’, aludindo à corrida por influência dos atores liberais e não liberais face a África.

Na sequência dos avanços da FRC, e do congelamento de relações com a UE, a cimeira do G7⁴¹ em Cornwall, de 11 a 13 de junho de 2021 criou um contra-plano à FRC,

⁴⁰ Num sentido anárquico, falta de Direito e Democracia clarificado pelo próprio após ter sido alvo de acusação de racismo.

sugerido pela administração Biden, Build Back Better World — o B3W (The White House, 2021). Este plano assenta em valores como: transparência, boa governação e o meio ambiente para a criação de mais conectividade — valores estes que a ‘comunidade ocidental’ não considera respeitados pela iniciativa chinesa. O G7 sente uma ameaça na balança de poder e utiliza a iniciativa como forma de reafirmar o seu lugar no SI. No entanto, a iniciativa é ainda vaga, não havendo agenda nem um plano económico definido, sendo utilizada mais como uma mudança na narrativa, do que algo prático (Shakil, 2023). Os objetivos desta iniciativa já são cobertos pelo Banco Mundial e pelo FMI, sendo apelidado pelo PE como a ‘alternativa ocidental’ à FRC (Parlamento Europeu, 2021b). A preocupação que surge no ocidente é se ‘os países em desenvolvimento vão escolher alinhar-se com a China, e a sua abordagem autocrática, ou seguirão a abordagem democrática do Ocidente’⁴². Mas podemos olhar por outro prisma. Países secundários para a economia global, os países em desenvolvimento, ganham com a competição entre os países pró-ocidentais versus a China e outras iniciativas não-ocidentais (Al Jazeera, 2021).

Conforme a premissa do neorealismo, em que o sistema condiciona a conduta dos agentes, verificamos uma tentativa do sistema, com as suas instituições e normas ocidentalizadas a tentar conter os avanços da China e da Rússia, sobretudo no continente africano. Os estados ocidentais deparados com um possível alinhamento não-ocidental, decidem que deverão fortalecer a sua visão para o SI investindo, noutros territórios, sobretudo em África (Farand, 2021; Carrai 2022).

Seguidamente, o PE deixa uma série de sugestões às relações sino-europeias, em setembro de 2021 admitindo que através da FRC, do *Made in China 2025* e do seu foco em tornar a China ‘global’, admitindo que estas colocam vários desafios políticos, tecnológicos, económicos e de segurança à UE. Defende então o PE, que o VP/AR deve criar relações com a China base em seis princípios: Diálogo aberto e cooperação sobre os desafios globais; Empenho reforçado relativamente aos valores universais, às normas

⁴² Brent Bruen, Presidente da “Global Situation Room”.

internacionais e aos direitos humanos; Análise e identificação dos riscos, das vulnerabilidades e dos desafios; Estabelecimento de parcerias com parceiros que partilhem as mesmas ideias; Fomento da autonomia estratégica aberta, inclusive nas relações comerciais e de investimento; Defesa e promoção dos principais interesses e valores europeus mediante a transformação da UE num interveniente geopolítico mais eficaz; (Parlamento Europeu, 2021c, para. 5). De entre estes princípios, há que destacar, a recuperação pós-pandemia, centrando a ação externa nos valores promovidos pela UE, a saber os Direitos Humanos, ação climática e desarmamento nuclear. Além disso, é referida, mais uma vez, a preocupação sobre a ascensão da China nas TIC, que poderá ser utilizada contra o Ocidente e contra os próprios cidadãos chineses (Ibidem).

Face ao exposto, a UE decide criar a sua própria estratégia para conter os efeitos da FRC, intitulada de *Global Gateway Strategy* em dezembro de 2021. No website da Comissão Europeia (2021) esta iniciativa é definida como o desejo de estabelecer conexões mais sustentáveis com base na confiança para os parceiros da UE. Neste projeto prevê um investimento de cerca de 300 mil milhões de euros até ao final de 2027⁴³ nas esferas digital, clima, energia, transportes, saúde, educação e investigação. No entanto, os críticos da iniciativa afirmam ser o ‘vinho velho em garrafas novas’ — um *branding* do que de certa forma já existe (Barbero, 2023; Andrews, 2023⁴⁴). Analisando a criação desta iniciativa à luz do neorrealismo, observamos haver um esforço da UE para não seguir apenas os EUA, mas ter a sua própria iniciativa. E daqui o esforço para se afirmar como ator autónomo, que poderá ser um entendido como um sucesso dos avanços da PESC. No entanto, a grande conclusão que advém da criação destas duas iniciativas (B3W e Global Gateway) é que o sistema ocidental tenta condicionar os agentes africanos para que estes não se deixem influenciar apenas pela FRC.

Estas tentativas em construir a *Global Gateway* surgem, por outro lado, como parte da resposta da UE à FRC, uma vez que a influência da China em África é particularmente significativa, sobretudo até no apoio em certos laços ideológicos (Vines e Wallace 2023). A UE pretende balançar a presença da UE/China em África, principalmente no setor digital, sendo a comissão europeia para a Concorrência, uma

⁴³ Sendo que metade do investimento deverá ser privado.

⁴⁴ Membro do Parlamento Europeu pelo RENEW.

das figuras presentes nas negociações entre a UE e países africanos (Lau e Moens 2022). A *Global Gateway*, é então uma iniciativa que visa, não apenas para salvaguardar normas e *standards* europeus, à semelhança de outras iniciativas europeias, mas também, para criar uma ‘atração gravitacional’ enquanto ao desenvolver e integrar outras regiões com a UE (Jakóbowski, 2021). O secretário-geral da EEAS, Stefano Sannino, considera que esta iniciativa representa uma “grande mudança” na forma de construir parcerias da UE. Por sua vez, o chefe da Delegação do PE para a China, Reinhard Bütikofer (2023), acredita que os investidores privados compreenderão o potencial de investir nesta iniciativa, nomeadamente em África (Barbero, 2023). Acrescente-se ainda a visão da eurodeputada, Margarida Marques (entrevista realizada no âmbito da presente dissertação) que vê na *Global Gateway* o que distingue a UE da China, os “elevados valores democráticos, transparência, boa governação e as transições verdes e digitais inclusivas”. A *Global Gateway* é ainda considerada uma forma de a UE contrabalançar a dependência energética que outrora tinha para com a Rússia e estabelecendo parceiros energéticos em África (Plesner, 2022) e, ao mesmo tempo, como forma de satisfazer ambições digitais da UE (Hernandez, 2022).

Neste sentido, embora a UE reconheça que não conseguirá atingir o volume de investimento que a FRC atualmente alcançou, considera, todavia, que não pretende criar dependência dos países africanos face à UE, mas sim, autonomia (Político, 2022). O diretor-geral da Comissão Europeia para parcerias, Koen Doens, considerando que “não só a quantidade conta, mas a qualidade também”, justificado pela narrativa de sustentabilidade e confiança que pautam a *Global Gateway* (Ibidem). Esta iniciativa cria então uma certa rivalidade entre a esfera de influência de Bruxelas e aquela de Pequim, que já se faz sentir no discurso de Xi Jinping (Reuters, 2022). Com efeito, a China tem vindo a incluir no seu vocabulário os conceitos de ‘qualidade’ e ‘sustentabilidade’ na sua referência a projetos, num pós-surgimento de iniciativas rivais do Ocidente (Euronews, 2021). Além disto, Borell afirma que será necessário estabelecer uma ligação entre a política industrial e de investigação e a política externa europeia. Aludindo a Anu Bradford, confere a UE como a principal difusora de normas no mundo, função que não poderá manter, sem beneficiar de preponderância na área tecnológica (EEAS, 2021).

A verdade é que a *Global Gateway* marca uma mudança de paradigma, enquanto a UE olhava para África e outras regiões do globo com base na ajuda humanitária, após o surgimento da *Global Gateway*, a UE está mais focada em construir parcerias estratégicas. Parcerias estas que serão mutuamente economicamente benéficas para a UE e os países que receberem esta ajuda, demonstrando o compromisso europeu com estes países em desenvolvimento. O *Global Gateway Africa-Europe* foi o primeiro pacote ao abrigo deste projeto, a ser anunciado em fevereiro de 2022, precisamente para o continente africano (Comissão Europeia 2021; Szczepański, 2023). Ilustrativo como ação desta iniciativa, mencionemos a assinatura da parceria entre a UE e a Namíbia, assinada durante a COP27 no Egito com vista ao desenvolvimento de matérias-primas sustentáveis e hidrogénio renovável (Comissão Europeia, 2022b). Pese embora, cerca de metade do investimento da *Global Gateway* seja direcionado para o continente africano, Chatelard (2023) considera que este está longe de ser suficiente. Para melhor explicar o seu ponto de vista, o autor explica que seriam necessários cerca de 150 mil milhões de euros em investimentos anuais no continente africano (Ibidem). Chatelard considera a *Global Gateway* como apenas ‘uma gota no oceano’, na rede de iniciativas multilaterais de investimento no SI.

Por outro lado, e face ao crescimento de iniciativas de investimento ocidentais, grande parte do Sul Global⁴⁵, continua a preferir a FRC em detrimento das iniciativas ocidentais. Tal deve-se ao facto de os Estados do Sul Global, fustigados por vários problemas económicos e sociais, não se encontrarem focados propriamente na aceitação de valores democráticos. Ao invés, os países do Sul Global preferem sobretudo o investimento em infraestruturas que lhes permitam o crescimento económico, com vista a melhor integração na economia mundial (Jakóbowski, 2021). Os media chineses criticam, por sua vez, o surgimento de iniciativas do Ocidente de apoio a África, dizendo ser uma ‘tentativa desesperada’ de contra-balançar a FRC e não de realmente cooperar e auxiliar no desenvolvimento destes países, relembrando aos parceiros africanos o passado colonial europeu (China Daily, 2023; Politico, 2022).

Como já mencionado no primeiro capítulo, a Bússola Estratégica (BE) da UE foi aprovada a 21 de março de 2022, numa altura em que Europa deixa de estar em paz,

⁴⁵ América Latina e África

sendo que a 24 de fevereiro de 2022, se iniciou o conflito russo-ucraniano — acontecimento que tem vindo a marcar um momento de tensão geopolítica à escala global. A BE foi definida pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, em 2021 como o documento de orientação política mais relevante no âmbito da PCSD (Ministério da Defesa Nacional Portuguesa, 2022). A este respeito, Brandão (entrevista realizada no âmbito da presente dissertação) admite que a criação de tal documento possa ser, efetivamente, uma mudança da retórica da UE. De facto, em contraste com a primeira estratégia de 2003, documento no se constata a “Europa nunca foi tão próspera” (Comissão Europeia, 2003), a BE tem um tom muito menos positivo. Sendo afirmado que ‘tudo é considerado armamento nesta batalha de narrativas que enfrentamos’ (Conselho da União Europeia, 2022). A BE assenta em quatro pontos-chave: Agir; Garantir a Segurança; Investir; Parcerias (Consilium, 2022). Estes preveem o destacamento de 5 mil militares em caso de crise; o reforço das missões da UE; o estudo e criação de uma política para a ciberdiplomacia/ciberdefesa; reforçar o investimento no setor da defesa bem como conceção de apoios para defesa dos Estados-Membro. Por outro lado, estão também consagradas medidas para as relações com parceiros estratégicos, tais como a NATO, a ASEAN, a OSCE, Reino Unido e Japão (Consilium, 2022).

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia, a par da crescente rivalidade EUA-China, aumenta a competição geopolítica e o protecionismo económico que contribuem, por sua vez, para a fragmentação do SI (Lehne, 2023). Com efeito, segundo o neorrealismo, vemos um sistema, no qual a UE se insere, ameaçado, e daí não achar prudente desenvolver substancialmente parcerias anteriormente desenvolvidas com a China, na medida em que esta apoia a Rússia, o Estado agressor. Neste sentido, é observada uma política externa europeia coesa e assertiva, que condena todas as ações Russas, levantando várias sanções aos ataques em território ucraniano. As relações UE-China ficam em *stand-by*. Isto, apesar dos esforços do governo chinês em utilizar a tática diplomática que apenas utiliza os laços com Putin para amenizar o conflito e dissuadir o uso de armamento nuclear. A UE mantém a sua posição, o que poderá afetar a robustez da economia chinesa e da FRC (Jie, 2023).

Na BE, a China é definida como parceira para cooperação, competidora económica e inimiga sistémica. No documento, a China é também definida como o segundo maior parceiro comercial da UE, e como necessária para resolver questões globais, sendo reconhecida as crescentes capacidades militares e tecnológicas chinesas (Conselho da União Europeia, 2022). Neste sentido, a UE explica que o crescimento chinês em vários domínios marcará o século e acredita que o seu papel no SI deverá ser como estabilizador do mundo, para garantir a segurança internacional e a ordem vigente no SI (Ibidem). Por outro lado, no âmbito de competição económica tal como explorado por Lonardo (entrevista no âmbito da presente dissertação) e Anthony (2021), muitos dos mecanismos de ‘defesa’ da UE face à China são subtis e passam muito mais pela Política Comercial Comum (PCC) do que propriamente pela PESC. A linha entre a PESC e a PCC é por vezes muito ténue (Perišin, 2020).

Há dois grandes fatores que pautam estas relações, como explorado na BE — o económico e o político. No que concerne as questões económico, a UE não pode ignorar o facto de a China (e vice-versa) ser um grande mercado. As duas devem cooperar para ‘sobreviverem’ economicamente, daí o *‘strategic-partners’*. O mesmo se verifica do lado chinês, a UE é para a China crucial, uma vez que é o seu maior parceiro económico. A China tem um baixo consumo doméstico e um crescimento do PIB cada vez mais lento, então o poder de compra da população europeia é necessário para a sobrevivência das indústrias chinesas (Trading Economics, 2023). Além disso, no que diz respeito a política, a UE representa uma melhor opção como parceiro face à guerra comercial entre a China e os EUA. A UE não é ‘uma só’, muito menos em termos de política externa, consequentemente, a China vê uma oportunidade de se integrar nos parceiros da UE, como já foi explorado neste capítulo. Neste sentido Cornell (2020) afirma que, como de costume, os desafios europeus começam pela própria coesão, isto seja, se os interesses de todos os Estados-Membros estivessem alinhados provavelmente a resposta à FRC seria muito mais assertiva e a cooperação seria muito mais clara.

3.3 Fatores Cooperação entre a PESC e a FRC

Face à análise da competição entre a PESC e a FRC, esta secção abordará os fatores de cooperação entre as mesmas. Um primeiro momento para a cooperação UE-China, no pós-lançamento da FRC, foi o surgimento da ‘Agenda para a Cooperação entre a China e a UE’ no seguimento da 16.^a cimeira entre ambos os atores. Sendo assim, o ex-presidente da Comissão Europeia e Durão Barroso, e o ex-presidente do Conselho Europeu, Van Rompuy reuniram-se com o ex-primeiro-ministro chinês, Li Keqiang e com Xi Jinping onde assumiram a missão de cooperação entre ambos os atores. Neste documento traçam setores deste diálogo anual, que se deverão dividir em três níveis, o estratégico, o económico e o comercial (EEAS, 2013). Diálogos estes que levaram ao surgimento de um novo projeto entre ambos os atores, a *EU- China Connectivity Platform (CCP)*, estabelecida em 2015, informalmente apelidada *Plano Juncker*⁴⁶ (Wei e Siying, 2019). Neste sentido, este projeto visou melhorar a sinergia entre UE e China, nomeadamente, entre a *Trans-European Transport Network (TEN-T)* e a FRC (Comissão Europeia, consultado em 2023). O principal objetivo da iniciativa é a cooperação entre ambos os atores no âmbito dos transportes, e de como o nome indica, a própria conectividade. A Comissão Europeia explica que pretendia criar uma sinergia entre a TEN-T e a FRC, enquanto cria um ambiente mais favorável à relação e cooperação sino-europeia (Comissão Europeia, 2019). Como já mencionado no primeiro capítulo, em 2016, a UE anunciou a *Global Strategy for Foreign and Security Policy — Shared vision, Common Action: a Stronger Europe (EUGS)*. Neste documento, a UE evidencia o desejo de criar mais coesão para com o continente asiático, nomeadamente com a China (2016, pág. 38):

A UE vai aprofundar as relações com a China em áreas como o comércio e o investimento, procurando balançar estas relações, havendo proteção intelectual de propriedade, maior cooperação nas tecnologias e diálogo em temas como reforma económica, direitos humanos e ação climática (Tradução da Candidata).

A UE sabe que se por um lado pode beneficiar da cooperação com o continente asiático, nomeadamente com a China, por outro terá de salvaguardar os valores que regem as suas relações com outros Estados (Koutrakos, 2017). Curiosamente, no ponto seguinte à citação acima mencionada é referido, no documento, o compromisso da UE

⁴⁶ Jean-Claude Juncker, ex-Presidente da Comissão Europeia, anterior a Ursula Von der Leyen.

para com a Ordem Global multipolar que segue os princípios da Carta da Nações Unidas (EUGS, 2016).

Alguns meses após a renovação da estratégia global europeia, o mundo assistiu à eleição de Trump nos EUA. A UE atravessou um período de relações constrangedoras com os EUA dado o nacionalismo da administração Trump e o afastamento do horizonte europeu (Whineray, 2020). A adicionar a isto, houve claramente uma diferença na narrativa chinesa, que viu nas eleições norte-americanas de 2016 uma oportunidade de se aproximar da UE. Segundo o Asean Post (2018), um dos fatores que fez com que a UE mantivesse uma relação mais cordial com a China, foi precisamente a doutrina 'America First' da administração Trump. A UE viu-se afastada do seu maior aliado sistémico, enquanto, ao mesmo tempo assistia ao crescimento da FRC e da influência chinesa no mundo. Posteriormente, numa nota do Comité Político e de Segurança da UE (EEAS, 2017) Bruxelas defendeu uma relação pragmática com a China e afirma o apoio da UE à *One China Policy* e à *One country, two systems*, não alinhando com a assertividade dos EUA em relação a Taiwan.

A já existente *EU-China Connectivity Platform* dá um impulso à criação da *EU Strategy on Connecting Europe and Asia* em 2018 (Comissão Europeia, 2018; Stec, 2021). Esta é vista como uma resposta da UE à FRC que visa a cooperação (Mardell e Stec 2021), uma vez que assenta no mesmo tipo de estratégia. Desta forma, Bruxelas procura então, através de uma abordagem sustentável, compreensiva e com base em regras, criar mais conectividade com o continente asiático, em matérias como infraestruturas, tecnologia e energia (Gnanasagaran, 2018). Além disso, a UE procurou estabelecer relações à 'europeia' (Widman, 2021), isto sendo, esta nova estratégia proposta pela VP/AR Mogherini, assenta também na conectividade *people-to-people*. A UE utiliza o potencial do seu *soft power* com vista ao estabelecimento de parcerias. (Ibidem). Seguidamente, ainda em 2018, a 16 de outubro, para surpresa da comunidade internacional, a China e a UE lançam um exercício militar conjunto (Sun e Bureau, 2018). Este exercício foi realizado no Djibuti, Estado onde a FRC assim como as forças militares chinesas, já estão presentes, através da Marinha do Exército Popular de Libertação (PLAN) e da Operação Atalanta ou Força Naval da EU (EU NAVFOR). Lockman (2018) considera que a cooperação da PLAN neste exercício militar está associada à relevância estratégica da

região para a China, seja na vertente militar como para a FRC. No entanto, esta colaboração vem de encontro aos interesses de ambos os atores em cooperarem, neste caso no âmbito da segurança internacional.

Em 2019, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português, Augusto Santos Silva, publicou um documento onde caracterizou a relação UE-China como ‘complexa e necessária’ (MNE, 2019). O mesmo refere que defende uma relação entre a Estratégia de Conectividade Europa-Ásia e a FRC, nomeadamente através do fórum Plataforma de Conectividade Europa-China, fórum político que visa aumentar a cooperação bilateral entre a UE e a China (Ibidem). Santos Silva explica ainda, utilizando o exemplo português, como deverá a UE estabelecer relações com a China. Em dezembro de 2018, aquando da visita de Xi Jinping, Portugal fez questão de deixar as normas europeias bem explícitas na conduta das relações bilaterais, antes de assinar qualquer memorando sobre a FRC. Neste sentido, para haverem investimentos ou parcerias, deverão existir condições de equilíbrio financeiro, soberania nacional (incluindo as questões de segurança) e qualidade ambiental próprio do modelo europeu (MNE, 2019).

A Cimeira Anual UE-China, em 2020, foi considerada um ponto de viragem nas relações UE-China. Josep Borrell, o atual chefe da diplomacia europeia, acredita que a UE foi ‘inocente’ relativamente à China (Consilium, 2020; Julienne, 2020). No entanto, defende que a UE deve investir em relações com o governo chinês que se pautem pela confiança, transparência e reciprocidade. Neste sentido, e aludindo a Frank Sinatra, Borell, argumenta que, também a UE, deverá seguir o seu próprio caminho (“*I did it my way*”) relativamente à China, sendo esta doutrina apelidada, pelo próprio EEAS de Doutrina Sinatra (EEAS, 2020b). Esta cimeira anual, ocorreu virtualmente em 2020, em virtude da Covid-19, contando, ainda assim, com a presença online de Charles Michel, Presidente do Conselho Europeu, Ursula von der Leyen, a Presidente da Comissão Europeia bem como de Angela Merkel⁴⁷. Foram discutidos vários temas, como a resposta à pandemia, as mudanças climáticas e a proteção da biodiversidade. Porém, o que marcou este encontro foram os tópicos Comércio, Investimento e o papel de ambos os atores no SI. Ilustrativo a este respeito, há a proposta do *EU-China Comprehensive*

⁴⁷ como representação da presidência alemã do Conselho da União Europeia.

Agreement on Investment, (CAI) que servirá para regular o funcionamento de empresas estatais em partilha de informação tecnológica e transparência nos subsídios. No entanto, o CAI não foi retificado por parte dos atores, algo a que, von der Leyen explica como “a China tem de provar que merece um acordo comercial” (Consilium, 2020). A este respeito, Charles Michel proferiu “A Europa é um ator, não um campo de ação”, demonstrando querer atuar, não apenas ser uma esfera onde a China se move (Ibidem). Para além do já exposto, Pequim e Bruxelas acordaram o *EU-China Agreement on Geographical Indications* que visa melhorar a entrada de produtos europeus no mercado chinês, especialmente produtos agrícolas de alta-qualidade. Sendo também de destacar a posição de Borell: “Temos trabalhado no sentido de construir uma relação com a China articulada em torno de uma maior reciprocidade e da criação de condições de concorrência equitativas no comércio, no investimento e noutras áreas” (EEAS, 2021). Sublinhe-se também a tentativa, por parte da UE, de alertar a China para as responsabilidades no SI, nomeadamente no campo dos Direitos Humanos, lembrando a questão de Xinjiang e do Tibete.

De um ponto de vista neorrealista, em que os atores são moldados pelo sistema, confirmamos que a UE não confia na China, apesar da tentativa de cooperação. Sabemos que Pequim e Bruxelas são influenciadas pelos sistemas em que se inserem, e que estes sistemas são ideologicamente incompatíveis (Fulco, 2023; Gang, 2022). Como prova da falta de confiança da UE relativamente à China sublinhe-se o arrefecimento do CAI por parte de Bruxelas. Neste mesmo sentido, a falta de coesão da UE face à FRC revela mais uma lacuna da PESC (Cornell e Swanström, 2020). Esta cooperação é complexa, havendo, como vimos em cima, mais momentos de competição a marcar estas relações que se pautam maioritariamente num sentido económico. No entanto, há ainda que olhar pela perspetiva de que a própria UE, defensora de valores e *standards* europeus já mencionados, deixa a China quebrar muitos destes princípios básicos de negociações internacionais, com imunidade, uma vez que, sancionar a China, poderá prejudicar alguns dos seus próprios interesses (Swanström, 2020). Neste sentido, a UE tem vindo a compreender que, não só pelos motivos já mencionados, mas também à necessidade de inclusão dos grandes Estados, que terá de incluir a China no funcionamento de uma Ordem Multipolar. A este respeito, sublinhe-se a opinião da Eurodeputada Margarida

Marques (entrevista realizada no âmbito da presente dissertação) que defende um “aprofundamento da Autonomia Estratégica da UE” num sentido de procura por um mundo multipolar e multilateral, apostando “numa maior diversidade de parceiros”, sendo a China um deles.

Conclusão Parcial

Neste capítulo que aqui finda, foi analisada a relação entre a UE e a China, nomeadamente através da PESC e da FRC. A China é o Estado que mais beneficiou da globalização ocidental, alinhando-o aos objetivos da sua política externa. Por sua vez, a PESC é o plano que é materializado numa política pública, num conjunto de organizações supranacionais, com caráter intergovernamental. Se por um lado, o governo chinês decide o futuro da FRC, por outro se tomarmos como exemplo o governo alemão, este sozinho não decide as decisões tomadas pela PESC, que terão de ser unânimes entre 27 países.

Além disso, foram constatadas três grandes 'frentes' de interação entre a UE e a China: as instituições europeias, os governos dos Estados-Membros da UE e o continente africano. No entendimento das 'frentes' das interações são verificadas diferenças na complexidade do multilateralismo *a la carte* que marcam as relações sino-europeias. Na primeira frente, as instituições europeias são prudentes na forma como agem para com a China e a FRC. Neste sentido, foram adotadas várias estratégias que visem melhorar a cooperação entre Pequim e Bruxelas, no entanto, que venha reforçar o compromisso para com os valores europeus.

Por sua vez, os Estados-Membros da UE não seguem exatamente as estratégias estabelecidas pelas instituições europeias, sendo que a FRC tem como membros dois terços dos governos que constituem a UE. A acrescentar a isto, a China tem vindo a estabelecer relações multilaterais com os países europeus, sendo o exemplo mais relevante, o caso dos 14+1. Deste modo, observamos que o conceito de soberania nacional entra em conflito com a governação europeia. Além disso, a falta de coesão intergovernamental europeia não permite coerência das relações com a China. Podendo ser afirmado que a FRC demonstra as fragilidades do projeto europeu, na medida sem uma coesão em matérias de política externa relativamente aos avanços da China.

Por último, considerando África como uma terceira frente desta análise, o continente é o palco de uma discussão entre as estratégias de ambos os atores para o globo — a FRC da China, e no âmbito da PESC, a *Global Gateway* da UE. É verificada uma crescente competitividade entre o mundo ocidental e não ocidental, materializada em

estratégias económicas, que se tem vindo a estabelecer em África. Deste modo, sentindo uma ameaça na balança de poder face à presença da RFC em África, a UE começa a estabelecer parcerias no âmbito da *Global Gateway* com países africanos. Assistimos, a uma corrida por influência nos países do Sul Global, nomeadamente os Estados africanos, no caso em análise, entre a UE e a China motivadas pelos seus interesses: crescimento económico, influência política e aquisição de recursos energéticos e outras matérias-primas. A UE demonstra ainda, mais uma vez, o seu interesse em cultivar parcerias com base nos valores democráticos e sustentáveis.

Tendo por base o neorealismo, a UE identifica-se com os valores e as normas ocidentais, ou seja, com o Sistema Liberal. Por outro lado, a China não se revê de todo neste sistema, quer garantir a sua própria visão e está disposta a utilizar métodos muito seus para ter poder. Sendo a RFC a visão que a China tem para si no mundo e a PESC um espelho de como a UE se percebe, podemos constatar que estas estratégias não são compatíveis na medida em que as normas defendidas pelos atores são antagónicas.

Por outro lado, apesar da RFC ter tido alguns sucessos na Europa, mencione-se a aquisição do Porto de Pireus, tem-se vindo a notar um decréscimo da influência e volume de investimentos da RFC. De facto, este decréscimo muito se deve à pandemia e às ameaças ao Sistema Ocidental por parte de estados iliberais. Como observado, as claras violações a direitos humanos e o facto de não entrar em negociações nos casos de Hong Kong e Taiwan é algo que tem vindo a afastar a China, ainda mais, do horizonte europeu.

Por sua vez, a PESC é por vezes considerada sem substância, no sentido onde são criadas estratégias para a UE, mas os Estados-Membros continuam a agir bilateralmente para com a China, ou através de outras camadas do multilateralismo que não incluem as estratégias da UE. Deste modo, a complexidade da UE e a pluralidade de Estados-Membros que vivem realidades diferentes face ao SI espelham-se na falta de coesão em assuntos externos. Contudo, tem sido observada uma tentativa de reforço da PESC, face ao crescimento da RFC no sul global, assim como, a realidade do conflito na Ucrânia. No entanto, sendo ainda cedo para observar verdadeiras mudanças na política externa europeia, é notório que este conflito cria um maior sentimento de união entre os Estados-Membros.

Conclusão

A investigação desenvolvida no âmbito desta dissertação teve como objetivo caracterizar a interação entre a UE e a China, com especial incidência na PESC e na FRC. Como quadro teórico, foi utilizado o neorrealismo de Waltz para compreender como os atores se moldam conforme o sistema e de como se percebem no SI.

O neorrealismo veio reinterpretar o realismo tradicional, tendo como foco as ações dos Estados nas RI, numa vertente de restrições estruturais. Por outras palavras, o sistema em que um Estado se insere dita as suas ações. Face a este prisma, a UE exerce um papel proeminente na Ordem Liberal, sendo que a China, por sua vez, não se revê nestes mesmos valores. Neste sentido, a balança de poder tende a ser ditada pelo funcionamento do SI, sendo considerado, na ótica neorrealista, como anárquico, o que proporciona aos Estados a oportunidade de criarem mecanismos de sobrevivência, assim como a contestação, aos poderes consideradas centrais no mundo. Deste modo, observámos por um lado, a criação da PESC como mecanismo que pretende assegurar o modelo ocidental e, por outro, a FRC que visa afirmar a China enquanto alternativa à atual organização do SI.

Face ao exposto, esta investigação teve como base a questão: *Em que medida é que a PESC pode ser considerada um instrumento eficiente no relacionamento e contenção da FRC?* Com vista a responder à questão de investigação, optamos por dividir esta dissertação em três capítulos onde ambas, a PESC e a FRC, foram analisadas separadamente.

Chegando a esta fase, é possível traçar várias conclusões que serão enumeradas nos próximos parágrafos. Neste sentido sublinhe-se, como primeira conclusão que a PESC da UE é, para além de complexa, fragmentada. Com efeito, as mudanças introduzidas pelo Tratado de Lisboa, que visavam uma melhoria do carácter prático da PESC continuam, no entanto, sem resolver a questão de tomada de decisão por uma maioria absoluta em quase todas as matérias que concernem a mesma. Este processo de decisão deverá incluir não só o triângulo institucional, como inclusive, contar com o apoio dos 27 Estados-Membros. Salientemos, que apesar das mudanças de Lisboa, os Estados-Membros são sempre soberanos em matéria de política externa, o que faz com

que optem, muitas vezes, por agir consoante aquilo que acreditam ser mais vantajoso para si próprios, ao invés de subscreverem sempre os interesses europeus. Por sua vez, esta investigação revela que apesar das lacunas existentes ao nível da coesão, a UE continua a ser um dos atores com mais poder normativo a nível internacional. O compromisso face à transição verde, bem como face à transição digital inclusiva, assim como a defesa da Democracia e os Direitos Humanos, continuam a ser o modelo em que grande parte da população mundial se identifica. Esta constatação advém, no fundo, do papel central que a UE ocupa como promotora de Diplomacia Pública. Por conseguinte, é possível demonstrar, que apesar de todos os obstáculos mencionados ao longo da dissertação, que a política externa da UE, não pode ser, ainda assim, entendida como um fracasso. Com efeito, embora não desempenhe exatamente o papel pretendido pelas instituições europeias, a UE permanece um ator central no SI.

Como segunda grande conclusão, constatamos o papel desempenhado pela UE para com a manutenção dos valores que alicerçam a Ordem Liberal, como sejam, os mencionados na Carta das Nações Unidas. Na ótica Neorrealista, Bruxelas mais não faz do que, efetivamente, procurar preservar um sistema do qual ela própria beneficia. Com efeito, o sistema pós-*Bretton Woods* continua a favorecer económica e ideologicamente a UE e os seus aliados, sendo, por conseguinte, expectável que esteja também focada em fazer cumprir estes mesmos valores.

Por outro lado, como terceira conclusão, destaquemos algo subjacente à própria criação da PESC/PCSD perante a existência da NATO, o que não deixa de nos parecer interessante. De entre os 27 Estados-Membros da UE, 21 são simultaneamente membros da NATO, o que levantou sérias questões no momento aquando da criação da política externa europeia. Com efeito, levantam-se várias questões, nomeadamente sobre qual seria o lugar da PESC sendo que a UE, na sua maioria, já estaria contemplada pela NATO. No entanto, e apesar de a NATO e UE serem parceiras, observamos uma UE interessada em formar um sistema, no âmbito do qual, beneficia de soberania. Tal vai ao encontro das premissas do Neorrealismo, que corroboram a eterna luta pelo poder, comum, aliás, ao Realismo. Neste sentido, o surgimento da PESC cria um sistema onde a UE enquanto agente menos preponderante que os EUA, percebe a necessidade de os igualar ou mesmo superar na esfera do poder. A acrescentar a esta ideia, é possível

observar o interesse da UE em se tornar mais autónoma face ao papel desempenhado pelos EUA no âmbito das relações transatlânticas, por si só, assimétricas. Tal tem em si inerente, a construção de uma identidade europeia menos dependente da volatilidade das administrações americanas, como havia sido, aliás, aquela de Donald Trump no período de 2017 a 2021.

Como quarta conclusão, no âmbito da análise à FRC, verificamos que este plano holístico, que combina economia com *soft power e questões militares*, em muito transcende, por conseguinte, as pretensões económicas da China neste novo século. A FRC concentra em si as intenções de um reformismo revisionista tal como Buzan o concebe face à postura chinesa nas RI. Como vimos, com a chegada de Xi Jinping ao poder, a China adquiriu um tom mais revisionista e menos *discreto* (que rompem com a política externa tradicional chinesa) ambicionando assim mais poder no SI. Neste sentido, Pequim tem procurado aproveitar um vazio geoestratégico e geoeconómico existente no SI, que se lhe afigura útil, não só para resolver problemas domésticos, como, inclusive, para se estabelecer enquanto possível substituto, a médio-longo prazo à superpotência americana. O facto de a China não se rever nas normas ocidentais, faz com que esta perceba no conceito de *Tianxia*, não só uma justificação para o seu ressurgimento no SI, como inclusive, uma filosofia não-ocidental para os Estados que a si se queiram juntar.

À luz do neorrealismo, observamos assim que a China não se identifica, com o dito Sistema Ocidental, pretendendo disseminar os seus valores à escala global, de modo a atrair (como tem conseguido) cada vez mais Estados que contribuam para a edificação de um Sistema paralelo ao do Ocidente. Embora tenha sido até hoje a grande beneficiária em termos económicos do Sistema Ocidental, a China da atualidade pode ser vista como um agente descontente, que ambiciona sair deste Sistema criando, ao mesmo tempo, outro Sistema. Ao fazê-lo, tem conseguido captar outros Estados como atesta a presença de vários Estados Ocidentais no Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, contra a recomendação dos EUA. A China utiliza uma retórica de campeã da globalização mundial, quando, na prática o país fecha os seus mercados à competitividade externa. Por outro lado, embora faça apologia à Comunidade do Destino Comum, a verdade é que esta não é condizente com a construção de ilhas

artificiais, a reclamação da maior parte do Sul da China ou ainda o direcionar de mísseis face a Taiwan.

Acrescente-se ao acima exposto, o facto de a China aproveitar, contudo, a globalização de características ocidentais como forma a expandir as suas próprias estratégias, nomeadamente a FRC. Com efeito, a própria política externa chinesa, tem vindo a substituir-se ao tradicional pendor *discreto* dando lugar a uma China mais assertiva e simultaneamente mais presente em questões de governação mundial. Nunca abandonando o bilateralismo, a China tem vindo a socorrer-se a título complementar de um multilateralismo de características chinesas que lhe serve de escapatória face ao *Containment* exercido pelo Ocidente. Deste modo, nesta nova era, a China de Xi Jinping servido do nacionalismo e patriotismo da idade de ouro da China milenar que havia caracterizado a governação chinesa no mundo em círculos concêntricos.

Como quinta conclusão, constatamos que a UE não dispõe de uma resposta coesa e clara face à FRC. Existem, no entanto, pequenas e, de certa forma, subtis estratégias por parte das instituições europeias para travar os avanços da FRC não só na Europa, mas também noutras regiões do globo. Ilustrativo a este respeito sublinhemos algumas tentativas, como o facto de a Bússola Estratégica da UE entender a China como inimiga sistémica, e do surgimento de sugestões do PE no relacionamento da UE com a China. Face ao exposto, e apesar de as instituições europeias serem críticas da falta de transparência da FRC, bem como dos eventos em Xinjiang, Hong Kong, e Taiwan, entre outras, vários Estados-Membros da UE, bem como parte do setor privado europeu tem percebido vantagens na adesão à FRC.

Por conseguinte, é notória, a discrepância entre as linhas orientadoras das instituições europeias e a atuação dos Estados-Membros da UE, na prática face à FRC. Saliente-se a este respeito o multilateralismo sofisticado que a China criou para ligar especificamente com determinados Estados da UE, a saber, a plataforma dos '14+1'. Tal só foi possível em virtude da ausência de uma visão estratégica da UE face à China. De facto, o multilateralismo à la carte da China na UE tem-se servido, ao mesmo tempo que o alimenta, desta ausência de visão estratégica da UE face à China (e não só) para lidar com uma parte da UE na qual conta com uma cooperação no âmbito das infraestruturas. Esta adesão de Estados-Membros da UE à FRC sem que haja uma decisão conjunta em

como agir, revela na prática a fragilidade da PESC. Verificamos, contudo, à luz de acontecimentos internacionais como a pandemia, bem como a ambiguidade chinesa face ao conflito russo-ucraniano que o multilateralismo chinês tem vindo a perder eficácia no território europeu, ao mesmo tempo, em que a UE tem vindo reforçar a sua política externa. Como exemplo ilustrativo acerca desta última mencionemos a saída dos três Estados bálticos (Lituânia, Estónia e Letónia) dos CEEC. À luz do neorrealismo, verificamos que, num contexto pós-pandemia, as tentativas chinesas de influenciar o Sistema Ocidental, já não estão a produzir os efeitos desejados por Pequim. De facto, em virtude dos motivos já em cima mencionados aos quais se junta o decréscimo da economia chinesa, muitos projetos no âmbito FRC estão congelados, voltando-se a China, cada vez mais, para o seu território nacional.

Por outro lado, verificámos que a UE tem procurado conter a influência da China nos Estados do Sul Global, para garantir que as normas europeias, assim como o próprio Sistema Ocidental, continuam a ser atrativos para os Estados Africanos. Neste sentido, a *Global Gateway* tem se revelado um instrumento de contenção da FRC em África. Mais uma vez, uma iniciativa marcadamente europeia, na qual as normas e *standards* europeus estão no centro das negociações e deverão ser respeitados pelos parceiros da UE que recebam investimento no âmbito desta estratégia. Além disso, o surgimento da *Global Gateway* corrobora a quarta conclusão desta dissertação (em que a UE pretende ser o agente preponderante de um Sistema). Apesar do surgimento do B3W, a UE pretende, assumir-se como um ator autónomo e soberano nas suas decisões, não mantendo tanta dependência face aos EUA no que pretende alcançar a nível internacional — afirmando assim a sua Doutrina Sinatra no que concerne à China.

De um prisma diferente, como sexta conclusão, apesar das diferenças que separam a UE da China, as duas partilham, contudo, de visões semelhantes no que diz respeito à construção de uma Ordem Multipolar. A UE tem vindo a procurar não hostilizar a China, porque esta é necessária naquilo que é uma visão de um mundo multipolar. Além disso, a história tem vindo a mostrar que a hostilização de Estados gera, não raras vezes, confrontos, sendo então o conceito de ‘integração’ uma condição para a criação de paz no mundo. Neste sentido, a UE tem vindo a assumir os seus fatores de divergência face à China, ao mesmo tempo que admite que estes necessitam de ser

trabalhados, não excluindo a competição, pese embora, tornando-a numa competição saudável. Ilustrativo a este respeito, constatamos que o *Comprehensive Agreement on Investment* (CAI), embora por enquanto arrefecido, demonstra este mesmo desejo por competição saudável da UE face a Pequim. A China tem uma posição crucial no SI, pelo que um futuro próspero não só da UE, como do próprio SI, será moldado pela essência das relações sino-europeias.

Aqui chegados, é importante referir dificuldades empíricas atravessadas, assim como refletir acerca de possíveis temas de estudo que, em virtude da delimitação temporal desta dissertação, não podemos explorar. No âmbito das dificuldades, sublinhe-se o desequilíbrio das fontes primárias chinesas, parcas, face ao volume de fontes primárias europeias. Com efeito, estas segundas, são muito mais abundantes além de se encontram disponíveis em várias línguas. Por outro lado, as fontes oficiais chinesas, acusam frequentemente uma falta de transparência, ou mesmo secretismo, que é típico da opacidade do regime. Estas lacunas, foram de certa forma compensadas através da realização de entrevistas a académicos e membros do Parlamento Europeu.

Numa última nota, consideramos ser pertinente que futuros trabalhos acerca deste tema não deixem de explorar o impacto da guerra Russo-Ucraniana na PESC/PESD. Também nos parece relevante para as RI o avanço das relações UE-África perante as tentativas da *Global Gateway* em mitigar os avanços da FRC neste continente. Por outro lado, é pertinente que outros estudiosos continuem a acompanhar o crescendo de mais efeitos disruptivos causados pela FRC ao tentarem captar mais Estados quer UE quer de outras regiões, para o multilateralismo que a China tem vindo a esboçar. Por fim, uma vez que tal tópico já não se enquadra na nossa baliza temporal, consideramos igualmente pertinente que outros estudos monitorizem a forma como certos Estados-Europeus, nomeadamente, a França, a Espanha e a Alemanha vão tentando, bilateralmente, fazendo avançar os seus interesses económicos com a China à revelia da parceria sino-estratégica. O encontro entre Macron e Xi Jinping na primeira semana de abril de 2023 mostrou que a França busca uma maior autonomia estratégica, simultaneamente face aos e à UE — não deixando de fazer parte da NATO e da UE, mas distanciando-se subtilmente das exigências normativas que a UE apresenta face à China.

Bibliografia

Fontes Primárias

- ASEAN-China Centre. (2013). Speech by Chinese President Xi Jinping to Indonesian Parliament. Assembleia da República Portuguesa. (2007). *Tratado de Lisboa*. Lisbon. Disponível em: http://www.aseanchinacenter.org/english/201310/03/c_133062675.htm
Acesso em: 06/11/2022
- Brandão, A. P. (2023). Entrevista pessoal no âmbito da presente dissertação realizada no dia 17 de janeiro de 2023 via reunião online.
- CEEC. (2019). Greece proves appeal of '16+1 Cooperation'. Disponível em: http://www.china-ceec.org/eng/ldrhw_1/Dubrovnik2019/hdxw4/202112/t20211222_10474300.htm Acesso em: 11/05/2023
- Chinese Government. (2021). Cooperation between China and Central and Eastern European Countries (China-CEEC Cooperation). Disponível em: <http://www.china-ceec.org/eng/> Acesso em: 16/05/2023
- Comissão Europeia. (2003). A maturing partnership - shared interests and challenges in EU-China relations. Disponível em: <https://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0533:FIN:EN:PDF> Acesso em: 09/03/2023
- Comissão Europeia. (2015). The EU-China Connectivity Platform. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway/eu-africa-global-gateway-investment-package_en Acesso em: 13/02/2023
- Comissão Europeia. (2016a). 18th EU-China Summit in Beijing. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/AC_16_3700
Acesso em: 16/05/2023
- Comissão Europeia. (2016b). Elements for a new EU strategy on China. *Joint Communication to the European Parliament and the Council*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=celex:52016JC0030>
Acesso em: 03/01/2023
- Comissão Europeia. (2017). Perguntas frequentes sobre as relações UE-China. *ficha informativa*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_18_5803
Acesso em: 19/02/2023
- Comissão Europeia. (2018a) EU steps up its strategy for connecting Europe and Asia. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_18_5803
Acesso em: 19/02/2023

- Comissão Europeia, (2019). *European Commission and HR/VP contribution to the European Council: EU-China – A strategic outlook*. Disponível em: https://commission.europa.eu/publications/eu-china-strategic-outlook-commission-and-hrvp-contribution-european-council-21-22-march-2019_en Acesso em: 13/11/2022
- Comissão Europeia. (2020). State of the Union 2020. Disponível em: https://state-of-the-union.ec.europa.eu/state-union-2020_pt Acesso em: 17/10/2022
- Comissão Europeia. (2021). EU-Africa: Global Gateway Investment Package. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway/eu-africa-global-gateway-investment-package_en Acesso em: 13/02/2023
- Comissão Europeia. (2022b). COP27: European Union concludes a strategic partnership with Namibia on sustainable raw materials and renewable hydrogen. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_6683 Acesso em: 03/01/2023
- Comissão Europeia. (2022a). Global Gateway. *Comissão Europeia*. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_pt Acesso em: 17/05/2023
- Comissão Europeia. (s.d.). Common Foreign and Security Policy - Performance. Disponível em: https://commission.europa.eu/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/common-foreign-and-security-policy_en Acesso em: 03/09/2022
- Comité Político e de Segurança. (2017). CFSP/PESC 583. *Conselho da União Europeia*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32017R0583> Acesso em: 02/12/2022
- Conselho da União Europeia. (2017). Item Note: Political and Security Committee. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-5046-2017-INIT/en/pdf> Acesso em: 14/11/2022
- Conselho da União Europeia. (2022). Uma Bússola Estratégica para reforçar a segurança e a defesa da UE ao longo da próxima década. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/03/21/a-strategic-compass-for-a-stronger-eu-security-and-defence-in-the-next-decade/> Acesso em: 16/01/2023
- Conselho Europeu. (2020). EU-China leaders' meeting via video conference, 14 September 2020 . Disponível em: <https://newsroom.consilium.europa.eu/events/20200914-eu-china-leaders-meeting-september-2020?gallery>) Acesso em: 23/12/2022
- Conselho Europeu. (2022). Cimeira UE-China por videoconferência, 1 de abril de 2022. *Conselho Europeu*. Disponível em:

<https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2022/04/01/> Acesso em: 15/11/2022

- Consilium. (2020). Reunião dos dirigentes da UE e da China por videoconferência, 30 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2020/12/30/> Acesso em: 17/05/2023
- Cunha, L. (2023) Entrevista pessoal no âmbito da presente dissertação realizada no dia 28 de fevereiro de 2023, respostas enviadas por e-mail.
- Delegação da UE para a China (2013). EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation. *EEAS*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/delegations/china/eu-china-2020-strategic-agenda-cooperation_en Acesso em: 28/12/2022
- Duke, S. (1997). 'NATO and the CFSP: Help or Hindrance?'. *NATO Fellowship*. Disponível em: <https://www.nato.int/acad/fellow/95-97/duke.pdf> Acesso em: 10/02/2023
- EEAS. (2016). Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe - A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/global-strategy-european-unions-foreign-and-security-policy_en Acesso em: 18/04/2023
- EEAS. (2019b). Joint statement by Federica Mogherini and the Minister of Foreign Affairs of Canada Chrystia Freeland on Hong Kong. *EEAS*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/joint-statement-federica-mogherini-and-minister-foreign-affairs-canada-chrystia-freeland-hong_en Acesso em: 28/02/2023
- EEAS. (2019a). Remarks by High Representative/ Vice-President Federica Mogherini at the press conference following the EU-China Strategic Dialogue. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/remarks-high-representative-vice-president-federica-mogherini-press-conference-following-eu_en?s=45 Acesso em: 03/03/2023
- EEAS. (2020a). Construir a Europa Global. *EEAS*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/construir-europa-global_pti Acesso em: 07/02/2023
- EEAS. (2020b). The Sinatra Doctrine. How the EU Should Deal with the US-China Competition. *EEAS*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/sinatra-doctrine-how-eu-should-deal-us%E2%80%93china-competition_en Acesso em: 11/11/2023
- EEAS. (2021). *China and the EU*. Obtido de Delegation of the European Union to China.
- EEAS. (2022). EU in the World. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-world-0_en Acesso em: 16/09/2022

- Embassy of the People's Republic of China in Canada. (2017). Chinese Media. *Embassy of the People's Republic of China in Canada*. Disponível em: <http://ca.china-embassy.gov.cn/eng/zymt/> Acesso em: 08/02/2023
- EUR-Lex. (2022). A política externa e de segurança comum. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:foreign_security_policy Acesso em: 08/10/2022
- Eurocid. (2023). Cronologia da UE. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/cronologia-da-eu> Acesso em: 06/11/2022
- Fuglsang, N. (2023). Entrevista pessoal no âmbito da presente dissertação realizada a 24 de fevereiro de 2023, respostas enviadas por e-mail.
- Gateway House. (2019). India, Japan and the Asia Africa Growth Corridor. *Gateway House*. Disponível em: <https://www.gatewayhouse.in/japan-aagc/> Acesso em: 04/03/2023
- Lonardo, L. (2022). Entrevista pessoal no âmbito da presente dissertação realizada no dia 16 de dezembro de 2022 via reunião online.
- LRT. (2021). Lithuania quits 'divisive' China 17+1 group Disponível em: <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1416061/lithuania-quits-divisive-china-17plus1-group> Acesso em: 20/12/2023.
- Marques, M. (2023). Entrevista pessoal no âmbito da presente dissertação realizada no dia 3 de março de 2023 via reunião virtual.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2022). Bússola Estratégica aprovada: "um marco para a União Europeia". Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias/Paginas/Bussola-Estrategica-aprovada-um-marco-para-a-Uniao-Europeia.aspx> Acesso em: 07/08/2022
- Ministry of Foreign Affairs China. (2017). Is China Both a Source and Hub for International Students? *China Power Project*. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-international-students/> Acesso em: 18/03/2023
- Ministry of Foreign Affairs of China. (16 de July de 2021). *Ministry of the Foreign Affairs of the People's Republic of China*. Obtido de Wang Yi Meets with EU High Representative for Foreign Affairs and Security Policy Josep Borrell Fontelles. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx_662805/202209/t20220923_10770474.html Acesso em: 06/02/2023
- Ministry of Foreign Affairs China. (2022). China and Africa: Strengthening Friendship, Solidarity and Cooperation for a New Era of Common Development. *Ministry of Foreign Affairs (China)*. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb_663304/wjbz_663308/2461_663310/202208/t20220819_10745617.html Acesso em: 18/03/2023

- NATO. (2008). EU-NATO Declaration on ESDP. *Press Release*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_19544.htm Acesso em: 20/02/2023
- NATO. (2023). Relations with the European Union. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49217.htm Acesso em: 20/02/2023
- Nedopil, C. (2021). *Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)*. Obtido de Green Belt and Road Initiative Center. Disponível em: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/> Acesso em: 09/02/2023
- Parlamento do Reino Unido. (2021). End of Brexit transition: implications for defence and foreign policy cooperation. *House of Commons Library*. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-9117/> Acesso em: 15/11/2022
- Parlamento Europeu. (1999). Conselho Europeu de Helsínquia 10 e 11 de Dezembro de 1999. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/summits/hel1_pt.htm Acesso em: 16/11/2022
- Parlamento Europeu. (2016). Joint communication: Elements for a new EU strategy on China. *Eur-Lex*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=celex:52016JC0030> Acesso em: 22/02/2023
- Parlamento Europeu. (2020). Obtido de Parliamentary questions E-003001/2019. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2019-003001_EN.html Acesso em: 27/03/2023
- Parlamento Europeu. (2021a). Chinese counter-sanctions on EU targets. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2021/690617/EPRS_ATA\(2021\)690617_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2021/690617/EPRS_ATA(2021)690617_EN.pdf) Acesso em: 23/02/2023
- Parlamento Europeu. (2021c). Relatório sobre uma nova estratégia UE-China Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2021-0252_PT.html Acesso em: 06/02/2023
- Parlamento Europeu. (2021b). Towards a joint Western alternative to the Belt and Road Initiative? Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/698824/EPRS_BRI\(2021\)698824_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/698824/EPRS_BRI(2021)698824_EN.pdf) Acesso em: 24/02/2023
- Secretariado Geral do Conselho da UE. (2009). Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Serviço Europeu de Acção Externa. *Nota Informativa*. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/media/31134/background-highrepresentative_pt.pdf Acesso em: 06/02/2022

- Silva, A. S. (2019). Nós, a Europa e a China. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAABACzMDQwBQAlcoe4BAAAAA%3D%3D> Acesso em: 11/12/2022
- Szczepański, M. (2023). The Global Gateway: Taking stock after its first year . *European Parliamentary Research Service*. Disponível em: <https://epthinktank.eu/2023/01/16/the-global-gateway-taking-stock-after-its-first-year/> Acesso em: 02/03/2023
- The White House. (2021). President Biden and G7 Leaders Launch Build Back Better World (B3W) Partnership . *The White House*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/12/fact-sheet-president-biden-and-g7-leaders-launch-build-back-better-world-b3w-partnership/> Acesso em: 14/03/2023
- Xinhua. (2015). *Belt and Road Initiative turning point for Chinese economy: expert*. Obtido de The State Council The People's Republic of China. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/16/c_136288592.htm Acesso em: 13/03/2023
- Xinhua. (2020). Commentary: Let the community with shared future vision shine brighter. *XinhuaNet*. Disponível em: https://www.xinhuanet.com/english/2020-03/24/c_138912849.htm Acesso em: 13/10/2022

Fontes Secundárias

- Agência Lusa. (2018). Os 17 acordos bilaterais entre Portugal e a China . *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/2018/12/05/os-17-acordos-bilaterais-entre-portugal-e-a-china-com-destaque-para-cooperacao-economica/> Acesso em: 05/12/2022
- Al Jazeera. (2021). What is China's Belt and Road Initiative? *Al Jazeera English*. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/program/start-here/2021/7/7/what-is-chinas-belt-and-road-initiative-start-here> Acesso em: 12/09/2022
- Albert, E. (2018). China's Big Bet on Soft Power. *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-big-bet-soft-power> Acesso em: 22/12/2022
- Anthony, I., Zhou, J., Yuan, J., Su, F., & Kim, J. (2021). China-EU Connectivity in an era of Geopolitical Competition. *SIPRI* . Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2021/sipri-policy-papers/china-eu-connectivity-era-geopolitical-competition> Acesso em: 04/02/2023
- Ashraf, J. (2017). String of Pearls and China's Emerging Strategic Culture. *Strategic Studies*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48537578> Acesso em: 18/12/2022

- Ayhan, K. (2020). *A typology on People to People Diplomacy*. Disponível em: <https://uscpublicdiplomacy.org/blog/typology-people-people-diplomacy>
Acesso em: 15/03/2023
- Baciu , C.-A., & M Friede, A. (2020). The EU's CFSP/CSDP in 2030: Towards an alternative vision of power? *New Perspectives*. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2336825X20935245>
Acesso em: 23/01/2023
- Baltazar, A. (2021). A Implementação da Strategic Compass ('Bússola Estratégica') no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/38138> Acesso em: 10/02/2023
- Barbero, M. (2023). Europe Is Trying (and Failing) to Beat China at the Development Game. *Foreign Policy*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/01/10/europe-china-eu-global-gateway-bri-economic-development/> Acesso em: 17/05/2023
- Baru, S. (2023). US, China and Global South in a 'Bi-Multipolar' World. *The Wire*. Disponível em: <https://thewire.in/books/us-china-global-south-multipolar-world> Acesso em: 27/02/2023
- BDI - Federation of German Industries. (2019). Policy Paper on China. *Partner and Systemic Competitor –How Do We Deal with China's State-Controlled Economy?* Disponível em: <https://english.bdi.eu/publication/news/china-partner-and-systemic-competitor> Acesso em: 14/02/2023
- Bekkevold, J. I. (2023). Why China Is Not a Superpower. *Foreign Policy*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/03/02/china-superpower-us-new-cold-war-rivalry-geopolitics/> Acesso em: 28/01/2023
- Bell, D. (s.d.). Neorealism in international relations. *Encyclopaedia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/realism-political-and-social-science/Neorealism-in-international-relations> Acesso em: 03/02/2023
- Belluati, M. (2020). The European Institutions and Their Communication Deficits. *Challenges to Democracy in the 21st Century* . Disponível em: https://iris.unito.it/retrieve/e27ce430-8d41-2581-e053-d805fe0acbaa/493284_1_En_4_Chapter_PrintPDF.pdf Acesso em: 16/03/2023
- Bendiek, A., Ålander, M., & Bochtler, P. (2020). CFSP: The Capability-Expectation Gap Revisited. *SWP*. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/10.18449/2020C58/> Acesso em: 04/03/2023
- Besheer, M. (2021). Growing Numbers of Nations Criticize China's Treatment of Uyghurs . *Voa News*. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/growing-numbers-of-nations-criticize-china-s-treatment-of-uyghurs-/6281070.html> Acesso em: 22/10/2022

- Best, E. (2008). Legislative Procedures after Lisbon: Fewer, simpler, clearer? *European University Institute*. Disponível em: <https://ael.eui.eu/wp-content/uploads/sites/18/2014/05/Curtin-05-Background-02-Best.pdf> Acesso em: 12/03/2023
- Bin, L. (s.d.). The Belt and Road Initiative: A New Landscape in Mapping the Changing Global Governance. *Groupe D'Études Géopolitiques*. Disponível em: <https://geopolitique.eu/en/articles/the-belt-and-road-initiative-a-new-landscape-in-mapping-the-changing-global-governance/> Acesso em: 07/03/2023
- Bogdandy, A. v. (2017). The Lisbon Treaty as a Response to Transformation's Democratic Skepticism. Em M. P. Maduro, *The Transformation of Europe (Twenty-Five Years On) | The Lisbon Treaty as a Response to Transformation's Democratic Skepticism*. Disponível em: <https://cadmus.eui.eu/handle/1814/67193> Acesso em: 20/11/2022
- Booker, A. (2019). Fake fans plague influencer endorsements in China. *Campaign Asia*. Disponível em: <https://www.campaignasia.com/article/fake-fans-plague-influencer-endorsements-in-china/453861> Acesso em: 02/02/2023
- Brandão, A. P. (2016). PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa: 'Europa a várias velocidades' e/ou em desaceleração? *Universidade Autónoma de Lisboa*. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/2957> Acesso em: 13/09/2022
- Brattberg, E., & Le Corre, P. (2020). The EU and China in 2020: More Competition Ahead. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2020/02/19/eu-and-china-in-2020-more-competition-ahead-pub-81096> Acesso em: 09/10/2022
- Breuning, M. (2019). *The Oxford Handbook of Behavioral Political Science*. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/35427> Acesso em: 14/02/2023
- Brînză, A. (2021). How China's 17+1 Became a Zombie Mechanism. *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/02/how-chinas-171-became-a-zombie-mechanism/> Acesso em: 06/04/2023
- Brunnstrom, D. (2009). EU says it has solved the Kissinger question. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-eu-president-kissinger-idUSTRE5AJ00B20091120> Acesso em: 20/11/2022
- Burnay, H. (2021). Conflitos de instituições. *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/conflitos-de-instituicoes-13756919.html> Acesso em: 26/02/2023
- Buzan, B. (2010). China in International Society: Is 'Peaceful Rise' Possible? *The Chinese Journal of International Politics*. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/pop014> Acesso em: 08/03/2023

- Cameron, A. (2008). Seizing the opportunity for better NATO/EU relations. *RUSI*. Disponível em: <https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/seizing-opportunity-better-natoeu-relations> Acesso em: 13/11/2022
- Carminati, D. (2020). The State of China's Soft Power in 2020. *E-International Relations*. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/07/03/the-state-of-chinas-soft-power-in-2020/> Acesso em: 22/11/2022
- Carrai, M. A. (2022). B3W: An Western Alternative to the BRI? *Taihe Institute*. Disponível em: <http://www.taiheglobal.org/Content/2022/08-04/1338540627.html> Acesso em: 15/11/2022
- Casarini, N. (2015). Is Europe to Benefit from China's Belt and Road Initiative? *Istituto Affari Internazionali (IAI)*. Disponível em: <https://www.iai.it/en/pubblicazioni/europe-benefit-chinas-belt-and-road-initiative> Acesso em: 05/12/2022
- Chatzky, A., & McBride, J. (2019). Is 'Made in China 2025' a Threat to Global Trade? *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgroundunder/made-china-2025-threat-global-trade> Acesso em: 23/02/2023
- Chatzky, A., Berman, N., & McBride, J. (2023). China's Massive Belt and Road Initiative. *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgroundunder/chinas-massive-belt-and-road-initiative> Acesso em: 12/12/2022
- Chellaney, B. (2017). China's Debt-Trap Diplomacy. *Project Syndicate*. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-one-belt-one-road-loans-debt-by-brahma-chellaney-2017-01> Acesso em: 11/03/2023
- Chen, C.-S. (2021). *China*. Obtido de Encyclopædia Britannica: Disponível em: <https://www.britannica.com/place/China> Acesso em: 07/03/2023
- Chen, Z. (2016). China, the European Union and the Fragile World Order. *Journal of Common Market Studies*. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jcms.12383> Acesso em: 15/01/2023
- China Power. (2022). Is China Contributing to the United Nations' Mission? *China Power: Unpacking the complexity of China's rise*. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-un-mission/> Acesso em: 02/02/2023
- Chiu, E. (2022). Environmental Implications of the Belt and Road Initiative: Geopolitics and Climate Change. *The Yale Review of International Studies*. Disponível em: <http://yris.yira.org/comments/5879> Acesso em: 19/03/2023
- Christiansen, T., & Maher, R. (2017). The rise of China—challenges and opportunities for the European Union. *Asia Europe Journal*. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10308-017-0469-2> Acesso em: 16/02/2023

- Ciurtin, H. (2019). The “16+1” Becomes the “17+1”: Greece Joins China’s Dwindling Cooperation Framework in Central and Eastern Europe. *The Jamestown Foundation*. Disponível em: <https://jamestown.org/program/the-161-becomes-the-171-greece-joins-chinas-dwindling-cooperation-framework-in-central-and-eastern-europe/> Acesso em: 14/12/2022
- Clark, N. (2022) EU Outrage Clouds Hamburg Port Deal. Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/jiang-zemin-put-chinas-economic-opening-practice> Acesso em: 24/05/2023
- Cornish, P., & Edwards, G. (2001). Beyond the EU/NATO dichotomy: the beginnings of a European strategic culture. *International Affairs*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3095439> Acesso em: 23/11/2022
- Council on Foreign Relations. (2022). China’s Approach to Global Governance. *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <https://www.cfr.org/china-global-governance/> Acesso em: 23/11/2022
- Cruz, A. M. (2017). Política Externa e de Segurança Comum (PESC). *Eurogoogle*. Disponível em: <https://euroogle.com/dicionario.asp?definicao=731> Acesso em: 07/10/2022
- Destatis. (2022). Trade with China increasingly important. Disponível em: https://www.destatis.de/Europa/EN/Topic/Foreign-trade/EU_tradingPartner.html Acesso em: 15/05/2023
- Dettmer, J. (2021). EU Agrees on Infrastructure Plan to Rival China’s New Silk Road . *Voa News*. Disponível em: https://www.voanews.com/a/europe_eu-agrees-infrastructure-plan-rival-chinas-new-silk-road/6208192.html Acesso em: 13/04/2023
- Deudney, D., & Ikenberry, G. (2018). Liberal World - The Resilient Order. *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2018-06-14/liberal-world> Acesso em: 08/03/2023
- Duarte, P. (2023). *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of the Belt and Road Initiative*. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-19-6700-9> Acesso em: 19/02/2023
- Duarte, P., & C. Ferreira-Pereira, L. (2021). The Soft Power of China and the European Union in the context of the Belt and Road Initiative and Global Strategy. *Journal of Contemporary European Studies*. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14782804.2021.1916740> Acesso em: 10/12/2022
- Duncombe, C., & Dunne, T. (2018). After liberal world order. *International Affairs*. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/images/ia/INTA94_1_3_234_Duncombe_Dunne.pdf Acesso em: 08/09/2022

- Dunne, D. e. (2020). The big question: has the European Union been a success? *History Extra*. Disponível em: <https://www.historyextra.com/period/20th-century/big-question-has-european-union-eu-been-success-brexit/> Acesso em: 11/08/2022
- E. Cornell, S., & Swanström, N. (2020). Compatible Interests? The EU and China's Belt and Road Initiative. *Swedish Institute for European Policy Studies*. Disponível em: https://www.sieps.se/globalassets/publikationer/2020/sieps-2020_1-eng-web.pdf Acesso em: 19/12/2022
- Eeckhout, P. (2012). The EU's Common Foreign and Security Policy after Lisbon: From Pillar Talk to Constitutionalism. *EU Law after Lisbon*. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199644322.003.0013> Acesso em:11/12/2022
- Emmott, R., & Brunnstrom, D. (2021). West sanctions China over Xinjiang abuses, Beijing hits back at EU. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-usa-china-eu-sanctions-idUSKBN2BE2LF> Acesso em: 13/04/2023
- EU Monitor. (s.d.). Ordinary legislative procedure (COD). *EU Monitor*. Obtido em 2022 Disponível em: <https://www.eumonitor.eu/9353000/1/j9vvik7m1c3gyxp/vga3bya9max9> Acesso em:20/02/2023
- Eurocid. (s.d.). A Cidadania Europeia através da construção Europeia. Obtido em 2023 Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/cidadania-europeia/cidadania-europeia-atraves-da-construcao-europeia> Acesso em:22/02/2023
- Euronews. (2021). "Global Gateway": a resposta europeia aos planos de expansão da China. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2021/12/01/global-gateway-a-resposta-europeia-aos-planos-de-expansao-da-china> Acesso em: 11/12/2023
- Europe's Two-Way Mirror: Perspectives From the Global South. (2022). *Carnegie Europe*. Disponível em: <https://www.eufp.eu/news/europes-two-way-mirror-perspectives-from-the-global-south> Acesso em:12/10/2022
- European Studies Hub. (2015). Decision making in common foreign and security policy. Disponível em: <https://hum.port.ac.uk/europeanstudieshub/learning/module-2-understanding-eu-policy-making/decision-making-in-common-foreign-and-security-policy/> Acesso em: 20/09/2022
- Farand, C. (2021). As EU seeks to rival China's infrastructure offer, Africans are sceptical. *Climate Home News*. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2021/12/14/eu-seeks-rival-chinas-infrastructure-offer-africans-sceptical/> Acesso em: 15/01/2023
- Ferreira, L. R. (2020). Implementing the Global Strategy for the EU's Foreign and Security Policy. *Trans European Policy Studies Association*. Disponível em:

http://www.tepsa.eu/wp-content/uploads/2020/02/EUGS-TEPSA-Briefs_Final.pdf Acesso em: 22/02/2023

- Figueiredo, A. (2014). Análise da política de comunicação da União Europeia no quadro da recusa na adoção do tratado que estabelece uma constituição para a Europa. *Impactum*. Disponível em: Acesso em: 08/09/2022
- Financial Times. (2017). Xi Jinping signals departure from low-profile policy. Disponível em: <https://www.ft.com/content/05cd86a6-b552-11e7-a398-73d59db9e399> Acesso em: 17/09/2022
- Financial Times. (2020). China ramps up coronavirus help to Europe. Disponível em: [ft.com/content/186a9260-693a-11ea-800d-da70cff6e4d3](https://www.ft.com/content/186a9260-693a-11ea-800d-da70cff6e4d3) Acesso em: 17/09/2022
- France 24. (2020). Lack of transparency in China's Belt and Road projects: EU firms. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20200116-lack-of-transparency-in-china-s-belt-and-road-projects-eu-firms> Acesso em: 12/04/2023
- Fulco, M. (2023). China succeeding in diplomatic push to win over Europe. *The Japan Times*. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2023/02/19/commentary/world-commentary/eu-china-relations/> Acesso em: 17/05/2023
- Gabriel, J., & Schmelcher, S. (2017). Three scenarios for EU-China relations 2025. *Elsevier*. Disponível em: Acesso em:
- Gang, D. (2022). China-EU economic ties on brink of an ideological confrontation trap. *Global Times*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.futures.2017.07.001> Acesso em: 10/09/2022
- Garlick, J., & Qin, F. (2023). China's Normative Power in Central and Eastern Europe: '16/17 + 1' Cooperation as a Tale of Unfulfilled Expectations. *Europe-Asia Studies*. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09668136.2023.2179601?src=&journalCode=ceas20> Acesso em: 27/12/2022
- Global Times. (2022). Close cooperation between China and Greece under the BRI. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202207/1270552.shtml> Acesso em: 23/10/2022
- Gnanasagaran, A. (2018). Europe's response to China's BRI. *The Asean Post*. Disponível em: <https://theaseanpost.com/article/europes-response-chinas-bri> Acesso em: 11/12/2022
- Godement, F. (2022). China's Shifting Balance of Interests After the Ukraine Invasion. *Institut Montaigne*. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/expressions/chinas-shifting-balance-interests-after-ukraine-invasion> Acesso em: 15/12/2022
- Gupta, P. (2020). The "17+1" initiative: Is China losing its charm in Central and Eastern Europe? *Observer Research Foundation*. Disponível em:

- <https://www.orfonline.org/expert-speak/17-plus-1-initiative-china-losing-charm-central-eastern-europe/> Acesso em: 28/12/2022
- Gurol, J., & Rodríguez, F. (2022). “Contingent power extension” and regional (dis)integration: China’s Belt and Road Initiative and its consequences for the EU. *Asia Europe Journal*. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10308-022-00651-9> Acesso em: 17/01/2023
- Hernandez, M. G. (2022). Global Gateway and the EU’s Digital Ambitions. CSIS. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/development-dispatches/global-gateway-and-eus-digital-ambitions> Acesso em: 23/12/2022
- Hill, C. (1993). The Capability-Expectations Gap, or Conceptualizing Europe’s International Role. *Journal of Common Market Studies*. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.1993.tb00466.x> Acesso em: 19/09/2023
- History Extra. (2020). The big question: has the European Union been a success? *History Extra*. Disponível em: https://www.sps.ed.ac.uk/sites/default/files/assets/pdf/Gebhard_2017_OUP.pdf Acesso em: 11/12/2022
- Hockenos, P. (2023). It’s Ursula von der Leyen’s Europe—for Now. *Foreign Policy*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/03/08/ursula-von-der-leyen-europe-eu-weber/> Acesso em: 03/04/2023
- Huang, Y. (2016). Understanding China's Belt & Road Initiative: Motivation, framework and assessment. *China Economic Review*. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1043951X16300785> Acesso em: 23/02/2023
- Huckle, A. (2016). The Evolution of the European Union’s Common Security and Defence Policy. *E-International Relations*. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2016/07/07/the-evolution-of-the-european-unions-common-security-and-defence-policy/> Acesso em: 07/10/2023
- Huotari, M., Otero-Iglesias, M., Seaman, J., & Ekman, A. (2015). *Mapping Europe-China Relations: A Bottom-Up Approach*. A Report by the European Think-tank Network on China (ETNC). Disponível em: <https://www.ifri.org/en/publications/publications-ifri/ouvrages-ifri/mapping-europe-china-relations-bottom-approach-report> Acesso em: 25/02/2023
- Hurrelmann, A., & Baglioni, S. (2018). Introduction: multilevel democracy in the European Union and the innovations of the Lisbon Treaty. *Comparative European Politics*. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41295-018-0135-0> Acesso em: 12/03/2023
- Iglesias, M. O. (2022). How much of Chinese 5G technology is still used in Europe? *Real Instituto elcano*. Disponível em:

- <https://www.realinstitutoelcano.org/en/commentaries/how-much-of-chinese-5g-technology-is-still-used-in-europe/> Acesso em:17/05/2023
- Ikenberry, G. (2018). Why the Liberal World Order will survive. *Ethics & International Affairs*. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0892679418000072> Acesso em: 01/03/2023
- Ikenberry, J. (2004). "Soft Power: The Means to Success in World Politics.". *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/2004-05-01/soft-power-means-success-world-politics> Acesso em:23/08/2022
- Jie, Y. (2023). Beijing briefing: China bets on warmer EU relations. *Chatham House*. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/publications/the-world-today/2023-02/beijing-briefing-china-bets-warmer-eu-relations> Acesso em: 19/02/2023
- Jie, Y., & Wallace, J. (2021). What is China's Belt and Road Initiative (BRI)? *Chatham House*. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2021/09/what-chinas-belt-and-road-initiative-bri> Acesso em: 20/12/2022
- Julienne, M. (2020). Towards Tougher Bilateral Relations between EU and China. *Lettre du Centre Asie*. Disponível em: https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/julienne_eu_china_relations_2020.pdf Acesso em: 08/03/2023
- Kaczynski, P. M. (2022). How China lost Central Europe. *Balkan Insight*. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2022/08/15/how-china-lost-central-europe/> Acesso em: 16/02/2023
- Karaskova, I. (2020). Empty shell no more: China's growing footprint in Central and Eastern Europe. *Association for International Affairs*. Disponível em: https://chinaobservers.eu/wp-content/uploads/2020/04/CHOICE_Empty-shell-no-more.pdf Acesso em: 18/10/2022
- Kintzigner, P., & Horky, F. (2022). Dynamics and Developments of Chinese M&A Transactions in the wake of the BRI: A comparison of Germany and CEEC. *European Perspectives on the New Silk Roads – A Transcultural Approach*. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4135680 Acesso em:05/12/2022
- Kirshner, J. (2009). Realistic Political Economy: traditional themes and contemporary challenges. *Routledge Handbook of International Political Economy*. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9780203881569.ch2> Acesso em:22/02/2023
- Kobierski, Ł. (2021). 17+1 Summit: The Difficult Future of the Initiative. *Warsaw Institute*. Disponível em: <https://warsawinstitute.org/171-summit-difficult-future-initiative/> Acesso em: 22/02/2023

- Koukoudakis, G. (2012). *European Integration and the Re-conceptualization of State Sovereignty: A Challenge for Neorealism*. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/pub/spectrum/issue/36985/430179> Acesso em: 16/05/2023
- Koutrakos, P. (2012). The European Union's common foreign. Em D. C. Ashiagbor, *The European Union after the Treaty of Lisbon || The European Union's common foreign and security policy after Lisbon*. Disponível em: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/8662/> Acesso em: 18/09/2022
- Koutrakos, P. (2017). The European Union's Common Foreign and Security Policy after the Treaty of Lisbon. *Swedish Institute for European Policy Studies*. Disponível em: https://www.sieps.se/en/publications/2017/the-european-unions-common-foreign-and-security-policy-after-the-treaty-of-lisbon-20173/sieps_2017_3 Acesso em: 21/05/2023
- Lam, J. (2020). Central and Eastern Europe: From 16+1 to 17+1. *HKTDC*. Disponível em: <https://research.hktdc.com/en/article/MzYyMjg4Nzk2> Acesso em: 12/04/2022
- Lampe, J. R. (2023). Yugoslavia. *Encyclopedia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Yugoslavia-former-federated-nation-1929-2003> Acesso em: 05/01/2023
- Latona, D., & Carreno, B. (2023). Europe can't ignore China's trade role, says Spanish minister Nadia Calvino. *Independent*. Disponível em: <https://www.independent.ie/business/world/europe-cant-ignore-chinas-trade-role-says-spanish-minister-nadia-calvino/42428556.html> Acesso em: 15/05/2023
- Lau, S. (2020). China trying to divide and rule in Europe, EU foreign policy chief Josep Borrell says. *South China Morning Post*. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3084684/china-trying-divide-and-rule-europe-eu-foreign-policy-chief> Acesso em: 30/03/2023
- Lau, S. (2021). Lithuania pulls out of China's '17+1' bloc in Eastern Europe. *Politico*. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/lithuania-pulls-out-china-17-1-bloc-eastern-central-europe-foreign-minister-gabrielius-landsbergis/> Acesso em: 11/12/2022
- Lau, S., & Moens, B. (2022). EU tempts Africa away from Chinese influence. *Politico*. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/eu-tempts-africa-away-from-chinese-influence/> Acesso em: 22/05/2023
- Lehne, S. (2023). After Russia's War Against Ukraine: What Kind of World Order? *Carnegie Europe*. Disponível em: <https://carnegieeurope.eu/2023/02/28/after-russia-s-war-against-ukraine-what-kind-of-world-order-pub-89130> Acesso em: 13/05/2023
- Lima, A. S. (2022). Kerry Brown: "A China olha para o Ocidente como um poder em declínio". *Público*. Disponível em:

- <https://www.publico.pt/2022/11/13/mundo/entrevista/kerry-brown-china-olha-ocidente-declinio-2027273> Acesso em: 13/05/2023
- Mardell, J. (2017). The 'Community of Common Destiny' in Xi Jinping's New Era. *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/10/the-community-of-common-destiny-in-xi-jinpings-new-era/> Acesso em: 17/12/2022
- Mardell, J., & Stec, G. (2021). The EU's new connectivity agenda. *Mercator Institute for China Studies*. Disponível em: <https://merics.org/en/merics-briefs/eus-new-connectivity-agenda> Acesso em: 06/10/2022
- Martin, P. (2021). Understanding Chinese "Wolf Warrior Diplomacy". *The national Bureau of Asian Research*. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/understanding-chinese-wolf-warrior-diplomacy/> Acesso em: 22/03/2023
- Martins, A. (2022). Biden e Xi reafirmam divergências, mas abrem a porta ao diálogo. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/11/14/mundo/noticia/biden-xi-encontramse-evitar-competicao-transforme-conflito-2027637> Acesso em: 07/12/2022
- Mcclory, J. (2017). *The Soft Power 30*. Disponível em: <https://softpower30.com/> Acesso em: 12/03/2023
- Mearsheimer, J. (2019). Bound to Fail - The Rise and Fall of the Liberal International Order. *International Security*. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/43/4/7/12221/Bound-to-Fail-The-Rise-and-Fall-of-the-Liberal> Acesso em: 18/03/2023
- Mitter, R., & Johnson, E. (2021). What the West Gets Wrong About China. *Harvard Business Review*. Disponível em: <https://hbr.org/2021/05/what-the-west-gets-wrong-about-china> Acesso em: 02/03/2023
- Mohan, G. (2018). Europe's Response to the Belt and Road Initiative. *GMF*. Disponível em: <https://www.gmfus.org/news/europes-response-belt-and-road-initiative> Acesso em:13/05/2023
- Narkilar, A. (2020). China's Wolf Warrior Diplomacy: Why we are all Hong Kong now. *Observer Research Foundation*. Disponível em: <https://www.orfonline.org/expert-speak/chinas-wolf-warrior-diplomacy-why-we-are-all-hong-kong-now/> Acesso em: 20/02/2022
- Nedophil, C. (2022). Countries of the Belt and Road Initiative (BRI). *The Green Finance & Development Center*. Disponível em: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/> Acesso em: 21/02/2022
- Neuman, M. (2019). Democracy Promotion and the Normative Power Europe Framework. *The European Union in South Eastern Europe, Eastern Europe, and Central Asia*. Disponível em:

- <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-92690-2> Acesso em: 06/05/2023
- Nicolás, E. S. (2019). EU ends silence on Hong Kong protests. *EU observer*. Disponível em: <https://euobserver.com/world/145678> Acesso em: 14/02/2023
- Nilsson, P. (2015). Chinese Government's Role. *Master Dissertation (Lund University)*. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=cb7996a9a5f137e64a4042e090d6de63182ed958> Acesso em: 12/12/2022
- Nordquist, S. (2022). The Marshall Plan and the Belt and Road Initiative: More differences than similarities. *Atlantic Council*. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/the-marshall-plan-and-the-belt-and-road-initiative-more-differences-than-similarities/> Acesso em: 04/03/2023
- Norris, D. A. (2002). *Neorealism and the European Union Balance of Power in the Post-Cold War Era*. Dissertação de Mestrado, Ohio University. Disponível em: https://etd.ohiolink.edu/apexprod/rws_etd/send_file/send?accession=ohiou1015857663&disposition=inline Acesso em: 18/12/2022
- Nováky, N. (2021). Qualified Majority Voting in EU Foreign Policy: Make It So. *European View*. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/17816858211061837> Acesso em: 17/09/2022
- Nye, J. S. (2016). Is China's soft power strategy working. (C. F. Studies, Interviewer) Disponível em: <https://chinapower.csis.org/is-chinas-soft-power-strategy-working/> Acesso em: 09/12/2023
- Nye, J. S. (2018). How Sharp Power Threatens Soft Power: The Right and Wrong Ways to Respond to Authoritarian Influence. *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-01-24/how-sharp-power-threatens-soft-power> Acesso em: 09/12/2023
- Oertel, J., Biscop, S., Jakóbski, J., Stec, G., & Okano-Heijmans, M. (2021). EU-China Opinion Pool: The new EU connectivity initiative - Defining success. *MERICS*. Disponível em: <https://merics.org/en/comment/eu-china-opinion-pool-new-eu-connectivity-initiative-defining-success> Acesso em: 12/09/2023
- Overtime. (2015). Chinese Investment in European Football Giants. Disponível em: <http://promovertime.com/chinese-investment-european-football-giants/> Acesso em: 09/03/2023
- Parello-Plesner, J. (2022). The EU Enters the Global Infrastructure Competition. *GMF*. Disponível em: <https://www.gmfus.org/news/eu-enters-global-infrastructure-competition> Acesso em: 15/04/2023

- Patran, I. (2013). China seeks to boost trade with ex-communist Europe. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-easterneurope-idUSBRE9APODQ20131126> Acesso em: 20/04/2023
- Perišin, T., & Koplewicz, S. (2020). The Nexus between the CCP and the CFSP. Em *Law and Practice of the Common Commercial Policy*. Disponível em: <https://brill.com/display/book/9789004393417/BP000017.xml> Acesso em: 17/02/2023
- Pisu, R. (2006). *Cina. Il drago rampante*. Sperling & Kupfer Editori S.p.A.
- Povel, E. (2003). NATO 'indispensable' to CFSP. *Politico*. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/nato-indispensable-to-cfsp/> Acesso em: 15/02/2023
- Samaranayake, N. (2021). Chinese Belt and Road Investment Isn't All Bad—or Good. *Foreign Policy*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/03/02/sri-lanka-china-bri-investment-debt-trap/> Acesso em: 16/05/2023
- Saxer, M. (2022). The end of the end of history. *International Politics and Society*. Disponível em: https://www.academia.edu/83199791/The_end_of_the_end_of_history Acesso em: 20/02/2023
- Schlenzig, N. (2020). The Belt and Rebranding Initiative. *Lowy Institute*. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/belt-rebranding-initiative> Acesso em: 21/01/2023
- Sebastian, G., & Zenglein, M. (2022). Chinese foreign direct investment in Europe: the downward trend continues. *IAP*. Disponível em: <https://iap.unido.org/articles/chinese-foreign-direct-investment-europe-downward-trend-continues> Acesso em: 12/01/2023
- Shakil, F. (2023). Dead on arrival: The west's B3W initiative to rival China's BRI. *The Cradle*. Disponível em: <https://thecradle.co/article-view/20742/dead-on-arrival-the-wests-b3w-initiative-to-rival-chinas-bri> Acesso em: 20/05/2023
- Shepard, W. (2016). The countries building the new silk road - and what they are winning. *Forbes*. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2016/11/22/what-win-win-along-the-new-silk-road-really-means/> Acesso em: 12/05/2023
- Silva, J. G. (2021). "A PESC e a PCSD". *EuroDefense-Portugal*. Disponível em: <https://eurodefense.pt/a-pesc-e-a-pcsd> Acesso em: 11/10/2022
- Simón, L. (2017). Neorealism, Security Cooperation, and Europe's Relative Gains Dilemma. *Security Studies*. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636412.2017.1280297> Acesso em: 24/04/2023
- Sjursen, H., & E. Smith, K. (2018). Justifying EU foreign policy: The logics underpinning EU enlargement. Em B. T. Christiansen, *Rethinking European*

- Union Foreign Policy*. Manchester: Manchester University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.7765/9781526137647.00014> Acesso em: 14/10/2022
- Sjursen, H., & Peterson, J. (1998). *A Common Foreign Policy for Europe?*. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203982723> Acesso em: 14/10/2022
- Sjursen, H., Knodt, M., & Princen, S. (2003). *Understanding the European Union's External Relations*. London: Routledge. Disponível em: [/http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/25542/1/10.pdf.pdf](http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/25542/1/10.pdf.pdf) Acesso em: 14/10/2022
- Skala-Kuhmann, A. (2019). European Responses to BRI - An Overdue Assessment. *CIRSD*. Disponível em: <https://www.cirsd.org/en/horizons/horizons-summer-2019-issue-no-14/european-responses-to-bri-an-overdue-assessment> Acesso em: 23/02/2023
- Smith, M. E. (2013). The European External Action Service and the security-development nexus : organizing for effectiveness or incoherence? *Journal of European Public Policy*. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501763.2012.758441> Acesso em: 02/03/2023
- Smotrytska, M. (2021). IFIMES Analysis of China's "Belt and Road" Initiative: Genesis and Development. *International Institute for Middle East and Balkan Studies*. Disponível em: <https://www.ifimes.org/en/researches/ifimes-analysis-of-chinas-belt-and-road-initiative-genesis-and-development/4930> Acesso em: 09/02/2023
- Song, L., & Pavličević, D. (2019). China's Multilayered Multilateralism: A Case Study of China and Central and Eastern Europe Cooperation Framework. *Chinese Political Science Review volume*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334575399_China's_Multilayered_Multilateralism_A_Case_Study_of_China_and_Central_and_Eastern_Europe_Cooperation_Framework Acesso em: 20/01/2023
- Songtian, L. (2022). West marginalizes, China helps Africa. *China Daily*. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202208/03/WS62e9b33ba310fd2b29e6fe4a.html> Acesso em: 15/03/2023
- Sørensen, C. T. (2013). Is China Becoming More Aggressive? A Neoclassical Realist Analysis. *Asian Perspective*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/289942460_Is_China_Becoming_More_Aggressive_A_Neoclassical_Realist_Analysis Acesso em: 14/01/2023
- Speranza, L., & Huntington, C. (2021). China's Failures in CEE Open the Door for the U.S. *CEPA*. Disponível em: <https://cepa.org/article/chinas-failures-in-cee-open-the-door-for-the-u-s/> Acesso em: 06/01/2023

- Standish, R. (2019). China's Central Asian Plans Are Unnerving Moscow. *Foreign Policy*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/12/23/china-russia-central-asia-competition/> Acesso em: 26/02/2023
- Stanley-Lockman, Z. (2018). A First: China, EU Launch New Combined Military Exercise. *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/10/a-first-china-eu-launch-new-combined-military-exercise/> Acesso em: 18/03/2023
- Stanway, D. (2022). Xi vows to prioritise environment, protect nature and promote green lifestyles. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/xi-vows-prioritise-environment-protect-nature-promote-green-lifestyles-2022-10-16/> Acesso em: 18/02/2023
- Sterling, D. (2017). China's Role and Status in International Society: Should its rise be perceived as a 'threat'? *Eurasian Journal of Social Sciences*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322280221> Acesso em: 17/01/2023
- Sun, Y. (2014). China's Aid to Africa: Monster or Messiah? *Brookings*. Disponível em: <https://www.brookings.edu/opinions/chinas-aid-to-africa-monster-or-messiah/> Acesso em: 01/03/2023
- Sun, Y. (2018). Djibouti: What Europe should understand of China's approach to military expansion. *Euractiv*. Disponível em: <https://www.euractiv.com/section/defence-and-security/opinion/djibouti-what-europe-should-understand-of-chinas-approach-to-military-expansion/> Acesso em: 19/03/2023
- Szalai, P. (2019). There is no real 'European foreign policy', says former EU diplomat. *Euroactiv*. Disponível em: <https://www.euractiv.com/section/european-external-action-service/interview/there-is-no-real-european-foreign-policy-says-former-eu-diplomat/> Acesso em: 02/04/2023
- Taehwan, K. (2018). Authoritarian Sharp Power: Comparing China and Russia. *The ASEAN Forum*. Disponível em: <https://theasanforum.org/authoritarian-sharp-power-comparing-china-and-russia/> Acesso em: 07/02/2023
- Teles, P. G. (2006). A PESC nos Tratados: antecedentes e evolução. *Janus*. Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/2006/2006_3_1_1.html Acesso em: 12/09/2022
- The Chinese Football Development Plan: Soft Power and National Identity. (2017). *HOLOS*. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481554850010.pdf> Acesso em: 02/02/2023
- The Economic Times. (2022). In a first, France joins China to build USD 1.7 billion global infra projects. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/international/world->

- [news/in-a-first-france-joins-china-to-build-usd-1-7-billion-global-infra-projects/articleshow/89671396.cms](https://www.nytimes.com/projects/articleshow/89671396.cms) Acesso em 24/05/2023
- The New York Times. (2021). Huawei's European Customers Are Put on Hold by U.S. Ban. *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/05/24/business/huawei-us-china-europe-.html> Acesso em: 19/03/2023
- The Stockdale Center. (2021). "The Future of the Liberal International Order" with John Ikenberry and John Mearsheimer. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JHdE8z_ur6A Acesso em: 13/02/2023
- Tian, Y. L. (2022). China signals no let-up in its aggressive diplomacy under Xi. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/china-signals-no-let-up-its-aggressive-diplomacy-2022-09-29/> Acesso em: 05/12/2022
- Tiezzi, S. (2023). China Continues to Play Both Sides in the Ukraine War. *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/02/china-continues-to-play-both-sides-in-the-ukraine-war/> Acesso em: 16/04/2023
- Tingyang, Z. (2018). Opinion Can this ancient Chinese philosophy save us from global chaos? *The Washington Post*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/theworldpost/wp/2018/02/07/ti-anxia/> Acesso em: 16/04/2023
- Trading Economics. (2023). China GDP Annual Growth Rate. *Trading Economics*. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual> Acesso em: 13/04/2023
- Tsoi , G., & Cho Wai, L. (2022). Hong Kong national security law: What is it and is it worrying? *BBC* . Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-52765838> Acesso em: 10/01/2023
- Tuomioja, E. (2009). The Role of Soft Power in EU Common Foreign Policy. *International Symposium on Cultural Diplomacy*. Disponível em: <http://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/articles/speakers/detailed/erkki-tuomioja/erkki-tumioja - the-role-of-soft-power-in-eu-common-foreign-policy.pdf> Acesso em: 15/03/2023
- Tzu, S. (2015). *The Art of War*. Leya S.A.
- Umbach, F. (2022). How China's Belt and Road Initiative is faring. *Geopolitical Intelligence Services*. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/r/belt-road-initiative/> Acesso em: 20/12/2023
- Unger, C. V. (2018). Investimento chinês no Quênia reativa Rota da Seda. *DW*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/investimento-chin%C3%AAs-no-qu%C3%A9nia-reativa-rota-da-seda/a-43078601> Acesso em: 09/01/2023

- Vangeli, A., & Pavličević, D. (2019). Introduction: New perspectives on China – Central and Eastern Europe relations. *Asia Europe Journal* volume. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10308-019-00560-4> Acesso em: 29/12/2022
- Venturi, A. (2018). China's Belt and Road Initiative: Potential Threats for the European Union. *Be Global*. Disponível em: <https://www.beglobal.it/china-s-belt-and-road-initiative-potential-threats-for-the-european-union-n-22.html> Acesso em :04/12/2022
- Vimont, Pierre; Hillion, Christophe; Blockmans, Steven. (2020). From self-doubt to self-assurance. *Swedish Institute for European Policy Studies*. Disponível em: https://www.ceps.eu/wp-content/uploads/2021/01/TFR_EEAS-2_0-From-self-doubt-to-self-assurance.pdf Acesso em:12/03/2023
- Vines OBE, A., & Wallace, J. (2023). China-Africa relations. *Chatham House*. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2023/01/china-africa-relations> Acesso em: 18/05/2023
- Wang, R. W. (2022). China's Wolf Warrior Diplomacy Is Fading. *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/07/chinas-wolf-warrior-diplomacy-is-fading/> Acesso em: 08/05/2023
- Wei, L., & Siying, W. (2019). China–EU Connectivity Platform (Juncker Plan) with the Belt and Road Initiative. *Routledge Handbook of the Belt and Road*. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780429203039-89/china%E2%80%93eu-connectivity-platform-juncker-plan-belt-road-initiative-liu-wei-wei-siying> Acesso em: 12/12/2022
- Weidenfeld, J., & Benner, T. (2018). Europe, don't let China divide and conquer. *Politico*. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/europe-china-divide-and-conquer/> Acesso em: 06/02/2023
- Weiler, J. (1991). *The Transformation of Europe*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/796898> Acesso em: 01/11/2022
- Whineray, D. (2020). Trump Has Irrevocably Changed American Relations With Europe—and Biden Probably Can't Fix It. *Carnegie Endowment for International Peace*. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2020/05/06/trump-has-irrevocably-changed-american-relations-with-europe-and-biden-probably-can-t-fix-it-pub-81739> Acesso em: 02/11/2022
- Williams, R. D. (2020). International Law with chinese characteristics: Beijing and the "Rules-Based" Global Order. *Global China*. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/10/FP_20201012_international_law_china_williams.pdf Acesso em: 17/03/2023
- WION. (2021). Gravitas Plus: The Belt & Road initiative. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rjx1iuY9D2s> Acesso em: 25/03/2023

- Yan, S. (2015). Why the 'One Belt One Road' Initiative Matters for the EU. *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/04/why-the-one-belt-one-road-initiative-matters-for-the-eu/> Acesso em: 13/02/2022
- Yang, S. X. (2014). China in UN Security Council Decision-making on Iraq: Conflicting Understandings, Competing Preferences. *Routledge New International Series*. Disponível em: https://books.google.pt/books?printsec=frontcover&vid=LCCN2011050652&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false Acesso em: 25/03/2023
- Yang, S. X. (2020). Complexity in China's current role in multilateral orders. *China International Strategy Review*. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s42533-020-00054-8> Acesso em: 09/02/2023
- Yang, W. (2023). Is China pivoting away from 'wolf-warrior' diplomacy? *DW*. Disponível em: <https://www.dw.com/en/is-china-pivoting-away-from-wolf-warrior-diplomacy/a-64435396?maca=en-rss-en-top-1022-rdf> Acesso em: 07/05/2023
- Yeung, J., & Bae, G. (2023). They eat ice cream and read 'Harry Potter,' but these North Korean YouTubers aren't what they seem. *CNN*. Disponível em: <https://www.cnnphilippines.com/world/2023/2/5/north-korea-youtubers-not-what-they-seem.html> Acesso em: 15/05/2023
- Yeung, J. (2019). From an extradition bill to a political crisis: A guide to the Hong Kong protests. *CNN*. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/11/15/asia/hong-kong-protests-explainer-intl-hnk-scli/index.html> Acesso em: 21/03/2023
- Yu, J. (2018). The belt and road initiative: domestic interests, bureaucratic politics and the EU-China relations. *Asia Europe Journal*. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10308-018-0510-0> Acesso em: 09/10/2022
- Yu, S. Z. (2022). What is FOCAC? Three historic stages in the China-Africa relationship. *Firoz Lalji Institute*. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2022/02/03/what-is-focac-three-stages-the-new-china-africa-relationship-trade-economics/> Acesso em: 14/03/2023
- Yusuf, M. (2020). Cost of China-built Railway Haunts Kenya. *Voa News*. Disponível em: https://www.voanews.com/a/africa_cost-china-built-railway-haunts-kenya/6184880.html Acesso em: 20/01/2022
- Zainuddin, A. (2021). What Happened To China's BRI Projects in Malaysia? *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/10/what-happened-to-chinas-bri-projects-in-malaysia/> Acesso em: 20/01/2022
- Zhang, F. (2009). The Tianxia System: World Order in a Chinese Utopia. *Global Asia*. Disponível em: <http://fengzhang.net/wp-content/uploads/2017/05/The-Tianxia-System-World-Order-in-a-Chinese-Utopia.pdf> Acesso em: 12/01/2023

- Zhang, G. (2020). A comparative view of China-Germany and China-France cooperation. Upply Disponível em: <https://market-insights.upply.com/en/belt-and-road-initiative-a-comparative-view-of-china-germany-and-china-france-cooperation> Acesso em: 24/05/2023
- Zhu, Z. (2020). Interpreting China's 'Wolf-Warrior Diplomacy'. *The Diplomat*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/05/interpreting-chinas-wolf-warrior-diplomacy/> Acesso em: 12/01/2023
- Zuokui, L. (2017). Europe and the "Belt and Road" Initiative: Responses and Risks. Disponível em: <http://www.geopolitika.hu/wp-content/uploads/2017/07/Liu-ZuokuiEurope-and-Belt-and-Road-Initiative.pdf> Acesso em: 21/02/2023

Anexos

Transcrição da Entrevista do Professor Luigi Leonardo

First Comment Prof Luigi: “It is not really thought the CFSP European Union is tackling this challenge. China is considered an ally, a competitor, and a strategic partner depending on the geographic location and the matter we are discussing. The EU goes around and has measures that are not precisely the CFSP. The European Commission has proposed new trade defense instruments, such as anti-coercion and anti-subsidies. Not the CFS, but the Common Commercial Policy (CCP). This gives the Commission roles in sometimes coordinating member states' responses to investment within the EU that affects the national security interests of the member states. So, that’s the way the EU has tried to react. Nevertheless, a country such as Germany can decide that it is not contrary to their National Security to let Chinese investment in significant infrastructures, as we have seen recently, for example, the Hamburg Port. Which is one of the most important in the EU.”

Question: How would you explain the EU’s way of making Diplomacy?

Professor Luigi: “The answer to that is to be found in the prior documents of the EU. I would tell you to take a look at the EU’s Global Strategy of 2016 and more recently at the 2022 Strategic Compass, the document adopted in March. If you ask me how the EU defines its diplomacy, it is a form of the principle of pragmatism. That’s how the EU Global Strategy defines it. And now the Strategic Compass seems to be less principled and more pragmatic, being that the HR said that the EU needs to learn the “language of power”. This goes hand in hand with a Geopolitical Commission, which is more assertive. Its diplomacy is firmly multilateralist, rather than unilateralist. It seeks to act in partnership with like-minded countries or blocks rather than assertive and isolationist.”

Question: Do you think that after the Treaty of Lisbon, the CFSP has improved the presence of the EU in the world? Has it made the EU more assertive? What has actually been done?

Prof. Luigi: “One big thing that has happened with the EU’s presence was the creation of the CSDP and the begging of the missions since 2003. Where the EU started to step it up, was already before Lisbon. Since Lisbon, sanctions are a very used tool, now after the 2022 vision. They have been increasingly used. The CFSP after Lisbon has been increasing the EU’s weight in International Politics. I think successes can be counted on the fingers of one hand. Perhaps, there is the 2014 Nuclear Deal with Iran, the 3+3 or the 5+1, the five Security Council members plus Germany. There is also something on the Strategic Compass and the EU Global Strategy. Also, the Global Infrastructure Cooperation. This is what the EU has done in the terms of CFSP, and the sanctions on Russia. Regardless, they have increased the EU’s presence. There is the capability-expectation gap. This is something I say in the book that I have sent you. There is still a gap, between what the EU should be doing and what the EU does. I think, yes.”

Question: Is it time for the EU to have a *Hard power*?

Prof. Luigi: “Depends on who you ask, but the difficulty is to understand what form it would take. The EU has already some form of military capabilities. For example, the Helsinki Goal. They were never deployed. They were never used. Also the EU’s Euro-corps. So minimum still exists. The question for me would be, what would be the relation between an “Eu Army” and the national armies? I think there is little appetite for a creation of a European Army. In my personal opinion, it is good that there is little appetite. The less army we have the better it is (laughs) because they can end up in the wrong hands. For me, it clearly shouldn’t happen. It is interesting to think that we are here because, in the beginning, the member states could not agree on a common European army. The failure of the European Defense Community is something that paved the history of European integration. We have economic integration as the second best. Just a few thoughts on the question of the army.”

Question: What do you think China represents for the EU?

Prof. Luigi: “ First. China is a huge market for the EU. That is simply due to demography and demographic trends. It means that the EU cannot ignore the biggest population in

the world, which lives in the Indo-Pacific Region (in India and China). So that is a reality that generates interdependence and it cannot be ignored. That is the first fact, so to speak. The second fact is that China is with different agenda, is pursuing a policy that is comfortable in political game. Played by the rules settled up after the WW2. With a different agenda then how, Russia is doing it. But it is also a fact that China has not as shocked of when Russia invaded Ukraine as western Europeans were. There's a division between the West and a block that may include Russia and China. My view, is that the EU should try to avoid isolating itself from a block where China and Russia are allies, or more like-minded. The West in completely opposed. Most of the population in the world lives with "them" not with "us", if you want to use this terminology. The General Assembly of the UN voted to condemn the invasion of Ukraine. Most states voted in favour but the states that voted against have the biggest population on the world. That is in very broad terms, the strategic view of China."

Question: What do you think of the Global Gateway?

Prof. Luigi: "I don't have formed views of that."

Question: What do you think of the EU's answer to the FRC?

Prof Luigi: "China has managed to fracture what is supposed to be a Union. It has managed to divide and conquer. I am talking about the 17+1. China has a privilege. Direct access to the diplomacy of Central and European Member States. And so, it gains leverage into their political processes. And the way that the EU has tried to challenge that is by technical measures and through regulations and institutional rearrangements. Forgot to mention at the beginning, foreign direct investment screening regulation (The FDI regulation). It is a security instrument, but it is considered commercial policy. So it is through trade instruments that the EU tries respond to China and it seems to me that so far China has been able to penetrate quite deeply in the economy of the member states. That is to a certain extent, completely inevitable because of the interlocked economies and the great interdependence that characterizes our era. Perhaps, in fact, more generally, how the virus, the covid showed that there are no national answers that are

possible. A country can't say "I'll close my borders and now I'm covid free". Globalization in general is like that. The threat is borderless. The EU's answer has to be more strategic than tactic. In a nutshell, it is very difficult for the EU preserving its market from foreign interference when the rest of the world strives from those foreign interferences. The EU has no leverage anymore and it will be difficult not to use the same weapons (metaphorical terms). I'll give you an example. In the EU, Germany cannot pay Mercedes, our lower taxes to Mercedes so that Mercedes sells more cars. But in China these rules don't exist. Chinese companies get subsidies from the government so that they can sell more cars. That means that in the rest of the world more Chinese cars will be bought than Mercedes. And that is a self-imposed constraint that the EU needs to deal with at some point."

Question: With all of your knowledge if you were in the EU and you had to deal with China, how would you do it?

Prof Luigi: "I would let the strategic thinking lead my choices rather than be reacting to current events. I would be proactive rather than reactive. This was also the great mistake with Russia. The EU never had a Strategy for Russia. They should ask themselves "With whom do we want to ally?" The mistake that the EU might still do is to send Russia to close to China. To isolate Russia to the point that Russia only has China. Russia and China together could be a very powerful block. And I think it is obvious that in the EU member states best interest to "keep Russia in Europe". Whereas, as you probably know, the American strategy in which the defence of Europe was created after WW2, the establishment of NATO, etc. This had the goal to keep the Russians out of the EU. But that was not an European strategy, this was an American strategy. And now, that Europe never had its own strategy for Russia it is time that we start think seriously where Russia needs to be.

Question: Do you want to add anything else?

Prof Luigi: "The CFSP of the EU is not answering to the FRC per se. The CFSP, there is a strategy for the Indo-Pacific region. There is the Atalanta, the military operation, which

is in Africa, but for the purpose, it is the Indo-Pacific Region. The drug trafficking is also a thing. The Taliban, now back in Afghanistan, and also the opium trade is also a think, but it is almost irrelevant for the EU's security.

Transcrição da Entrevista à Professora Doutora Ana Paula Brandão

Questão: O Tratado de Lisboa veio melhorar a atuação da PESC para o resto do mundo. Há uma coesão das políticas externas dos Estados Membros?

Professora Ana Paula Brandão: Deixe-me começar por clarificação de conceitos. Em termos académicos e termos políticos, há vocabulários diferentes. Temos então a palavra coerência. Há a coerência horizontal, que é a coerência a nível europeu, entre as tais políticas na dimensão externa, também no sentido da coerência entre os órgãos e instituições da própria União Europeia. E depois temos outra tão importante, em consonância com áreas ainda mais importantes, que é a coerência vertical. A articulação entre a dimensão europeia e a dimensão nacional. O posicionamento em relação a estas duas dimensões... O Tratado de Lisboa, qualquer revisão, traz alterações, umas mais substantivas que outras. Em concreto não alterou a substância, a natureza da PESC e da PCSD, passou a ser determinada assim, mas também mudou de área. É como nós às vezes dizemos nas aulas, mais indicativa de uma vontade do que na realidade efetiva. Vamos falar de uma efetiva política comum no sentido supranacional. Não deixa de ser intergovernamental e de ter uma série de características que certamente muito bem delineou e que marcam esta intergovernabilidade. E, portanto, a revisão operada pelo Tratado de Lisboa não altera a substância, a natureza da política. Ao não alterar mantém a particularidade muito europeia, leia-se da União Europeia, a diferenciação de políticas públicas. E, portanto, se até estivéssemos a falar da dimensão de segurança só, até reforçou essa diferenciação. Mas não é aqui o assunto, mas ao nível, mantém essa diferenciação. Quando nos relacionamos com a China, sem dúvida temos a PESC, depois a dimensão operacional, que é ainda menos presente. De facto, a China participou com um relativo sucesso, é impossível falar em sucesso sem mencionar a missão Atlanta, missões de combate à pirataria. Mas em termos de política mais ampla, que estabelece essas relações na dimensão política, temos, portanto, mais esta posição intergovernamental. Mas temos também a dimensão comercial, a dimensão energética, enfim o lado económico e esta claramente está noutro registo. Está noutro tratado. Claramente houve uma preocupação política, que teve uma tradução depois jurídica, de reforçar, tentar criar formas e mecanismos que contribuam para que a UE

tenha de facto mais coerência e consistência, dentro dos conceitos que disse há um bocadinho. Dentro desta linha, claramente que sim, há uma tendência, há uma tentativa, sobretudo eu destacaria o facto de arrumar a casa juridicamente, sendo que a União Europeia passou a ter personalidade jurídica, isto não é de menos importância. Temos uma mudança cosmética. Poderia ser considerada uma mudança cosmética, uma mudança meramente terminológica sem mudança de conteúdo efetivo, se falamos do mercado comum, que de facto a então comunidade europeia já tinha essas competências devidamente explicadas noutros Tratados. Agora por exemplo para a área de PESC, sem dúvida. Foi importante. Na área da PESC é relevante. De facto, a UE passa a ter a capacidade jurídica perante a comunidade internacional de celebrar tratados nesta matéria. Quando antes eram celebrados através dos estados-membros. Hoje tem essa possibilidade, assim como de estar representada em OIs. Dito isto, aqui acho que é uma mudança jurídica formal, mas que tem significado na prática, substantivo. Não é apenas uma mudança meramente terminológica como para mim foi a mudança de Política Europeia de Segurança e Defesa para Política Comum de Segurança e Defesa, para reforçar apenas a ideia que queremos caminhar mais no sentido do 'Comum'. Também temos a mudança do cargo de Alto Representante. A função que é uma reformulação, porque já existia, foi reformulado, era pré-existente. O representante foi colocado sob a tutela de duas instituições, a Comissão e o Conselho que têm diferentes culturas organizacionais e que se traduz também na dimensão externa de forma muito clara, mas sobretudo a ideia de que de facto a União Europeia utiliza os seus vários instrumentos nas relações com países terceiros, com OIs para fazer frente a diferentes áreas de intervenção. Vem o tal Comprehensive/Integrative Approach. Tudo isto também leva a uma longa história. Mas de facto utilizam-se as duas. Podemos dizer que há uma tentativa de reforçar esta integração, esta abordagem ampla, com ligações ao multinível. As várias fases do ciclo das crises, etc, etc. A ideia é, nós temos uma diversidade de instrumentos associados a uma diversidade de políticas públicas e assim, eu gosto de dizer isto, que é discutível naturalmente, muitos não concordarão - Não há uma política externa da União Europeia. Há uma dimensão externa, há uma ação externa e há políticas que concorrem para essa dimensão externa. A Comprehensive/Integrative Approach o que tenta é, coordenar estes vários instrumentos, que implica uma coordenação de vários atores, desde logo das

instituições e órgãos da União Europeia. A coordenação entre o nível europeu e o nível plural nacional. Mas também a coordenação intersectorial e é um exercício muito complexo, é verdade. Nós somos muito críticos, e as críticas têm razão de ser, mas também temos de ver o grau de exigência. Onde há governos que o grau de coesão é, enfim, nós sabemos quantas dissonâncias existem num Conselho de Ministros, quanto mais aqui. Há uma bondade de intenção, sem dúvida nestas alterações. A primeira e mais importante em termos de consequências efetivas, do que propriamente esta do Alto-Representante. Esta função não foi dotada de poderes efetivos, pronto. Faz sentido, mas a realidade dos factos, dependendo da natureza de com quem estamos a trabalhar, na ação externa, temos diferentes comportamentos e diferentes presenças até diferentes rostos. Quando temos uma crise aberta, a nível da visibilidade internacional, vemos os rostos nacionais, e até, no caso da guerra em curso, na Ucrânia, em que o rosto mais visível foi, se formos a ver bem, é o da Presidente da Comissão Europeia. Quando a Comissão, até historicamente, teve muito pouca presença na área da PESC e da política de segurança e defesa. Não há dúvida que até aqui houve uma diferença. Dependendo do momento em que se está a operar, seja ele de guerra ou não, também o Alto Representante, está algo despojada de poderes efetivos. É um exercício muito difícil, sou muito compreensiva para quem desempenha o papel, tem de trabalhar em dois tabuleiros, duas instituições, que têm formatos diferenciados, têm competências diferenciadas, têm culturas organizacionais diferenciadas, eu imagino que deve ser ali uma dor de cabeça. Eles e elas é que nos poderão dizer, que desempenham os cargos. Mas de facto o Tratado, tivemos uma conferência aqui na Universidade do Minho, um dos oradores esteve envolvido aqui no processo de revisão, e confessou, de forma não sei se muito consciente ou se saiu, que a ideia foi uma piada e não se pensou muito bem como é que ia ser executada esta questão do Alto Representante. É muito importante quem o desempenha. Diferentes personalidades, com diferentes experiências podem dar mais robustez ou menos ao cargo. Se retirarmos esta variável, da personalidade de quem ocupa o cargo é muito clara esta falta de poderes e este efeito ping-pong, andar a saltar entre dois lados da mesa do jogo, digamos.

Questão: Tendo em conta a informação que temos até ao momento da atuação da PESC. É a PESC eficiente, tendo em conta os objetivos propostos?

Professora Ana Paula Brandão: Os objetivos são altamente ambiciosos. Ninguém discorda, são bons objetivos, respeitáveis na etiqueta internacional. Agora, são particularmente ambiciosos, e se associarmos isto à missão declarada da União Europeia se posicionar como ator regional, a narrativa é muito clara. Claro que a PESC está muito aquém. *Capability/Expectations Gap*, esta assimetria entre as expectativas e as capacidades efetivas. E volto à questão que é uma política intergovernamental. Penso que aqui fica quase tudo dito. Portanto, são Estados que decidem. Dentro do próprio nomenclatura jurídico-institucional, e do funcionamento da própria política que estamos a falar, percebemos que está altamente dependente da boa vontade dos estados, que nem sempre é boa. Vemos isso nas áreas geográficas e nos assuntos que estão a ser tratados ou o cruzamento das duas, nós vemos também diferentes graus de compromisso para com os outros Estados-Membros. É importante algum rigor nesta generalização. Mas sendo muito assertiva eu diria que de facto não tem respondido, naturalmente, às expectativas e não tem cumprido com os objetivos. Eles são muito ambiciosos, e aqui temos de balizar um bocadinho. Vendo as áreas de integração, pura e dura, não podemos esquecer o papel do parlamento europeu. quer ao nível de aprovação, quer ao nível da decisão legislativa, quer ao nível da monitorização. Há aqui uma série de défices, mas que têm a ver com a natureza, mais uma vez, intergovernamental. Olhando só para o presente e para o *trend*, acho que há sérias resistências para que isto nunca mude. Claro que está em cima da mesa, face ao contexto de guerra, se efetivamente a maioria pode decidir nestas matérias. A decisão prévia tem de ser aprovada por unanimidade. Isso já está consagrado. Agora o que se pretende, no caso das dificuldades na tomada de decisão. Continuam a haver estados que são altamente resistentes no que toca a transferências de poderes soberanos nestas matérias, por razões históricas, por razões da sua proximidade com a vizinha complicada, a Rússia. Portanto não me parece, posso naturalmente estar enganada, com a informação que temos até ao momento que a questão vá mudar.

Questão: O que representa a China para a UE?

Professora Ana Paula Brandão: Antes de mais, eu não trabalho a China. Dito isto, eu considero que a UE olha antes de mais para a China como de facto, bem é assim, ora termos estão referidos nos diferentes documentos oficiais, tendo saído em março a Bússola Estratégica, por exemplo. Dada a evolução do comportamento da China, a UE também tem dado a sua perceção, ou mesmo, agudizado a sua perceção, como um fator crítico, não é. Temos tido essa evolução que depende antes, na minha leitura, que vale o que vale, na mudança de comportamento da própria China, que é claramente mais assertiva e agressiva do que noutros tempos. Há aqui questões muito importantes, que têm a ver com o Ciber Espaço. Naturalmente que também, isto é uma matéria muito importante deste relacionamento. Tudo põem em causa o bom funcionamento democrático, A questão energética também, e a própria segurança e Cibersegurança. Antes de mais, eu penso que o principal tabuleiro, é o fator económico. Apesar destes fatores enumerados, a assertividade ou mesmo agressividade chinesa, que não deve ser confundida com a Russa, porque os atores são diferentes e têm uma forma de se posicionarem diferente, se quisermos estabelecer aqui uma prioridade, acho que, apesar de tudo, a primeira linha de preocupação é sem dúvida a área económica. Acho que como competidor, a principal área de competição é a económica. As estratégias que a China tem implementado, tendo uma presença interna, não é, a tal *soft/hard approach*, sendo que o poder económico entra no *hard power*, estou a dizer que é uma estratégia mais branda, menos visível, mais de penetração, como quando vemos uma Rússia a usar tanques para invadir outro país. É nesta comparabilidade que me estou a referir. Duas notas, claramente um agudizar da perceção, não é, deste que é claramente um claro adversário da UE, e que, portanto, houve um agudizar destas matérias, mesmo em áreas de segurança. E que claramente onde se joga é no tabuleiro económico.

Questão: Tendo em conta que há uma PESC e que a China já tem países da própria UE, que aceitaram a FRC - Acha que a PESC estão a responder de forma coesa à China?

Professora Ana Paula Brandão: Dentro da caixa, quando começamos a desmontar as peças, sabemos precisamente que há a tal falta de consistência, a falta de convergência quando é necessário tomar decisões, e sobretudo, decisões para a ação, que não são meramente declarações, a falta de respeito pelos Direitos Humanos por parte da China,

etc. Dito isto, nós notamos, que de facto, muitas vezes a estratégia coletiva, até é comprometida por iniciativas não só unilaterais como bilaterais entre estados que têm uma proximidade diferente com a China. Claramente há diferentes posicionamentos. Temos o caso da Guerra na Ucrânia. A Rússia. Temos uma ameaça concreta, violenta, em pleno século XXI, na fronteira da União Europeia. Isso reforçou. Tenho sérias dúvidas, quando a guerra já se desenvolve há algum tempo. Esse elemento, de cola, uniu pela negativa, se se manterá. Quanto à China, como mais uma vez, temos os interesses económicos, energéticos, entre outros, geopolíticos, geoestratégicos, são diferenciados nos mais variados casos, não só na atualidade, como na história do relacionamento com a China, que também é importante. Olhando aqui para os estados, na ação externa, a geografia por um lado, mas a história... A história não muda, e a geografia é muito lenta na mudança. Acaba por ter um efeito de tendência conservadora. As políticas externas nacionais tendem a ter um grande grau de conservadorismo, preservar as relações históricas. Quando tudo isto se complementa, reforça a tendência. Portanto, aí sim, eu acho que há, como noutras matérias, uma falta de consistência entre os Estados-Membros.

Entrevista do Professor Luís Cunha (Respostas enviados por escrito)

Questão: Como caracteriza a Política Externa Chinesa desde a chegada ao poder de Xi Jinping em 2013?

Professor Luís Cunha: Xi Jinping revelou-se um líder transformacional. Desde que assumiu o poder, a China abandonou a postura relativamente discreta e moderadamente empenhada na agenda internacional, recomendada por Deng Xiaoping, a favor de uma atuação mais visível, fortemente ativa e em certos casos recorrendo a um grau de assertividade que era até então desconhecido.

No plano militar, é de assinalar a formação de uma forças armadas modernas e tecnologicamente avançadas, capazes de ombrear e até em alguns sectores ultrapassar as congéneres dos EUA. Recorde-se que a China dispõe já da maior marinha de guerra do mundo, sendo expectável que instale bases militares em portos do Atlântico, Índico e Pacífico, complementando a que já tem em atividade no Djibuti. O programa espacial, a inovação em matéria de mísseis hipersónicos ou o incremento exponencial da tríade nuclear, são vetores cruciais de uma agenda de projeção de poder aparentemente imparável.

A expansão no Mar da China Meridional, através da construção de bases aeronavais, foi simbólica quanto ao domínio que a China pretende exercer naquele ponto geográfico nevrálgico, ao mesmo tempo que cria uma rede anti acesso tendo por alvo a presença das forças militares americanas e dos seus aliados.

No plano geoeconómico, destaca-se a iniciativa da Rota da Seda, a mais inovadora e ambiciosa medida avançada por uma grande potência. Inicialmente de âmbito regional, rapidamente assumiu proporções globais. Não há paralelo para uma medida geoeconómica com este tipo de alcance e impacto.

A liderança de Xi também aposta na inovação tecnológica como motor do desenvolvimento, de que o programa Made in China 2025 é exemplo. No plano multilateral, para além de uma forte presença nas agências das Nações Unidas, a China

colocou em campo uma diplomacia mais incisiva na afirmação dos seus interesses, batizada em alguns meios de “diplomacia do lobo guerreiro” (designação inspirada num filme de ação chinês).

Em suma, desde 2013 que assistimos a um corte, por vezes radical, com a política de “ascensão pacífica” desenvolvida pelas anteriores lideranças chinesas. Trata-se de uma política externa pragmática, de geometria variável, mas que tem tido alguns efeitos contraproducentes na imagem da China e dos seus líderes, designadamente Xi Jinping. A aliança tática com a Rússia, por exemplo, é encarada com desconfiança e preocupação nos círculos políticos ocidentais, incluindo a UE. Em consequência, a credibilidade internacional da China tem sofrido alguma erosão.

Questão: Como caracteriza a FRC?

- a. Quais os objetivos políticos da iniciativa?
- b. É a FRC uma forma de demonstrar interesse em ocupar uma nova posição no SI por parte do governo chinês?

Professor Luís Cunha: A FRC tem o mérito de rentabilizar as enormes potencialidades económicas e comerciais da China, a par da sua sobrecapacidade produtiva, conjugando-as habilmente com os interesses geopolíticos de Pequim. Dito de outro modo, à semelhança de outras situações e ocasiões, neste caso a China soube aproveitar habilmente um vazio estratégico no campo das redes económicas transnacionais atravessadas pela globalização. Os EUA, o seu maior rival estratégico, não conseguiram, até data, implementar um plano geoeconómico com a atratividade e dimensão da BIR, pese embora reações tardias como o Indo-Pacific Economic Framework.

Quando o presidente chinês se referiu inicialmente a uma Faixa Económica da Rota da Seda numa visita oficial ao Cazaquistão, em 2013, não sabemos se estaria a prever o crescimento e reconhecimento que o projeto alcançaria volvidos 10 anos. Em todo o caso, ao incluir a FRC na constituição do Partido Comunista da China (2017), o projeto assumiu-se como grande objetivo estratégico nacional.

Ao repartir a iniciativa em duas componentes, terrestre e marítima, a China lançou uma rede capaz de atrair um alargado conjunto de países, com destaque para os mais subdesenvolvidos ou o chamado “Global South”. A fluidez das comunicações ferroviárias e marítimas, acelerando redes de transportes e evitando “choke points” (como é o caso do Estreito de Malaca), é uma das grandes prioridades da BIR. Geograficamente, a BIR expandiu-se da Eurásia para África, América Latina e Ártico. Este último será, com toda a probabilidade, palco de acesa disputa geoestratégica atendendo às rotas marítimas que permite, a par dos valiosos recursos naturais ali existentes.

A FRC acabou por incluir as diferentes dimensões da estratégia global chinesa, integrando investimentos, projetos de infraestruturas e financiamentos. Outras componentes foram acrescentadas, como sejam a Rota da Seda Polar, a Rota da Seda Digital e a Rota da Seda Espacial. A BIR funciona por camadas acrescidas, sendo que as camadas geoeconómica, geopolítica e geotecnológica, estão agora a ser acompanhadas pela esfera da segurança. É de salientar que, na sequência das decisões estratégicas do último Congresso do PCC, a China está agora a investir fortemente na proteção dos seus interesses nos corredores da BIR através de inúmeras empresas de segurança privadas. Estas começam, inclusive, a prestar assistência e a dar formação em vários países.

Por outro lado, é de notar que a BRI também tem tido alguns efeitos adversos, sendo um dos exemplos mais conhecido o do projeto Hambantota, no Sri Lanka. Nesse caso específico a China acabou por negociar a dívida do governo daquele país, em troca de assumir o controlo do porto de Hambantota, estrategicamente localizado, durante 99 anos. Em todo o caso e de acordo com algumas fontes, as condições impostas por credores ocidentais e japoneses seriam mais penalizadoras para o governo do Sri Lanka, por comparação com os empréstimos chineses.

Em suma, o alcance da BIR ultrapassou em muito as expectativas iniciais, afirmando-se gradualmente com uma importante componente da nova ordem global defendida pela China, que inclui agora a Iniciativa de Desenvolvimento Global e a Iniciativa de Segurança Global. Embora não esteja institucionalizada, a BIR transformou-se num programa global capaz de beneficiar alguns dos aderentes, mas acima de tudo defende

os interesses de Pequim que, entre outros objetivos, pretende garantir a segurança energética e alimentar do país sem os constrangimentos impostos pelas tradicionais vias marítimas e terrestres.

Questão: Como podemos descrever a diplomacia Chinesa desde 2013?

Professor Luís Cunha: Respondido na pergunta 1. Em todo o caso, adianto que a diplomacia chinesa tem sido muito eficaz em levar a ONU a adotar a BIR e respetivos objetivos.

Questão: O que significa a UE para o governo chinês, nomeadamente em termos da FRC?

Professor Luís Cunha: A União Europeia (UE), o maior parceiro comercial da China, é um gigante económico sem correspondência no plano político. As transações comerciais bilaterais são intensas (cerca de dois mil milhões de euros /dia), embora a UE não reconheça a China como economia de mercado, nem tenha sido ainda alcançado um acordo comercial entre as partes.

A BIR assume particular importância para a Europa, uma vez que é o destino final dos corredores terrestre e marítimo da iniciativa. Mas é preciso ter em conta que a relação da UE com a China é feita de cooperação, mas também de competição, e esta última vertente tem vindo a acentuar-se, de resto manifesta nos vários policy papers da UE relativos à China, que é agora considerada uma “rival sistémica”. De resto, a UE continuará a manter um equilíbrio instável entre os interesses do seu maior aliado em matéria de segurança e defesa, os EUA, e o seu maior parceiro comercial, a China.

Na realidade, é difícil aferir o impacto real da BIR na Europa. Atualmente sabemos que o controlo do porto de Pireu, na Grécia, por parte da empresa chinesa COSCO, foi uma medida estratégica de longo alcance. Por outro lado, a Itália apressou-se a alinhar na BIR. Os planos de conectividade UE-Ásia foram de algum modo colocados em causa pela BIR.

Em suma, a China conseguiu, através da BIR revelar uma notável capacidade para a iniciativa estratégica, capaz de mobilizar dezenas de países em todos os pontos geográficos e ultrapassando barreiras ideológicas.

Questão: Como se podem explicar as relações China-UE no pós lançamento da FRC?

Professor Luís Cunha: Respondido no ponto 4.

Questão: Há alguma referência ou documento importante que acredite que possa ser útil para a minha investigação?

Professor Luís Cunha: Sobre a BRI e as suas múltiplas implicações há toda uma vasta bibliografia, como já se deve ter dado conta. Para não dispersar mito, recomendo apenas o livro de Bruno Mações e os documentos oficiais da UE e China. Sugiro também o paper <https://www.iiss.org/publications/survival/2020/survival-global-politics-and-strategy-augustseptember-2020/624-07-calinoff-and-gordon>

Transcrição da Entrevista à Eurodeputada Margarida Marques

1. Como é que a UE se caracteriza no Sistema Internacional (em termos de Identidade)?

Resposta: A questão fundamental que contribui em termos de identidade. Aquilo que mais contribui para a Identidade Europeia no SI são os valores europeus, os direitos humanos, os direitos sociais, os *standards* sociais e os *standards* ambientais. E eu acho que é isto que mais contribui para a Identidade da União Europeia no contexto global. Temos muito essa noção quando viajámos para outras partes do mundo. Temos muito essa perceção nas trocas comerciais. São pontos fortes nas negociações comerciais, em que muitas vezes há um enorme esforço da UE em conseguir convencer os nossos parceiros para que os acordos se assinem - o respeito por *standards* sociais e ambientais. Eu penso que é isto, independentemente do que caracteriza cada região do mundo. Que caracteriza no sentido de diferenciar a UE no contexto global, são os seus valores, os seus direitos, a forma como os seus cidadãos se posicionam na sociedade - os direitos e *standards* sociais e ambientais.

2. Como caracteriza a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), especialmente depois do Tratado de Lisboa?

Resposta: A PESC/PESD entra com Maastricht com a criação do segundo e do terceiro pilar, e é neste sentido que surge a PESC. O Tratado de Lisboa retirou os pilares, digamos. Desaparecem os pilares e introduz uma única dimensão nos Tratados. Sendo que há diferenciações entre o que é de carácter intergovernamental ou de carácter comunitário. No caso da PESC/PESD temos ainda outra diferenciação, que é, enquanto nas outras políticas são reforçados, aqui há a cooperação estruturada permanente. E, portanto, acho que isso é um elemento novo com o Tratado de Lisboa.

a. O que acredita ser o maior feito da PESC?

Resposta: Eu normalmente recuso sempre este maior. O melhor filme? O melhor livro? O melhor não sei o quê? Recuso-me sempre. Acho que não tenho capacidade, nem sei

se é possível fazer essa identificação como o melhor feito da PESC. Aos cidadãos ou à corrente que acha que deve haver uma maior cooperação em matéria de PESC/PESD. Uma maior cooperação entre os Estados-Membros. Mais abordagens comuns, mais políticas comuns. Penso que a guerra na Ucrânia vá deixar marcas nesta matéria e espero que a UE consiga aprender as lições também em matéria de PESC. Uma coisa é certa, independentemente da importância da PESC no contexto da posição da UE no mundo e na relação com os nossos parceiros. Acho que há que destacar o facto de ao longo de todos estes anos, desde a criação da UE não ter havido nenhuma guerra no espaço da UE. Não podemos dizer que não tivemos nenhuma guerra na Europa antes, e temos agora a guerra da Ucrânia nas fronteiras da Europa. O que é que eu acho que são feitos importantes da PESC. Eu acho que a questão fundamental aqui e que tem sido um feito da UE é manter-se numa posição de defesa do multilateralismo. E eu diria reforçar o multilateralismo num novo contexto pós-guerra da Ucrânia. Acho que é uma questão fundamental e seguramente vamos voltar a falar dela na pergunta seguinte, mas essa é uma questão que gostaria de deixar aqui bem marcada. E também a posição da UE nos processos de paz. A UE, independentemente da região do mundo, tem tido um papel importante nos processos de paz, nos processos de reconstrução, nos processos, digamos, pós conflito. A UE tem tido um papel importante.

3. Como caracteriza as relações bilaterais UE-China (por exemplo em termos de cooperação ou competição)?

Resposta: Haveria muito para ser dito. O que eu penso ser um desafio importante neste momento é que a China é um parceiro da UE num mundo multipolar. Diria de outra forma, o aprofundamento da autonomia estratégica da UE é cada vez mais sublinhado como discurso político e esperamos que na ambição política dos líderes europeus e as instituições europeias. Muito na criação desta autonomia estratégica, não significa isolacionismo. Significa criar autonomia estratégica, como o próprio nome indica. Mas assente numa relação multilateral, numa relação multipolar. Em que a UE não esteja dependente, como esteve agora no conflito da Ucrânia, que tinha uma dependência brutal da energia por parte da Rússia, designadamente dos países da Europa Central e

Oriental, não era o caso de Portugal, mas outros países tinham uma dependência enorme energética da Rússia. O que nós precisamos é de criar uma autonomia estratégica no conceito multipolar e com uma maior diversidade de parceiros. A China é um parceiro importante da UE. Nós recusamos sempre, a minha geração bateu-se muito contra o mundo bipolar. Designadamente nos anos 70, nos anos 80 batemos sempre contra o mundo bipolar. Temos que nos bater agora por um mundo multipolar.

4. Como é que a UE vê a FRC (Faixa e Rota da Seda)?

Resposta: Bom, eu acho que a pergunta até teria mais interesse ao contrário. Como é que a China vê a sua iniciativa a FRC. Que no início era One Belt, One Road e em 2016 mudou de nome. No que diz respeito à UE a resposta a esta questão está ligada à resposta anterior. É uma iniciativa do parceiro, que para nós é fundamental que todas as iniciativas que se desenvolvem no âmbito desta FRC devem respeitar os direitos humanos devem rejeitar todas as formas de trabalho escravo, de trabalho infantil, deve haver um esforço para que os lucros, digamos, ou um compromisso de que os lucros destes projetos também possam ser investidos nos países da UE. E também um outro princípio, que muitos países têm, mas que a China muitas vezes não respeita que é recrutar uma percentagem mínima de mão obra para esses projetos. Qualquer que seja o nível de investimento ou de desenvolvimento dos projetos. Uma percentagem mínima que nunca deverá ser inferior a 25 por cento de locais. O que nós assistimos é que muitos destes projetos são desenvolvidos à base de mão de obra que vem da China e não respeita nem salários, nem direitos sociais nem *standards* sociais mínimos que são os nossos. Portanto, isto são os comentários que tenho de fazer, evidentemente. Como eu dizia, o interessante seria perguntar à China. Mas pelo menos na minha avaliação, é que a China está muito longe da ambição que tinha com esta iniciativa a FRC. Acho que é interessante, que tem a ver com esta mudança na narrativa, a Bússola Estratégica, eu gostava de referir, embora, não seja possível colocar ao mesmo nível da iniciativa da UE, que é a Global Gateway. Acho que é interessante olhar aqui a Global Gateway antes. Em primeiro lugar, a Global Gateway tem aqui princípios, é muito clara nos setores no que diz respeito a investimentos prioritários. Estou a pensar na transição digital, em linha

com os valores com os *standards* europeus. A energia e conectividade apoiando a transição verde. A sustentabilidade, a resiliência inclusiva, e depois saúde, educação, investigação nos *standards* europeus. E da transição digital, sem deixar ninguém para trás, e da transição verde. São as áreas onde os investimentos prioritários se desenvolvem. E ao mesmo tempo, todos os projetos da Global Gateway devem seguir um conjunto de princípios que estão claramente definidos nas orientações da Global Gateway. Ou seja, valores democráticos, elevados *standards* de valores democráticos, transparência e boa governação, os parceiros estarem em igualdade de situações, verde e limpo, focado na segurança e catalisar o investimento público e privado nas regiões. Eu acho que é interessante também trazer esta questão aqui à discussão sobre a FRC exatamente porque podemos perceber a diferença.

a. Acredito que já tenha respondido, mas se quiser acrescentar alguma ideia - Como está a PESC a abordar a FRC?

Resposta: Já respondi sim.

5. É a recente Bússola Estratégica uma mudança na narrativa?

Resposta: Eu não acho que haja uma mudança de narrativa. Eu estive, desde 1992 que trabalho para as instituições europeias, Comissão Europeia, o Conselho e agora o Parlamento e tenho tido oportunidade de acompanhar as políticas europeias ao longo destas décadas e diferentes dimensões. Não acho que haja uma diferença da narrativa da UE. O que é que há progressos, há evolução, ou seja, há uma clarificação, há uma evolução, evidentemente, mesmo os próprios princípios diria, são princípios que estão claramente definidos no Tratado, que se calhar a narrativa não seria necessária, porque poderíamos recorrer aos Tratados onde estão os princípios. Mas de facto nós valorizamos estes princípios e repetimos estes princípios e procuramos mostrar que estes princípios não são apenas princípios teóricos, mas que fazem parte de toda a estratégia da UE. E, portanto, não acho que haja uma mudança de narrativa. Onde eu

acho que há, e eu não diria sequer que é uma mudança de narrativa, acho que há uma insistência que resulta. A UE aprende sempre com as crises com os problemas, onde as suas insuficiências são identificadas. Eu tenho muito a experiência e a análise de que nós somos capazes de estar anos a fazer determinadas propostas, a defender determinadas ideias e não conseguimos progredir ou temos dificuldade em progredir e depois chegamos a um documento concreto em que a única saída é aquela e aí sim nós conseguimos ter um acordo. Um exemplo fundamental mais flagrante diria, é a questão da criação da *Next Generation* EU. Este fundo de recuperação é um fundo que é baseado na emissão de dívida por parte da Comissão Europeia, em nome da UE, em nome dos 27 que era uma coisa que a Chanceler Merkel dizia 'dívida da UE, nunca comigo viva'. E felizmente a Chanceler Merkel ainda é viva e a UE emitiu e emite dívida. E, portanto, acho é que a questão de autonomia estratégica reforça, digamos, uma narrativa anterior da UE, mas, depois de confrontada com a realidade. Tivemos essa confrontação com a realidade na altura da procura pela resposta à Covid. E temos agora na resposta económica, designadamente em matéria de energia em resposta económica em relação à guerra da Ucrânia.

6. Gostaria de sugerir alguma referência importante ou documento extra para efeitos desta investigação?

Resposta: Eu acho que um documento que poderá ter interesse é o documento da Comissão Europeia sobre a autonomia estratégica, designadamente, a comunicação recente da UE sobre Green Industry. Tem cerca de um mês. Tem uma elaboração para fundamentar muito na linha das suas questões e depois identifica para criar autonomia estratégica da UE quatro pilares fundamentais. Um é de facto a Green Industry, a promoção do desenvolvimento industrial verde. A segunda é como isso se financia a terceira é como é que o comércio se financia para a criação da autonomia estratégica, e o quarto a questão das competências.

Entrevista ao eurodeputado Niels Fuglsang (Respostas enviadas por escrito)

1. How does the EU perceive itself in the International System (in terms of identity)?

The European self-perception and its identity is in these days rapidly under development because of the war in Ukraine and the rising multipolar world order. I believe EU has to set its value up front and bolstered itself from foreign interference in order for it to act in this new multipolar world order. I wrote a piece on this in the Danish newspaper Information that explores this vie further. (Also attached, Danish text).

2. How would you characterize the Common Foreign Security Policy of the EU (CFSP), especially after the Treaty of Lisbon?

The CFSP is the EU's common foreign policy that is designed to, on the one hand, allow EU member states to form common positions on various issues related to foreign affairs, and on the other hand, act as a collective legal entity in response to international issues, especially through the EEAS. This is a hard balance between respecting Member States' sovereign decision making and EU's ability to react united. This only works if the Member States are highly committed to strong common values and do not question these.

- a. And what do you believe is the most significant achievement of CFSP?

The strong response to the war in Ukraine stands now as the single most important achievement of a common CFSP. However, I believe this is more a consequence our common values and not the CFSP as a system in the EU.

3. How would you characterize the bilateral relationship between the EU and China? (For example in terms such as cooperation, competition, etc)?

The relationship between the EU and China is characterized by both competition and cooperation depending on the policy area. We negotiate on issues of common interest such as development, trade, environmental challenges, and research and innovation. At

the same time China is also an economic competitor and a systemic rival that must be challenged on the grounds of unfair competition or human rights violations.

4. How does the EU see the BRI?

Internally there has been disagreement on how the EU should respond to the FRC, as around two-thirds of EU-countries have already formally signed the FRC, while the rest have stayed out of it. As far as I know, Denmark also has not signed the FRC yet.

The EU infrastructure-program Global Gateway has been proposed by the Commission as a response to the FRC. Many in the EU have criticized the FRC for its lack of transparency and for making countries indebted to China.

a. How is the CFSP trying to approach BRI?

I believe that EU needs to step up its efforts in for example Africa to secure relations with like-minded states to also secure EU's import of raw materials as well as to promote good governance measures in cooperation with the relevant countries.

5. Is the recently launched Strategic Compass a change in the narrative of how things are done?

It is positive that the EU strengthens its strategic CFSP; however, we are yet to see if this changes the narrative of how things are done.

6. Would you like to suggest any important references or documents considering this topic?

Nothing to add.